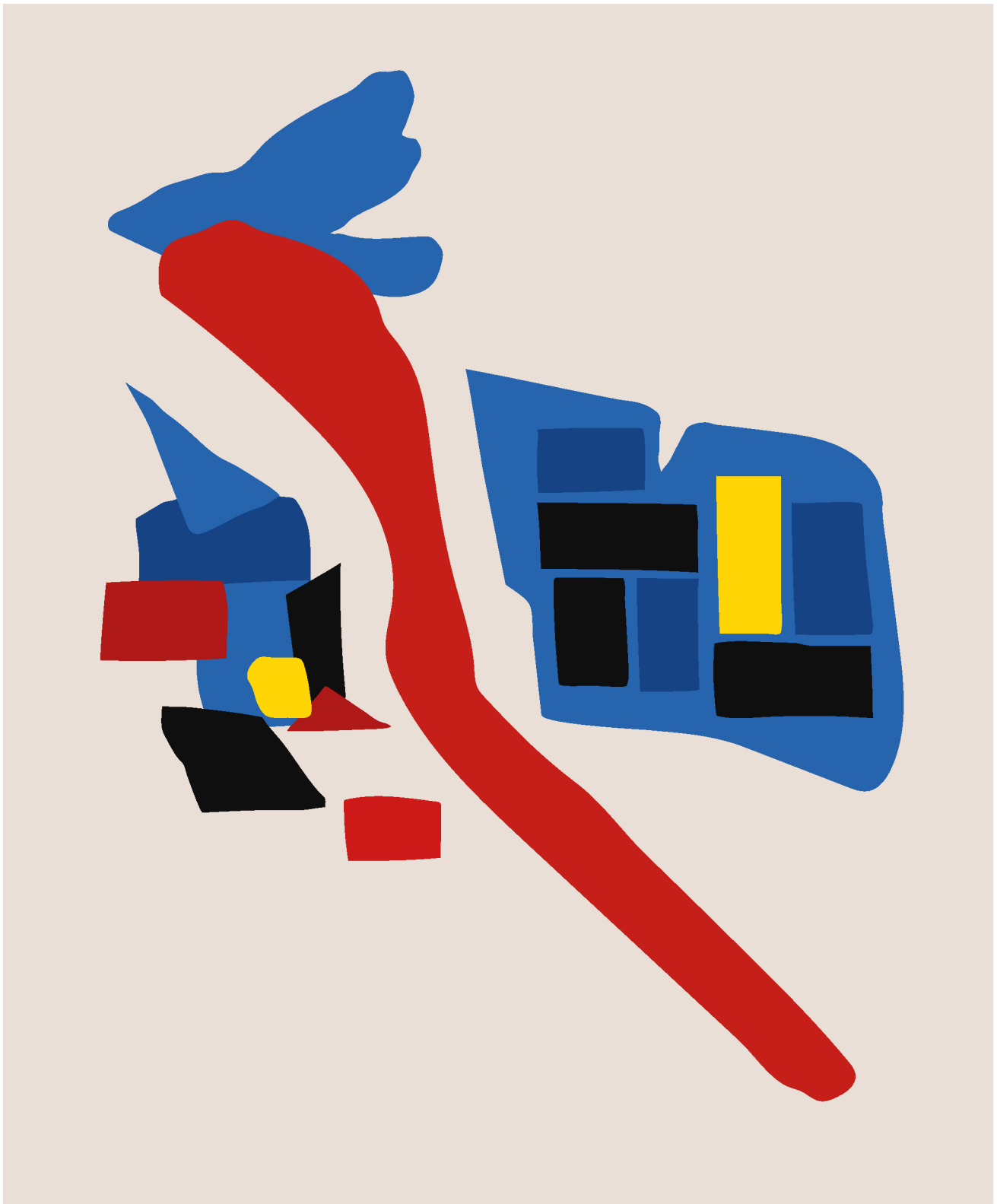


Parque Comum: Unidade

uma proposta de reconciliação urbana
para prevenção de violência em Sobral



Andréia Coelho Pimentel

Universidade Federal do Ceará
Centro de Tecnologia
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Andréia Coelho Pimentel

Parque Comum : Unidade

**uma proposta de reconciliação urbana
para prevenção de violência em Sobral**

Fortaleza
2019

Universidade Federal do Ceará
Centro de Tecnologia
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Andréia Coelho Pimentel

Parque Comum : Unidade

**uma proposta de reconciliação urbana
para prevenção de violência em Sobral**

Relatório de Trabalho de Curso submetido ao Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Arquiteto e Urbanista.

Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias

Fortaleza
2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

P698p - PIMENTEL, Andreia Coelho

**Parque Comum-Unidade
uma proposta de reconciliação urbana para prevenção de violência em Sobral.
Andreia Coelho Pimentel. - 2019.** 178 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

1. Violência Urbana. 2. Projeto Urbanístico - Espaço Público. 3. Periferia Urbana - Bairros. 4. Sobral-CE. I. Título. CDD 720

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PIMENTEL, Andreia Coelho (2019). Parque Comum-Unidade uma proposta de reconciliação urbana para prevenção de violência em Sobral. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 178 FL.

Universidade Federal do Ceará
Centro de Tecnologia
Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design
Curso de Arquitetura e Urbanismo

Andréia Coelho Pimentel

Parque Comum : Unidade

**uma proposta de reconciliação urbana
para prevenção de violência em Sobral**

**BANCA EXAMINADORA
CONSTITUÍDA PELOS PROFESSORES:**

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (DAUD/UFC) – Orientador

Prof. Newton Becker (DAUD/UFC) – Membro Interno

Arq. Naggila Frota – Arquiteta Convidada

Fortaleza, CE – BRASIL
Julho de 2019

À juventude periférica estigmatizada que carrega em seus ombros o maior peso da violência urbana brasileira, que tem a morte muito perto do lugar onde a vida pulsa; a própria rua, a calçada de casa, o terreno ao lado.

agradecimentos

à Vida, pela oportunidade de buscar o caminho da evolução, pautado no amor e na luz divina que são a fonte da minha alegria de viver.

aos meus pais, Silvana e Edson, pela forma absolutamente amorosa que me guiaram durante toda a vida, buscando praticar a empatia e o respeito diante de nossas diferenças. À minha mãe, pela tamanha representatividade em minha vida como exemplo diário de fé, força e gana de viver. Ao meu pai, pelo exemplo sempre presente de humildade e bondade genuínas.

aos meus irmãos, Davi e Edine, pelo companheirismo que sempre me deu a certeza de que nunca estarei sozinha e que me faz ter clareza da importância da nossa fraternidade nessa vida.

à Andrezza, pela parceria única, por transcender o lugar de prima, desde sempre me acompanhando na vida como uma irmã e oferecendo conselhos de mãe em tantos momentos. Por me inspirar todos os dias a viver com mais empatia e disposição pro amor, por me oferecer sempre um lugar seguro de escuta e afeto. Pelas contribuições fundamentais para esse estudo. Sou muito grata pelos caminhos que me apontou e me deu a mão e que me fazem crescer diariamente, profissional e pessoalmente.

ao Pedro, pelo amor, cuidado e atenção de todos os dias. Pela paciência e compreensão nos momentos de aflição e pelo incentivo diário, por acreditar no meu potencial a todo instante e sempre apostar no sucesso das minhas realizações. Pelo companheirismo na vida, por me acompanhar em todas as viagens para Sobral em função desse trabalho, por não me deixar sozinha nas visitas de campo, por me presentear com sua arte, sua disposição, sua parceria e seu olhar sensível ao fotografar a maior parte das imagens que ilustram esse estudo. Gratidão profunda pelo nosso reencontro.. como é bom amar!

ao professor e amigo Almir, por ter acreditado na relevância desse estudo, por ter sido sempre disponível para qualquer dúvida e pelas orientações tão assertivas, sempre respeitando o meu próprio espaço de escolha projetual. Por todos os ensinamentos e oportunidades que me ofereceu, como aluna, bolsista e orientanda.

ao Pádua, pela presença valiosa no meu caminho, pelas contribuições sempre tão aguçadas, pelas perguntas que sempre me fazem compreender melhor meus objetivos e dificuldades. Pelo espaço de escuta, amparo e incentivo, pelo dia a dia de trabalho guiado de forma leve, alto-astral e inspiradora.

à Naggila, pelos recorrentes auxílios com as dúvidas de geoprocessamento, pelo incentivo e encorajamento ao tema desse estudo desde quando ele era só uma ideia, pela referência de profissional que representa para mim e por aceitar de forma tão alegre o convite para compor essa banca.

ao professor Newton Becker, pela rica contribuição na banca de qualificação, a qual me ajudou a definir melhor e mais profundamente o conceito desse trabalho e por aceitar o convite para compor essa banca de forma tão gentil.

ao nego Matheus e às amigas Nara, Carol, Raquel e Isabela, por “chegarem junto” do processo, com opiniões, esclarecimentos e ajudas tão generosas. Vocês foram de enorme importância para finalização desse trabalho.

aos moradores do Novo Caiçara e dos Terrenos Novos que me receberam com atenção e disponibilidade nas poucas visitas possíveis à área. Reservo seus nomes por questões de segurança mas eles sabem quem são.

ao Gabriel Cela, pela arte que ilustra a capa desse trabalho. Confiança total na sua sensibilidade!

ao meu grupo querido, Laura, Mariana, Camila, Carol Gomes, Sophia, Marina, Gabriel e Júlia pela presença diária que marcou os anos da faculdade. Vocês tornaram tudo mais alegre, mais divertido e mais leve. Obrigada pelas risadas, pela companhia nos dias e noites de peleja com os trabalhos quase intermináveis, pela energia sempre tão acolhedora que cultivamos uns pelos outros. Em especial, gratidão à Laura e à Mariana, pelas duplas que fomos na faculdade e na vida, por serem os pares de jarro mais diferentes que eu já tive e, por isso, terem me ensinado tanto.

ao Possi, pela amizade sempre presente, pelo estímulo diário, pelo alto-astrol contaminante, por sempre me lembrar do quanto sou capaz de alcançar todos os meus sonhos e pela sintonia sem igual.

aos professores Clarissa, Renato Pequeno, Bruno Braga e Solange, pelas grandes contribuições na minha formação como arquiteta e urbanista e como cidadã.

à minha amada UFC, pela oportunidade de atravessar barreiras sociais, transitar em um espaço tão múltiplo e diverso e, assim, beber de uma fonte rica de diversidade, história, luta e política. O privilégio de estudar em uma universidade pública mudou a minha forma de encarar a vida e hoje esse olhar tem mais realidade, empatia e respeito.

resumo

A violência é fato evidente na paisagem da cidade brasileira contemporânea, embora não se distribua de maneira homogênea nem ocorra com a mesma intensidade em todos os territórios urbanos. Isto pode ser verificado através de comparações dos índices de homicídios intraurbanos em diferentes localidades. Motiva essa situação as condições de segregação e precariedade urbanas em que se encontram muitos bairros das cidades, em sua maioria periféricos, como uma evidência expressiva da situação de maior vulnerabilidade social à violência na qual eles podem ser enquadrados. Diante de um quadro que se agrava crescentemente, o urbanismo pode ser considerado um importante agente no que diz respeito à prevenção de violência urbana, tendo como pressupostos sua atuação multidisciplinar e intersetorial e seu caráter de instrumento voltado à correção de distorções do crescimento urbano. Este Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como tema central a violência urbana, identifica a cidade de Sobral, situada na região norte do estado do Ceará, como cenário para uma experiência de espacialização dos conceitos apreendidos sobre violência e espaço urbano. Estuda-se o caso de dois bairros periféricos vizinhos e antagônicos – ‘Novo Caiçara’ e ‘Terrenos Novos’ – com reconhecido protagonismo nos índices de violência da cidade. A partir de uma análise e diagnóstico da situação, sintetiza-se a proposta de um projeto para reconciliação urbanística entre esses bairros com a finalidade de melhoria das condições de vida dos moradores, contribuindo, assim, para a prevenção de violência na região.

PALAVRAS CHAVE

Violência Urbana. Projeto Urbanístico - Espaço Público. Bairros Periféricos. Sobral-CE

abstract

Violence is evident in the landscape of the contemporary Brazilian city, although it is not homogeneously distributed nor occurs with the same intensity in all urban territories. This can be verified by comparing intra-urban homicide rates in different locations. This situation is motivated by the conditions of urban segregation and precariousness in which are found many neighborhood districts of the cities, mostly peripheral, as an expressive evidence of the situation of greater social vulnerability to the violence in which they can be framed. On a framework that worsens increasingly, urban planning can be considered an important agent in relation to the prevention of urban violence, considering its multidisciplinary and intersectoral action and its instrument of character aimed at correcting distortions of urban growth. This study, which focuses on urban violence, identifies the city of Sobral, located in the northern region of the state of Ceará, as a scenario for an experience of spatialization of concepts learned about violence and urban space. It was studied the case of two neighboring and antagonistic neighborhoods - 'Novo Caiçara' and 'Terrenos Novos' - with a prominent role in the violence rates of the city. Based on an analysis and diagnosis of the situation, the proposal of a project for urban reconciliation between these neighborhoods is summarized with the purpose of improving the living conditions of the residents, thus contributing to the prevention of violence in the region.

KEY WORDS

Urban Violence. Urban Project – Public Space. Peripheral Districts. Sobral-CE

lista de figuras

Figuras 1 – Rua Guilherme Rocha, exclusiva para pedestres no Centro de Fortaleza.	33
Figura 2 – Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, mais conhecida como Praça das Flores no bairro Aldeota, em Fortaleza.	33
Figura 3 – Beco do Cotovelo, ponto de encontro tradicional no Centro de Sobral.	33
Figura 4 – Projeto Praça Viva no bairro Parque Silvana, em Sobral.	34
Figura 5 – Projeto Praça Viva no bairro Sumaré, em Sobral.	34
Figura 6 – Vista para a CE-440, em direção à Serra da Meruoca (um dos eixos de expansão urbana de Sobral). Edifício de 23 pavimentos se contrasta notavelmente com o tradicionalmente porcasase com a presença de grandes vazios no entorno.	36
Figura 7 – Projeto do loteamento privado Granville Residence da construtora Mãe Rainha, localizado na Avenida Cleto Ferreira da Ponte, em Sobral.	38
Figura 8 – Condomínio fechado Residencial Moradas da construtora Mãe Rainha, localizado na CE-440 em direção à Serra da Meruoca, em Sobral.	38
Figura 9 – Fragmentação urbana no Brasil. Favela de Paraisópolis e condomínio fechado na Zona Sul de São Paulo, região do Morumbi.	39
Figura 10 – Segregação espacial em Fortaleza. Comunidade do Lagamar no bairro Aerolândia.	39
Figura 11 – Segregação espacial em Fortaleza. Bairro Pirambu.	39
Figura 12 – Segregação espacial em São Paulo. Favela Panorama e o condomínio de luxo Parque Cidade Jardim ao fundo.	39
Figura 13 – Segregação espacial no Rio de Janeiro. Favela Dona Marta, localizada no bairro Botafogo, na Zona Sul da cidade.	39
Figura 14 – Cartilha Cidade e Espaços Públicos, parte do projeto Prevenção de Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação.	44
Figura 15 – Rua compartilhada em Buenos Aires.	47
Figura 16 – Beira do rio Sena, em Paris.	47
Figura 17 – Avenida transformada em praia artificial em Paris para que as pessoas pudessem aproveitar a época do calor.	47
Figura 18 – Cerca elétrica como elemento da arquitetura do medo.	49
Figura 19 – Entrada de condomínio gradeada como elemento da arquitetura do medo.	49
Figura 20 – Guarita de condomínio com vidro blindado como elemento da arquitetura do medo.	49
Figura 21 – Câmera de monitoramento em condomínio residencial como elemento da arquitetura do medo.	49
Figura 22 – Pacto por um Ceará Pacífico – Governo do Estado do Ceará.	65
Figura 23 – Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) – Organização sem fins lucrativos.	65
Figura 24 – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) – instituição acadêmica da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro.	65
Figura 25 – Instituto Sou da Paz – Organização Não Governamental.	65
Figura 26 – Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência – instituído pela Assembleia Legislativa do Ceará.	65
Figura 27 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.	65
Figura 28 – Vista do Rio Acaraú em direção à margem esquerda; ao fundo, a Serra da Meruoca.	68
Figura 29 – Igreja da Matriz Nossa Senhora da Conceição (Igreja da Sé).	71
Figura 30 – Antiga praça do Mercado.	71
Figura 31 – Intra-trilhos com as poligonais do Sítio Histórico assinaladas.	72
Figura 32 – Malha urbana de traçado irregular, predominante no bairro Centro.	78
Figura 33 – Malha urbana de traçado regular, típico residencial.	78
Figura 34 – Malha urbana de grandes loteamentos, padrão mais recente de todos.	78
Figura 35 – Vista para o bairro Terrenos Novos.	82
Figuras 36 e 37 – Bairro Terrenos Novos.	82
Figura 38 – Açude Mucambinho.	83
Figura 39 – Conjunto habitacional Novo Caiçara; ao fundo, a serra da Meruoca.	84
Figuras 40, 41 e 42 – Conjunto habitacional Novo Caiçara.	85
Figuras 43, 44 e 45 – Conjunto habitacional Novo Caiçara.	86
Figuras 46, 47 e 48 – Detalhes no conjunto habitacional Novo Caiçara.	87
Figuras 49, 50 e 51 – Limite entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos, no sentido leste.	92
Figuras 52 e 53 – Limite entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos; a principal avenida do Novo Caiçara acaba sem estabelecer nenhuma conexão formal com o traçado do bairro vizinho Terrenos Novos.	93
Figura 54 – Aspecto abandonado da paisagem na faixa entre os dois bairros.	93
Figuras 55 e 56 – Limite entre o bairro Novo Caiçara e o Terrenos Novos.	99
Figura 57 – Via principal do conjunto Novo Caiçara termina sem nenhuma conexão com o bairro Terrenos Novos, gerando espaços residuais na área que fomentam a violência.	99
Figuras 58 e 59 – Base móvel da Polícia Militar no Novo Caiçara.	100
Figura 60 – Vista ampla do conjunto habitacional Novo Caiçara – grandes distâncias e implantação espaçada que favorecem a sensação de vulnerabilidade no local.	101
Figuras 61 e 62 – Ruas locais no bairro Terrenos Novos.	102
Figuras 61 e 62 – Ruas locais no bairro Terrenos Novos.	102
Figura 63 – Vista para a Rua 6, pela qual se pode ter acesso ao residencial Novo Caiçara; ao fundo, o bairro Terrenos Novos. Do lado esquerdo da foto está o muro do Detran e do lado direito da foto, o limite entre o bairro Novo Caiçara e o bairro Terrenos Novos.	104
Figura 64 – Vista para a Rua 6 no sentido oposto; ao fundo, a Serra da Meruoca.	104
Figura 65 – Amostra da área mais erma do bairro Terrenos Novos, em direção ao açude Mucambinho – onde há predominância de apenas um uso, residencial.	104
Figura 66 – Vista aérea do bairro Terrenos Novos com a nova iluminação pública em led.	105
Figura 67 – Vista aérea do bairro Terrenos Novos com a antiga iluminação pública.	105
Figuras 68 e 69 – Pontos de acúmulo de lixo no Novo Caiçara.	108

Figuras 70, 71 e 72 – Pontos de acúmulo de lixo no Terrenos Novos.	109
Figura 73 – Escola Professor Edgar Linhares Lima.	111
Figura 74 – Escola Estadual de Educação Profissional Lysia Pimentel Gomes.	111
Figura 75 – Centro de Educação Infantil Professor Miguel Jocélio.	111
Figura 76 – Escola Mocinha Rodrigues.	112
Figura 77 – Escola Maria Yêdda Frota.	112
Figura 78 – Escola Ministro Jarbas Passarinho.	112
Figura 79 – Centro de Ciências Humanas da UVA.	112
Figura 80 – Praça Mais Infância.	113
Figura 81 – Sede do Detran, com acesso pela Avenida John Sanford.	114
Figura 82 – Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente, com acesso pela Avenida Ministro César Cals.	114
Figura 83 – Acesso à Urgência e Emergência do Hospital Regional Norte pela Avenida Ministro César Cals.	114
Figuras 84 e 85 – Espaço Criativo de realização da Prefeitura na Rua Elisa de Castro, no bairro Terrenos Novos.	115
Figuras 86 e 87 – Espaço Criativo de realização da Prefeitura na Rua Luis Santo Aquino, no bairro Terrenos Novos.	115
Figura 88 – Avenida Cleto Ferreira da Ponte.	116
Figura 89 – Avenida Ministro César Cals, trecho em frente ao Hospital Regional Norte.	117
Figura 90 – Avenida Ministro César Cals, trecho no interior do bairro Terrenos Novos.	118
Figura 91 – Rua José Pierre, bairro Terrenos Novos.	118
Figura 92 – Avenida dos Ipês, bairro Novo Caiçara.	118
Figura 93 – Edificações do bairro Terrenos Novos; à esquerda, edifício do residencial Novo Caiçara.	123
Figuras 94 e 95 – Implantação espaçada e morfologia inspirada no urbanismo moderno do residencial Novo Caiçara.	125
Figura 96 – Rua local no bairro Terrenos Novos. Rua e passeio mais estreitos e quadrados bem adensada, sem recuos nas edificações.	127
Figuras 97 e 98 – Ruas locais no bairro Terrenos Novos.	127
Figuras 99 e 100 – Região de predominância do uso residencial no bairro Terrenos Novos, próxima ao açude Mucambinho.	128
Figuras 101, 102, 103 e 104 – Parque Philadelphia Navy Yards.	134
Figura 105 – Espaço público Tapis Rouge.	135
Figuras 106, 107 e 108 – Espaço público Tapis Rouge.	136
Figura 109 – Urbanização Cantinho do Céu.	137
Figuras 110, 111 e 112 – Urbanização Cantinho do Céu.	138
Figuras 113, 114 e 115 – Aspectos de Integração Urbana.	140
Figuras 116, 117 e 118 – Açude Mucambinho.	143
Figuras 119, 120, 121 e 122 – Vistas aérea da região nos anos de 2010 até 2019.	144
Figura 123 – Ciclovia na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza.	148
Figura 124 – Ciclovia na Avenida Faria Lima, em São Paulo.	148
Figura 125 – Ciclofaixa na Avenida Beira Mar, em Fortaleza.	148
Figura 126 – Ciclofaixa em avenida na cidade de São Paulo.	148
Figura 127 – Faixa de travessia elevada.	149
Figura 128 – Faixa de travessia elevada em Fortaleza, na Rua Barbosa de Freitas.	149
Figura 129 – Cruzamento elevado na cidade São José dos Campos.	149
Figura 130 – Cruzamento elevado na Avenida Monsenhor Tabosa, em Fortaleza.	149
Figura 131 – Rua compartilhada em Londres.	150
Figura 132 – Espaço compartilhado em Graz, na Áustria.	150
Figura 133 – Habitação social em tipologia de vila comunitária em Caruaru-PE, Brasil.	156
Figura 134 – Vila operária Villa Verde no Chile.	156

lista de mapas

Mapa 01 – Situação do Município de Sobral no Ceará.	67
Mapa 02 – Sede de Sobral e demais distritos.	69
Mapa 03 – Zona urbana e zona rural da sede Sobral.	69
Mapa 04 – Eixos de expansão urbana de Sobral.	75
Mapa 05 – Divisão dos territórios de ação do Ceará Pacífico.	79
Mapa 06 – Divisão de bairros de Sobral.	90
Mapa 07 – Situação dos bairros em estudo.	90
Mapa 08 – Contraste dos traçados viários dos bairros em estudo.	91
Mapa 09 – Renda média em salários mínimos por setor censitário.	95
Mapa 10 – Densidade populacional por setor censitário.	96
Mapa 11 – Porcentagem de jovens entre 14-29 anos por setor censitário.	97
Mapa 12 – Porcentagem de pessoas não-brancas por setor censitário.	97
Mapa 13 – Cartografia sensorial do medo em classificação de baixo, médio e alto risco.	103
Mapa 14 – Percentual de domicílios ligados à rede geral de esgotamento sanitário.	106
Mapa 15 – Instalações de saneamento – drenagem e esgoto.	107
Mapa 16 – Percentual de domicílios ligados à rede geral de água.	108
Mapa 17 – Equipamentos urbanos na área.	110
Mapa 18 – Mobilidade urbana.	119
Mapa 19 – Classificação viária.	120
Mapa 20 – Zoneamento segundo a Lei Complementar nº 60 de julho de 2018.	122
Mapa 21 – Propriedade dos terrenos da poligonal.	122
Mapa 22 – Mapa de diagnóstico.	141
Mapa 23 – Mapa de conexões.	142
Mapa 24 – Mapa de altitude.	145

sumário

01 introdução	1.1 Justificativa e Relevância do Projeto	19
	1.2 Objetivos do Projeto	19 e 20
	1.3 Metodologia da Pesquisa	21
	1.4 Estrutura do TC	22
02 violência e cidade	2.1. O que é violência?	25
	2.2. Violência: breve contexto histórico brasileiro	26
	2.3. Violência e espaço urbano	28
	2.4. Correntes teóricas sobre a relação entre espaço e segurança	30
	2.5. Cidades excludentes: violência e segregação socioespacial	35
03 prevenção de violência no desenho da cidade	3.1. Segurança cidadã e direito à cidade	41
	3.2. Cidade para pessoas versus arquitetura do medo	45
	3.3. Composição urbana para a humanização dos espaços do crime	50
04 políticas públicas: experiências nacionais	4.1. Contexto nacional	53
	4.2. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	54
	4.3. Programa Espaços Urbanos Seguros – Rio de Janeiro	55
	4.4. Instituto Sou da Paz e Projeto Praças da Paz – São Paulo	56
	4.5. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC	56
	4.6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP	57
	4.7. Políticas de segurança pública e de prevenção de violência no Ceará	58
- Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência	59	
- Programa Estadual Pacto por um Ceará Pacífico	63	

05 sobre o município de Sobral-CE	5.1. Situação demográfica e socioeconômica	67
	5.2. História e evolução urbana	71
	5.3. Um território marcado pela violência	79
	5.4. Bairro Terrenos Novos	80
	5.5. Bairro Novo Caiçara	83
06 dois bairros vulneráveis: análise e diagnóstico	6.1. Definição da poligonal de estudo	89
	6.2. Perfil Social	94
	6.3. Segurança pública	98
	6.4. Infraestrutura urbana	105
	6.5. Aspectos legais e análise morfológica dos bairros	120
	6.6. Síntese do diagnóstico	129
07 uma proposta de reconciliação urbanística	7.1. Pressupostos conceituais, princípios e diretrizes	131
	7.2. Referências de projeto	133
	7.3. Dispositivos da Intervenção Urbanística	139
	- Integração urbana: costuras e conexões	139
	- Estrutura Programática e Composição Urbanística	146
- Equipamentos, mobiliário e vegetação	163	
7.4. Masterplan e Imagens	169	
08 conclusão	conclusão	175
	referências bibliográficas	176

01

introdução

“Quero a utopia, quero tudo e mais
Quero a felicidade dos olhos de um pai
Quero a alegria, muita gente feliz
Quero que a justiça reine em meu país
Quero a liberdade, quero o pão
Quero amizade, quero amor
Quero nossa cidade sempre ensolarada
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver”

Milton Nascimento

1.1. Justificativa e Relevância do Projeto

Segundo o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, o Ceará apresentou o segundo maior crescimento na taxa de homicídios de adolescentes entre 2003 e 2013, um aumento de 444,1%. Além disso, o Estado ocupou o segundo lugar em assassinatos em 2014, com índice de 52,2 homicídios por 100 mil habitantes na população geral e 117,4 homicídios por 100 mil habitantes na população entre jovens. Os dados constam do Mapa de Violência de 1998 a 2014 e do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014. Ademais, só em 2017, 522 adolescentes foram assassinados no Ceará entre janeiro e julho.

Quando essas informações são aplicadas em mapas, é possível visualizar como a violência letal se distribui geograficamente e, assim, concluir que os homicídios não se dão de maneira homogênea nas cidades. Através dessa análise espacial, o Comitê identificou como uma evidência os territórios vulneráveis à violência, os quais apresentam em comum infraestrutura e serviços precários, ressaltando a segregação urbana como um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal.

É possível perceber, então, que a maioria dos jovens cearenses morreu no próprio bairro. Em Sobral, 81% dos adolescentes foram mortos no bairro onde viviam. Esse dado nos confirma a relevância da qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios, através de intervenções urbanísticas com participação comunitária para contribuir na prevenção da violência.

1.2. Objetivos do Projeto

Objetivo Geral

O objetivo central do trabalho será a identificação de elementos e processos sociais e espaciais que revelem a relação entre a localização das manchas de homicídios dos territórios mais violentos de Sobral e suas condições de segregação socioespacial, tendo em vista a violação do direito à cidade e a sua consequente geografia do crime, destacando as condições de precariedade da infraestrutura urbana e da escassez de acesso a serviços urbanos nesses locais. Assim, busca-se entender melhor a relação de causa e efeito entre espaço e violência na cidade, na ótica da prevenção de violência.

Objetivos Específicos

- 01** Compreender o contexto histórico brasileiro a partir do fim dos anos 80 e sua fundamentada emergência da violência urbana;
- 02** Compreender o conceito de violência urbana, ressaltar a relação dialética entre espaço urbano e violência e evidenciar o papel do desenho da cidade como um importante agente na prevenção de violência;
- 03** Compreender os conceitos de geografia do crime, arquitetura do medo e segurança cidadã, bem como os estudos que lhes puseram em destaque e a dialética possível entre eles e o objeto de estudo;
- 04** Compreender o contexto social de Sobral e seu desenvolvimento histórico;
- 05** Compreender o contexto de implementação do programa estadual Ceará Pacífico em Sobral, ressaltando os diagnósticos que motivaram a escolha do primeiro território de ação.
- 06** Cruzar dados socioespaciais com dados criminais e de segurança pública para evidenciar a relação existente entre segregação socioespacial e incidência de violência, ressaltando os padrões de infraestrutura urbana e a relação deles com a condição de vulnerabilidade social;
- 07** Definir um recorte espacial na área de estudo para ser considerado um projeto urbano que sistematize as teorias urbanísticas abordadas e complemente os projetos que vêm sendo implementados pela prefeitura de Sobral, no sentido de dar mais aprofundamento às análises do desenho urbano local para intervir com um projeto bem fundamentado e consistente na intenção de prevenir violência.

1.3. Metodologia de Pesquisa

I. Referenciais teóricos e práticos:

Essa etapa do trabalho consistirá na leitura de livros, artigos e teses que abordem os temas gerais do trabalho, como violência e cidade, violência urbana, segregação socioespacial e arquitetura do medo, geografia do crime, cidade para pessoas, requalificação de áreas públicas e políticas públicas para segurança e prevenção de violência. Ainda, serão analisadas boas práticas urbanísticas nacionais e internacionais para orientar a formulação de propostas tanto de planejamento como de projeto urbanos.

II. Contato com a área de estudo:

Essa etapa consistirá na minha aproximação ao território, tanto de maneira distanciada, através dos mapas e imagens disponíveis em rede e análise dos mesmos e elaboração de novos mapas segundo minha linha de investigação, como de maneira física, fazendo visitas de campo para entender a dinâmica da área e tentar entrar em contato com a população moradora.

III. Diagnóstico:

Essa etapa tem como objetivo principal a coleta e a síntese de informações cartográficas e iconográficas para a formação de uma base de dados quantitativa que sirva de ferramenta para análise qualitativa da área. Será elaborado um diagnóstico em diferentes escalas para auxiliar na compreensão da problemática local no que se refere ao desenho urbano inadequado e à violação do direito à cidade para a população residente.

Além disso, será feito um cruzamento de dados socioeconômicos com dados de raça, gênero, faixa etária e manchas de homicídios, a fim de evidenciar a relação da violência com condições de pobreza e vulnerabilidade social. Poderá ser possível também, para um maior entendimento da forma urbana local, a elaboração de cenários do recorte da proposta de projeto divididos em: atual, tendencial e desejado.

IV. Proposta de projeto urbano:

Após a análise feita através do diagnóstico, serão listadas diretrizes que visem mitigar os problemas de infraestrutura urbana identificados como potenciais geradores e/ou facilitadores de ocorrência de violência e estimular as potencialidades da área, as quais serão localizadas em mapas e representadas em esquemas volumétricos para a compreensão da proposta do projeto urbanístico.

1.4 Estrutura do TC

O trabalho foi organizado em sete capítulos:

O Capítulo 1 é introdutivo, onde constam as justificativas do projeto, os seus objetivos (geral e específico), a metodologia e a estrutura do trabalho.

O Capítulo 2 expõe a relação da violência com a cidade, destacando os conceitos norteadores e fazendo um síntese do contexto histórico da incidência de violência nas cidades brasileiras, colocando em evidência a violência existente nos espaços urbanos e a dialética entre ela e a segregação socioespacial característica da formação da urbanidade brasileira.

O Capítulo 3 aborda os conceitos urbanísticos que dialogam entre si e que constroem uma relação com a prevenção de violência, considerando a qualidade e a escala do desenho das formas urbanas como agentes promotores ou preventivos de violência, assim como os aspectos referentes à desigualdade social e à segregação urbana por meio da violação do direito à cidade.

No Capítulo 4 foi feita uma breve compilação de algumas experiências de políticas públicas brasileiras e de organizações que tiveram como base os princípios da prevenção de violência relacionados ao contexto do urbanismo.

O Capítulo 5 coloca a cidade de Sobral em foco e contextualiza sua atual situação de expansão urbana de acordo com a sua historiografia apresentada, apontando então a formação da região marcada pela violência e pela estigmatização social, indicando a poligonal macro de estudo composta pelos bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos.

No Capítulo 6, é apresentado o diagnóstico da poligonal formada pelos dois bairros em estudo através de mapas temáticos referentes aos dados socioeconômicos e às condições de acesso às redes de infraestrutura urbana, bem como pela exposição de fotos que podem melhor ilustrar a análise qualitativa da estrutura urbana da área.

O Capítulo 7 apresenta o desenvolvimento da proposta urbanística para a área, primeiramente expondo os pressupostos conceituais do trabalho, seus princípios e diretrizes norteadores e algumas referências de projeto e, em seguida, as demandas de conexões e costuras da área como resultado da observação sobre a deficiência de integração urbana entre os dois bairros. Posteriormente, a estrutura programática elaborada como a síntese das propostas para projeto é detalhada e, assim, são apontados os três braços de projeto e suas respectivas composições urbanísticas. Além disso, o capítulo ilustra os modelos de mobiliário urbano e as espécies de vegetação pensados para o projeto do parque.

Ao final do trabalho se encontram as Considerações Finais e as Referências Bibliográficas.



02

violência e cidade

“É só um pensamento, bote no orçamento.
Nosso sofrimento, mortes e lamentos.
Forte esquecimento de gente em nosso tempo”

Emicida

2.1. O que é violência?

Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Segundo a Organização Mundial de Saúde, é o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

Tavares dos Santos é um dos autores que mais tem refletido sobre a questão teórica da violência, definida como uma forma de sociabilidade *“na qual se dá a afirmação de poderes, legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo”*.

A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou da coerção. A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça, provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea (TAVARES DOS SANTOS, 2009).

O autor enfatiza que sempre uma violência é antecedida ou justificada, prévia ou posteriormente, por uma violência simbólica, exercida mediante uma subjetivação pelos agentes sociais envolvidos na relação.

Aviolência pode ser estudada a partir de diferentes perspectivas. É necessário, entretanto, considerar o cenário da globalização e de desigualdade social para o exercício de investigar a violência na vida contemporânea. Tavares dos Santos relaciona a globalização com desigualdade de oportunidades de vida no que diz respeito ao acesso à saúde, à habitação, ao trabalho, à educação, à segurança, à informação, ao conhecimento e à participação política. Tendo isso em vista, a violência adquire, assim, contornos disseminados por toda a sociedade, sendo verificada sua multiplicidade de formas e seu caráter multifacetado.

Vale ressaltar que essa perspectiva da violência reconhece a diversidade do espaço social, sua determinação espaço-temporal e a historicidade dos processos e dos conflitos sociais. A história tendo sido concebida, então, como um campo de possibilidades, construídas pelas práticas de lutas sociais, pelas formas de dominação e, também, pelas formas de resistência.

Através dessa linha de pensamento sobre o conceito de violência, o qual por muitas vezes passa por um problema metodológico de definição entendida

a partir de certos atributos superficiais e não de relações sociais, podemos estabelecer as pontes correspondentes entre violência e cidade, no entendimento do espaço urbano como cenário e agente, simultaneamente, nas relações sociais contemporâneas.

O presente trabalho busca, assim, convergir as atenções para a dimensão espacial da violência, considerando que no caso da juventude brasileira, estudos sobre mortalidade por causas não naturais apontam que aspectos referentes à desigualdade social e econômica são fatores determinantes para a situação de vulnerabilidade e, estas, na maioria dos casos definem também a localização espacial das manchas de violência nas cidades, representadas neste trabalho pelos indicadores de homicídios, os quais estão distribuídos espacialmente de maneira não homogênea nos territórios, fato que fundamentará o percurso de investigação sobre o objeto de estudo, o que será abordado com maior aprofundamento nos capítulos que se seguem.

2.2. Violência: breve contexto histórico brasileiro

A questão dos homicídios brasileiros não é um problema exatamente recente. Os altos níveis dos indicadores de homicídios vêm sendo retratados em diversos estudos e pesquisas de projeção internacional há algumas décadas, o que revela a tendência de aumento dos assassinatos no país a partir da década de 1980, quando a taxa era de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes.

O relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC) intitulado “Estudo Global sobre Homicídio”, com base em dados de 2012, destacou o Brasil como um dos países mais violentos do mundo. No contexto da América Latina, a região que registrou os mais altos índices de assassinatos, o país apresentou uma taxa de 29,0 homicídios por 100 mil habitantes. Vale ressaltar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) sinaliza como toleráveis taxas abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Além do destaque desse indicador, o Brasil computou o maior número absoluto de homicídios do mundo. Somente o país evidenciou mais de 50 mil homicídios no mesmo ano, ou seja, representando cerca de 11% do total de mortes relatadas pelo UNODC (meio milhão de assassinatos entre as nações pesquisadas). Vale lembrar que o Brasil tem menos de 3% da população mundial.

Para compreender melhor o contexto do aumento dos números de homicídios

no Brasil, é importante destacar o marco histórico que determinou o caminho político-institucional, econômico e social do país. Assim, tendo em vista a Constituição de 1988, a qual marca um momento de abertura política e redemocratização do país pós-regime militar, esta foi promulgada em meio a reivindicações sociais emergentes que buscavam a garantia dos direitos humanos e da gestão democrática das políticas públicas.

No artigo 144 da Constituição de 1988, é determinado sobre a segurança pública como “*dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.*”

Porém, nunca foi exatamente concebido socialmente que a segurança pública fosse um direito e responsabilidade de todos, o que contribuiu para a construção reducionista do pensamento de que o único responsável pela segurança é a polícia, pensamento que costuma ser reproduzido até hoje no Brasil. Combinada a outros fatores, essa inconsistência da temática da segurança pública como objeto de uma agenda sistêmica e de ações estruturais nas políticas públicas contribuiu para o aumento da violência no Brasil a partir da década de 1990.

Nessa lógica, Caldeira (2002) pondera que contraditoriamente, nas últimas décadas, tanto a violência como a democracia se enraizaram no Brasil sem que uma tenha conseguido ser um freio para a outra.

O cenário de adversidades que o país vivia no início dos anos 90, por conta da deterioração do modelo de desenvolvimento, do baixo crescimento econômico, da instabilidade monetária, da hiperinflação e da elevação da dívida externa, ao mesmo tempo em que ocorria o aumento das desigualdades, a elevação do desemprego e a degradação urbana, fez levantar na opinião pública uma iniciativa de maior mobilização e pressão frente ao problema da criminalidade violenta.

Vale ressaltar que a criminalidade violenta está essencialmente concentrada nas áreas urbanas, apesar de não excluir a existência de crimes violentos nas zonas rurais, é nas cidades e nas metrópoles que os conflitos sociais se intensificam e aparecem com maior vigor, talvez pela própria estrutura centralizadora e concentradora que o meio urbano apresenta.

Como dito anteriormente, a visibilidade do tema acerca da violência urbana ganhou destaque público durante o auge do período de transição entre a ditadura militar e a democracia. Ela aparecia então como uma clara expressão da luta de classes que se consolidou no país após a crise econômica pós anos 80.

2.3. Violência e espaço urbano

“O ambiente urbano pode influenciar o comportamento delituoso de dois modos: fisicamente, proporcionando as condições espaciais onde os indivíduos atuam, e socialmente, promovendo as relações sociais a que os indivíduos respondem”.

Teresa V. Heitor

Fala-se muito em violência urbana, sugerindo-se uma suposta relação causal entre a violência e a cidade, que passa a ser vista não apenas como um cenário, mas como uma das principais causas do aumento das condutas violentas. Assim, o termo faz referência à relação de causa e efeito entre cidade e violência, que pode ser interpretada tanto no sentido da cidade, enquanto dimensão espacial e formal, contribuir para que ocorra atos de violência, quanto no sentido da própria violência e a consequente estigmatização de determinados grupos sociais e territórios urbanos determinarem a produção de um espaço cada vez mais segregador, criando assim um ciclo vicioso entre marginalização espacial e violência e vice-versa.

Nessa perspectiva, desloca-se a análise reducionista de uma suposta natureza criminosa de alguns sujeitos, para uma ideia mais complexa de produção de delitos, ou seja, a identificação de problemas de criminalidade em contextos específicos de sua ocorrência. A partir dessa ótica, mais do que a existência de comportamento violento individualizado, surge o conceito de geografia do crime.

A preocupação em entender os processos criminais a partir da sua localização remonta à Escola de Chicago, cujas teorias ecológicas do crime, desde o início do século XX, discutem sua relação com o espaço urbano. A violência não é assumida apenas como conceito teórico das ciências sociais e humanas, mas é apropriada como evidência empírica de uma série de dilemas da organização do espaço urbano e da administração de conflitos sociais.

Isso também pode ser explicado pelo conceito de macrocefalia urbana, de Milton Santos (2004), pelo qual ele descreve como a massiva concentração das atividades econômicas em algumas metrópoles propicia o desencadeamento de processos como redirecionamento e convergência de fluxos migratórios, déficit no número de empregos, ocupação desordenada

de determinadas regiões da cidade e estigmatização de estratos sociais, fatos que comprometem substancialmente a segurança pública urbana.

Considerando a linha de pensamento sobre o modo de vida urbano de Louis Wirth, sociólogo membro da Escola de Chicago e um dos autores clássicos do urbanismo moderno, cuja cidade deve ser compreendida em termos do número grande de habitantes, densidade e heterogeneidade de seus indivíduos, como construção social, se a cidade reúne a maior diversidade possível em um território determinado, é possível pensar no espaço urbano como uma arena de relacionamentos onde, por um lado, os conflitos sociais são fomentados – alguns dos quais, se não devidamente processados, podem levar à violência típica urbana – e, por outro lado, devido à densidade e tamanho da aglomeração, existe uma tendência para a concentração de eventos violentos, o que daria base para o conceito de geografia do crime.

É importante ressaltar a dimensão da história na relação da cidade com a violência, cuja expressão urbana data de outros tempos, porém a violência que existia nas cidades do passado é diferente daquela existente atualmente, porque a relação violência-cidade tem história e é reflexo de contexto social-temporal. Por isso, reconhece-se que a violência vem passando por um processo de mudança constante, seja pelo aumento de sua magnitude na vida urbana ou pela transformação de suas características.

Igualmente, a cidade passa por uma transformação devido à internacionalização da cidade global e à reforma do Estado, que atribui mais poder ao Município em relação ao Poder Executivo Federal (descentralização e protagonismo municipal). Em outras palavras, a dinâmica de mudanças da violência e da cidade corresponde à mutação da relação entre elas, o que leva a uma concentração de atos de violência e a categorização de violência tipicamente urbana.

Assim, compreende-se que com a “urbanização” da violência, temos um duplo efeito coincidente: a cidade é um agente produtor de um tipo particular de violência e também é um condicionante de contenção de violência, no sentido desta ser uma prática social que se desenvolve e se expressa no espaço.

É nesse contexto que o trabalho buscará investigar a linha de prevenção situacional na realização de planejamento e projeto urbanos. A chamada prevenção situacional nada mais é do que a possibilidade de reduzir possibilidades de ocorrência de violência a partir dos espaços ou locais propensos à realização de crimes, considerando o desenho urbano. A seguir será melhor esclarecido sobre as principais linhas de pensamentos e conceitos acerca do tema.

2.4. Correntes teóricas sobre a relação entre espaço e segurança

“É inútil tirar os indivíduos, um após outro, das situações que produzem criminosos e permitir que essas situações continuem”.

Edwin Sutherland

Apesar dessa ideia sobre a relação espaço urbano e violência estar ganhando maior ênfase no Brasil na contemporaneidade, as principais construções teóricas a respeito da organização dos espaços públicos urbanos como forma de prevenção de violência e redução da criminalidade datam desde os anos 1950.

Alguns autores como Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971) e Crowe (1991) já consideravam o espaço urbano como um estimulador ou inibidor de oportunidades para a prática criminal e, nessa perspectiva, elaboraram conceitos que seguem a ideia da influência do espaço físico na prática de atos violentos nas cidades.

Jane Jacobs – os olhos postos na rua

Em 1961, a autora Jane Jacobs publicou o livro *Vida e morte das grandes cidades*, que provavelmente pode ser considerada a obra com maior influência sobre o ambiente urbano e sua relação com o crime, que trata, de um modo geral, da vitalidade urbana. A autora ampliou os horizontes do planejamento urbano rumo ao entendimento das influências do desenho ambiental no comportamento social das pessoas, na defesa de que, quanto mais pessoas circulam nas ruas e calçadas, menor é o número de atos criminais, o que ela chamou de “olhos na rua”. Para a autora, a presença do movimento de pessoas nas ruas, ainda que desconhecidas umas das outras, proporciona mais segurança aos espaços urbanos e pode ser entendida como vigilância natural.

Oscar Newman – espaço defensável

Em 1972, o arquiteto Oscar Newman publicou o livro Espaço defensável: prevenção do crime pelo desenho ambiental no qual aborda a relevância da concepção e ordenamento do espaço físico para a prevenção de crimes, lançando o conceito de espaço defensável.

Espaço defensável se refere ao conjunto de estratégias capazes de reestruturar os espaços residenciais das cidades, tornando-os controlados pela comunidade que os partilha, as quais podem ser as barreiras simbólicas ou reais, as áreas de influência fortemente definidas e o aumento das possibilidades de vigilância, tudo articulado para criar um espaço capaz de ser controlado por seus residentes.

Assim, ele definiu que a chave para a criação de espaços defensáveis está na capacidade dos moradores de controlar o acesso de estranhos. Vale ressaltar que esse conceito foi alvo de críticas por não incentivar o convívio e o respeito entre os diferentes.

Jeffery e Crowe – teoria situacional do crime

O criminologista Dr. Ray Jeffery publicou o livro O comportamento criminal e o ambiente físico em 1971 e foi nessa publicação que ele criou a expressão CPTED - Crime Prevention Through Environmental Design (prevenção do crime através do desenho ambiental). Esse conceito considera dois elementos importantes para a prevenção criminal por meio do espaço: o lugar onde ocorre o crime e a pessoa que o comete. De acordo com esse modelo, os atores criminosos realizam suas decisões com base num processo racional, ainda que inicialmente, sendo que suas percepções podem ser manipuladas para que se possa induzir nos mesmos o sentimento de risco em cometer um determinado crime. Essas percepções, por influenciarem o processo de tomada de decisão do indivíduo, poderão levar a pessoa a desistir da ação criminosa, na medida que ela conclua que os potenciais riscos superam os eventuais lucros derivados da ocorrência criminosa.

Já em 1999, o autor Timmothy Crowe aperfeiçoou o conceito CPTED com a publicação Crime prevention through environmental design: applications of architectural design and space management concepts (Prevenção do crime através do desenho ambiental: aplicação do desenho arquitetônico e dos conceitos de administração do espaço urbano). Ele incorporou a dimensão social, tanto no sentido de tornar os espaços defensáveis pelos seus residentes, quanto no sentido da preocupação com a criação de atividades sociais positivas e diversificadas para estimular os habitantes a ocuparem e se apropriarem do espaço e, assim, gerar vigilância natural.

De um modo geral, podem ser listados quatro princípios do CPTED:

1. Vigilância natural – a maneira que o espaço é organizado pode facilitar a possibilidade de ver e ser visto por outros. A boa visibilidade de um local aumenta o grau de controle sobre este pelos seus utilizadores. São mecanismos projetuais de vigilância natural: arranjo estratégico de janelas, portas e árvores, iluminação correta e planeamento de atividades que gerem fluxos de passagem e frequência de pessoas.

2. Territorialidade – diz respeito ao sentimento de apropriação e pertencimento dos cidadãos para com os espaços urbanos. O reforço da sensação de territorialidade estimula a manutenção voluntária, o cuidado com a estrutura física construída e a correta utilização dos espaços.

3. Controle social dos acessos – pelo qual pretende-se desencorajar o potencial criminoso, fazendo-o perceber o risco de que seja pego em flagrante. Projetualmente, isso pode ser alcançado através da canalização da circulação para determinados locais por meio da utilização de passeios, pavimentação, portões, iluminação e árvores, o que contribui para um maior controle do espaço.

4. Manutenção do espaço público – o ideal que seja feita tanto pelo poder público como pela própria comunidade.



2



3

FIGURA 1 Rua Guilherme Rocha, exclusiva para pedestres no Centro de Fortaleza / Fonte: site do Jornal O Povo.

FIGURA 2 Praça Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, mais conhecida como Praça das Flores no bairro Aldeota, em Fortaleza / Fonte: site da revista Vós.

FIGURA 3 Beco do Cotovelo, ponto de encontro tradicional no Centro de Sobral / Fonte: produa 202b.

4



5

FIGURA 4 Projeto Praça Viva no bairro Parque Silvana, em Sobral / Fonte: ECOA
FIGURA 5 Projeto Praça Viva no bairro Sumaré, em Sobral / Fonte: ECOA

2.5. Cidades excludentes: violência e segregação socioespacial

“A causa básica da favelização urbana parece ser não a pobreza urbana, mas a riqueza urbana”.

Gita Verma

A pesquisa Desigualdade Mundial 2018, coordenada pelo economista francês Thomas Piketty, apontou o Brasil como o país mais desigual do mundo, cujo quase 30% da renda está nas mãos de apenas 1% da população brasileira. Os dados sobre o Brasil se restringem ao período entre 2001 e 2015, e assim destaca a característica fundamentadora da nossa sociedade, que permanece mesmo depois dos avanços nesse sentido proporcionados pelas políticas sociais dos governos do presidente Lula e da presidente Dilma. Essa marca da desigualdade está presente em todos os ângulos que se olha para o país, inclusive no que se diz respeito às cidades.

Nessa perspectiva, a segregação social determinada pela grande desigualdade presente entre os habitantes brasileiros, se revela no meio urbano através da fragmentação dos territórios, uma vez que o espaço urbano é subordinado à lógica do capital e de seu mercado imobiliário nas cidades globalizadas, as quais têm como importante característica formal a existência de contrastes em seus tecidos urbanos.

Uma característica fundamental dos processos de urbanização da maioria das cidades brasileiras foi a dialética entre a localização e as condições sociais, o que tornou a malha urbana e seu ambiente construído claras expressões da desigualdade social que assola o país, pela qual os mais pobres são permanentemente pressionados a ocuparem sempre as piores localizações nas cidades, no que diz respeito às áreas de maior fragilidade ambiental e insegurança construtiva, além da ausência de infraestruturas urbanas de qualidade que atendam o direito à cidade da população de baixa renda e a condição quase sempre periférica das áreas destinadas às habitações de moradia popular que costumam não ser prioridade de investimento público em infraestrutura urbana.

Em 2009, foi elaborado o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a Fundação Seade. O IVJ-V classifica todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes combinando variáveis como exposição dos jovens à violência urbana,

permanência na escola, inserção no mercado de trabalho e contexto socioeconômico dos municípios. O índice apontou uma grande relação entre vulnerabilidade juvenil e precariedade da infraestrutura urbana, isto é, quanto maior o número de domicílios situados em assentamentos precários, maior o grau de vulnerabilidade juvenil nessa cidade.



FIGURA 6 Vista para a CE-440, em direção à Serra da Meruoca (um dos eixos de expansão urbana de Sobral). Edifício de 23 pavimentos se contrasta no tecido urbano composto tradicionalmente por casas e com a presença de grandes vazios no entorno / Foto: Pedro Cela

Essa relação entre vulnerabilidade à violência e precariedade da infraestrutura urbana faz todo sentido na medida em que se entende que áreas com precários equipamentos urbanos, sem condições dignas de moradia e saneamento básico, com condições deficientes de iluminação pública, de pavimentação de vias, de coleta de lixo e de espaços seguros voltados ao lazer, esporte e cultura, não são capazes de fomentar o desenvolvimento humano pleno e nem de estabelecer laços comunitários que permitam uma convivência saudável no território.

Dessa forma, a fragmentação urbana presente na maioria das cidades brasileiras leva à perda de espaços de referência para a construção e interação social e enfraquece o sentimento de pertencimento dos cidadãos, uma vez que a apropriação da identidade de lugar é perdida e o fluxo automático e impessoal prevalece sobre os encontros, assim como a exclusão prevalece sobre a inclusão. Segundo o sociólogo Zygmunt Bauman (2009), estar seguro implica enxergar o outro como semelhante. É nesse contexto subjetivo que a insegurança é percebida no espaço do outro e a segurança no espaço a que pertence, gerando, assim, uma cidade de fronteiras, na qual o cidadão está quase sempre se sentindo de fora, excluído, amedrontado.

Assim, ideais como liberdade, igualdade, tolerância e respeito à diferença, atributos de uma vida em democracia, são progressivamente substituídos pela fragmentação e pela separação rígida dos espaços, físicos e sociais, garantidas por uma lógica de segurança sofisticada e estruturada sobre uma lamentável valorização da desigualdade.

É nesse contexto que a antropóloga Teresa Pires do Rio Caldeira define como “enclaves fortificados” os espaços privatizados, fechados e monitorados, que constituem o principal instrumento desse novo padrão de segregação, justificado pelo medo do crime e da violência por parte daqueles que se sentem ameaçados e preferem abdicar dos espaços livres, públicos e abertos, característicos da vida urbana e do espaço público. Assim se apresenta o conceito de arquitetura do medo que, juntamente à geografia do crime, destaca as dinâmicas urbanas segregacionistas e alimentam o ciclo entre violência e marginalização dos espaços.

7



8



FIGURA 7 Projeto do loteamento privado Granvile Residence da construtora Mãe Rainha, localizado na Avenida Cleto Ferreira da Ponte em Sobral / Fonte: site da Construtora Mãe Rainha.

FIGURA 8 Condomínio fechado Residencial Moradas da construtora Mãe Rainha, localizado na CE-440 em direção à Serra da Meruoca, em Sobral / Fonte: site da Construtora Mãe Rainha.



10

11



12



13



FIGURA 9 Fragmentação urbana no Brasil. Favela de Paraisópolis e condomínio fechado na Zona Sul de São Paulo, região do Morumbi / Fonte: site do Portal Aprendiz da Uol.

FIGURA 10 Segregação espacial em Fortaleza. Comunidade do Lagamar no bairro Aerolândia / Foto: Mateus Dantas / Jornal O Povo

FIGURA 11 Segregação espacial em Fortaleza. Bairro Pirambu / Foto: Mateus Dantas / Jornal O Povo

FIGURA 12 Segregação espacial em São Paulo. Favela Panorama e o condomínio de luxo Parque Cidade Jardim ao fundo / Foto: Tuca Vieira / Jornal El País

FIGURA 13 Segregação espacial no Rio de Janeiro. Favela Dona Marta, localizada no bairro Botafogo, na Zona Sul da cidade / Fonte: site do portal político Tv Prefeito.

03

prevenção de violência no desenho da cidade

“É sempre bom lembrar
Que um copo vazio
Está cheio de ar
É sempre bom lembrar
Que o ar sombrio de um rosto
Está cheio de um ar vazio
Vazio daquilo que no ar do copo
Ocupa um lugar”

Gilberto Gil

3.1. Segurança cidadã e direito à cidade

É importante destacar que o modelo padrão de segurança pública utilizado pelas instituições de segurança brasileiras, de um modo geral, não só não contribui para a prevenção da violência urbana como de certa forma a incitam. Isso se refere às iniciativas repressivas e violentamente combativas exercidas muitas vezes pela polícia militar, as quais, geralmente, tem caráter racista, preconceituoso e violam os direitos humanos dos cidadãos.

Há de se reconhecer, também, que as próprias condições de trabalho dos policiais muitas vezes não facilitam o desenvolvimento de competências emocionais cidadãs e humanas nesses profissionais, os quais tem que lidar com uma comum desvalorização de suas funções, salários que não atendem o devido grau de reconhecimento de sua valia social, bem como a natureza estressante e de cunho arriscado à vida que seus serviços exigem diariamente. Além disso, o próprio formato da formação e da preparação dos profissionais da segurança pública não está alinhado com o que se deseja para desenvolver uma cultura de prevenção de violência.

É nesse contexto que o presente trabalho vai abordar o conceito de segurança cidadã como um modelo alternativo ao que se implementa na maioria das cidades brasileiras hoje em dia, que busca o controle social através da incorporação da participação social de modo a revitalizar os espaços urbanos, cênicos e periféricos, de forma a garantir uma vida cotidiana saudável e participativa, tendo como objetivo a prevenção de violência.

O cientista político Paulo de Mesquita Neto teve uma coletânea de textos seus publicada em 2011 acerca do tema da segurança, com reflexões que ajudam a repensar o conceito de segurança pública e estimulam a busca de novos caminhos para o enfrentamento e a prevenção de problemas relacionados à violência. Em um de seus textos, ele afirmou que “talvez a melhor estratégia para promover a segurança pública fosse entender a segurança pública não simplesmente como uma função do Estado, realizada por agentes públicos, mas como uma condição ou situação de fato, de convivência ordenada, pacífica e tranquila, em uma determinada comunidade ou sociedade.”

De acordo com o autor, é preciso ampliar a participação da sociedade no planejamento, na execução e no controle das atividades da segurança pública, de forma que os cidadãos e as organizações da sociedade civil assumam sua parcela de responsabilidade na busca de solução dos problemas existentes no que tange à segurança. Dessa forma, ele ainda destaca que o conceito de segurança cidadã tem afinidade com o conceito de direitos humanos, distanciando a segurança de posições autoritárias

que ainda estão presentes em parcelas significativas das instituições e da sociedade.

Assim, no que diz respeito à segurança cidadã, seria possível construirmos um modelo de controle social democrático, através do qual se unissem as instituições de socialização, como família, escolas, associações locais e meios de comunicação, e as organizações de controle social formal institucionalizadas, como as polícias, o sistema judiciário e os sistemas prisionais em prol do mesmo objetivo de prevenir violência, fortalecendo o tecido social das cidades.

É fato que ainda não tem sido suficientemente entendido no atual cenário de crise da segurança pública brasileira, a distinção entre estratégias repressivas e estratégias preventivas do crime e da violência, sendo estas últimas baseadas essencialmente na redução dos fatores que aumentam o risco e no aumento dos fatores que diminuem o risco de violência.

São exemplos de medidas de prevenção: programas de mediação e resolução pacífica de conflitos, aplicação adequada e bem planejada de medidas socioeducativas aos adolescentes infratores da lei, programas de apoio à reinserção de adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas e de egressos do sistema prisional na comunidade, assim como a qualificação profissional dos presos, programas voltados ao fortalecimento e estímulo da arte e cultura na juventude vulnerável e, no que tange o urbanismo, projetos de requalificação da infraestrutura urbana, bem como a promoção de ocupação dos espaços públicos que fortaleçam o sentimento de pertencimento à cidade. Esses tipos de medidas preventivas devem ter como foco não apenas a mera execução dessas ações, mas sobretudo a obtenção de resultados, como redução da incidência e da reincidência de crimes e o aumento da segurança dos cidadãos.

Vale ressaltar, entretanto, que no que diz respeito ao novo paradigma da segurança pública na busca por uma segurança cidadã, não se descarta a importância da existência de ações de repressão através da defesa do Estado, porém o combate à violência será mais eficaz quanto mais houver a combinação de estratégias de prevenção.

Dessa forma, reconhece-se, afim de fundamentalizar a teoria do presente trabalho, a importância de se pensar na requalificação da infraestrutura urbana e na revitalização de espaços públicos nas áreas mais vulneráveis à violência, com o objetivo de se promover ocupação cidadã nos espaços livres e o consequente sentimento de pertencimento aos bairros nos seus habitantes, fazendo prosperar, assim, a vida em comunidade e fomentando a participação cidadã na vida urbana, a qual pode ser um forte agente no

desenvolvimento de uma cultura de paz nos territórios violentos.

Medidas apresentadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para redução da violência no país se inspiram nas reflexões do cientista político Mesquita Neto, inclusive o fortalecimento de ações preventivas, como a aproximação entre as políticas de segurança e a comunidade. Em 2010, em parceria com o Instituto Sou da Paz, foram elaboradas cinco cartilhas que fazem parte do projeto Prevenção da Violência Entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação, uma iniciativa do Ministério da Justiça, no âmbito das ações do PRONASCI, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que visam identificar, conhecer e promover estratégias de prevenção da violência entre adolescentes e jovens em todo o território nacional.

As cinco cartilhas tratam dos seguintes temas: escola; polícia e juventude; cidade e espaços públicos; cultura de paz; e capacitação de gestores sobre juventude e prevenção de violência. Para o desenvolvimento da fundamentação teórica do presente trabalho, teremos como foco o conteúdo apresentado pela cartilha sobre cidade e espaços públicos, através da qual salienta-se a relevância do urbanismo como potente agente de prevenção de violência nas cidades.

Segundo a cartilha, é possível realizar ações de prevenção da violência sob a perspectiva das cidades e dos espaços públicos. Isso significa promover uma cidade democrática, que garanta o acesso a todos os direitos e políticas públicas, reduzindo a desigualdade tão presente nos centros urbanos brasileiros, onde apenas parte limitada da população consegue se desenvolver de maneira plena, tendo seu direito à cidade devidamente atendido.

Mais do que construir espaços seguros, é necessário construir o significado desses espaços de maneira coletiva e participativa. Um planejamento urbano com essa característica contribui para o desenvolvimento de uma cidade com cidadãos ativos, que promovem um novo sentido de vida pública e fortalecem os laços com a comunidade.

Assim, a cartilha destaca que “a ocupação dos espaços públicos é uma estratégia importante para a prevenção de violência, uma vez que contribui para que as pessoas voltem a viver na rua de uma maneira saudável, superando o medo do diferente, relacionando-se e mantendo relações pacíficas.”

A cartilha apresenta, ainda, sugestões de estratégias para subsidiar mais concretamente o trabalho de gestores públicos. São elas: 1) investimento



FIGURA 14 cartilha Cidade e Espaços Públicos, parte do projeto Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação.

em infraestrutura urbana, 2) potencial educativo das cidades, 3) prevenção de violência como prioridade do governo local, 4) diagnóstico dos lugares prioritários para atuar, 5) melhorias urbanas, 6) envolvimento dos jovens, 7) planejamento da ocupação dos espaços públicos, 8) promover a mediação dos espaços públicos, 9) estimular a aproximação com a polícia e 10) promover a circulação pela cidade.

No que diz respeito ao investimento em infraestrutura, é importante destacar que investir na melhoria da infraestrutura urbana nas periferias das cidades, como melhores condições de moradia e saneamento básico, acessibilidade, implementação de equipamentos de educação, esporte, cultura, lazer e saúde, além de reduzir a desigualdade através da oferta de condições e oportunidades para o desenvolvimento de habilidades sociais fundamentais para a convivência pacífica nos espaços públicos, também promove segurança pública, uma vez que a iluminação e a visibilidade do local público são características preventivas importantes quando se pensa no desenho urbano.

Ademais, é importante destacar a necessidade de se elaborar um plano de ocupação dos espaços públicos, para além de suas construções. Além disso, é necessário também definir princípios, como considerar os interesses da comunidade, incentivar a diversidade na ocupação e envolver a comunidade na elaboração do plano de ocupação.

Portanto, pode-se concluir que a segurança pública deve ser trabalhada

com informação, integração e, acima de tudo, pautada pela garantia dos direitos dos cidadãos. Assim, entendendo a cidade como um espaço coletivo, culturalmente rico e diversificado que deve pertencer a todos os seus habitantes, onde suas funções sociais devem estar voltadas a assegurar a distribuição universal, democrática e sustentável de suas riquezas, serviços e oportunidades por ela oferecidas, entre os direitos dos cidadãos acima referidos, o direito à cidade deve ser compreendido como um direito ao usufruto equitativo da cidade dentro dos princípios da justiça social, da democracia, da sustentabilidade e da equidade.

Dessa forma, considerando o espaço urbano o palco principal de experiências sociais tensionadas por disputas de espaço e poder, quando se defende o direito à cidade, defende-se o direito ao espaço democrático que rompe com a exclusão socioespacial e com o processo de fragmentação existente hoje nas nossas cidades. Isso quer dizer promover uso social de terras subutilizadas com projetos de moradia digna em áreas com infraestrutura urbana qualificada, proporcionar o acesso a equipamentos urbanos de educação, saúde, cultura, lazer e esporte, assim como viabilizar a utilização de transporte público de qualidade de maneira que o deslocamento cotidiano seja otimizado para todos os cidadãos, independente de sua classe social. Além disso, o fundamental para uma vida justa e saudável, o acesso ao devido saneamento básico e ao direito de moradia segura e qualificada para todos.

3.2. Cidade para pessoas versus arquitetura do medo

“a vida em bons espaços públicos é parte importante de uma vida democrática e completa”

Jan Gehl

Aproximadamente durante os últimos 50 anos, desde a metade do século XX, pode-se dizer que a dimensão humana foi negligenciada pelo planejamento urbano modernista. O conceito de Cidade para Pessoas é criado pelo arquiteto dinamarquês Jan Gehl e objetiva se posicionar contra o modelo das cidades modernistas, como Brasília, no sentido de se priorizar a escala humana ao invés da forma no momento de se planejar cidades.

No modelo modernista de espaço urbano, o automóvel, tendo sido muito valorizado na época e tido como princípio no planejamento da cidade, “espreme a vida urbana para fora do espaço público”, segundo o próprio Gehl. Isto significa dizer que o espaço que deveria ser destinado ao uso dos cidadãos, à convivência comunitária e às interações sociais, se destina, por exemplo, ao alargamento de vias e construção de estruturas de trânsito.

Além desse aspecto, é importante ressaltar que o modelo de planejamento urbano modernista segrega diferentes áreas da cidade em usos específicos, ou seja, são projetadas áreas destinadas à habitação, separadas das áreas destinadas ao trabalho, ao lazer e ao transporte. Essa separação dos locais de usos diferentes acarreta na necessidade de maior deslocamento intra-urbano para os cidadãos, fato que se justifica em atender a demanda da indústria automobilística em seu auge na época.

Esse tipo de estrutura da malha urbana negligencia a perspectiva humana diante do espaço e somente valoriza a morfologia pura e racional modernista. No caso de Brasília, fala-se que vista de cima, de avião ou helicóptero, a cidade tem uma estética muito agradável, de linhas definidas e quadras bem desenhadas. Porém, na vida cotidiana dos seus habitantes, na medida da escala humana, a cidade não se faz convidativa aos percursos peatonais e assim não favorece as interações sociais características da vida urbana saudável.

A cidade para pessoas não só considera como prioriza a dimensão humana nos percursos pelos espaços urbanos e, assim, provém do planejamento urbano que busca projetar a cidade para o conforto de seus cidadãos, no sentido de distribuir os usos de forma diversificada, facilitar os deslocamentos sustentáveis através de transporte público ou bicicletas e promover espaços livres para fomentar a interação social urbana.

Foi nesse contexto que a partir dos anos 2000 vimos acontecer uma mudança no paradigma do planejamento das cidades, no que diz respeito à consideração de uma vida sustentável e saudável e de uma visão humanística da forma urbana. A forma não está mais desconectada da vida humana, e sim sintetizada de acordo com ela.

De acordo com esse planejamento urbano considerando a cidade para pessoas, haverá soluções urbanísticas específicas para cada cidade, ainda que esses princípios humanistas e sustentáveis de planejamento possam ser aplicados em qualquer aglomeração humana, em diferentes escalas de pequenas vilas a metrópoles, de modo a trazer mais qualidade de vida para seus habitantes, através de projetos de mobilidade urbana com modais sustentáveis que estimulem a saúde física dos cidadãos, como a bicicleta, além de projetos de espaços livres que propiciem as interações sociais e a ocupação urbana, de modo a garantir uma vida urbana interativa, pacífica, segura e diversificada e projetos de acessibilidade para vias e calçadas que possam tornar a cidade receptiva para o uso de todos.

15



16



17



FIGURA 15 Rua compartilhada em Buenos Aires / Fonte: página do Tumblr Impressões Urbanas, por Paula Bisiau.

FIGURA 16 Beira do rio Sena, em Paris / Fonte: site do professor e engenheiro Gilberto Cunha (www.gilbertocunha.com.br)

FIGURA 17 Avenida transformada em praia artificial em Paris, para que as pessoas pudessem aproveitar a época de calor / Fonte: site do professor e engenheiro Gilberto Cunha (www.gilbertocunha.com.br)

Tendo em vista a perspectiva humanista do planejamento do desenho urbano representado pelo conceito de Cidade para Pessoas, o trabalho busca ressaltar o quanto a criminalidade violenta tem influenciado em um rearranjo da morfologia urbana nas cidades brasileiras, nas últimas três décadas, através do que se pode chamar de Arquitetura do Medo.

O medo social alimentado pelos casos de violência urbana vem influenciando na consolidação de um novo padrão de desenho arquitetônico da cidade. Os espaços privados atendem à demanda do medo do crime com a incorporação de uma série de elementos formais, como muros altos, grades, guaritas elevadas, cercas elétricas, torres, alarmes, circuitos de vídeo-monitoramento, entre outros. Esses elementos são explícitos em bairros de camadas sociais mais privilegiadas e podem ser vistos principalmente em espaços residenciais, ainda que ambientes comerciais não estejam isentos das representações dessa arquitetura do medo, mas são as casas e condomínios que adotam esses elementos com vigor.

Esse tipo de construção da morfologia urbana, a exemplo os condomínios fechados que ignoram a vida coletiva nas cidades e se fecham à convivência cidadã típica da urbanidade, seguem uma linha de planejamento urbano que é contrária à sugerida por Jan Gehl, em Cidade para Pessoas. Além disso, no que diz respeito à temática da violência urbana, esses elementos formais de superproteção e isolamento acabam por retroalimentar o ciclo da violência, uma vez que estabelecem barreiras físicas sólidas e agressivas à vida coletiva nos espaços públicos e ainda evidenciam e fortalecem a desigualdade social.

O modelo de construção do que se caracteriza como arquitetura do medo pode até mesmo ser considerado retrógrado por se assimilar com o modelo construtivo presente na Idade Média, que isolava as cidades medievais através de altas muralhas, fossos, arames farpados e lanças como cercas. Há ainda as residências que se assemelham bastante a presídios de segurança máxima, com sistemas sofisticados de alarmes, sensores e câmeras de monitoramento.

A arquitetura do medo coloca em risco a própria cidadania dos habitantes, pois ao se trancafiar a pessoa não percebe nem vivencia a cidade, é como se ficasse descolada do próprio espaço em que vive. Assim, as classes mais altas se defendem da violência com esses artifícios construtivos, mas não se comprometem em identificar as causas dessa violência que os amedronta a tal ponto, e como elas podem estar conectadas com suas condições de privilégio no espaço urbano.

18**19****20****21**

FIGURA 18 Cerca elétrica / Foto: Saulo Roberto / Jornal Diário do Nordeste.

FIGURA 19 Entrada de condomínio gradeada / Foto: Vitor Loureiro / Construtora Direcional

FIGURA 20 Guarita de condomínio com vidro blindado / Fonte: www.condominiosc.com.br

FIGURA 21 Câmera de monitoramento em condomínio residencial / Fonte: banco online de imagens iStock.

Desse modo, acontece o que se chama de “privatização da vida” e isso faz com que a cidadania seja enfraquecida, pois o espaço público perde sua essência de espaço de trocas, diversidade e socialização e passa a ser apenas uma via que leva as pessoas de um espaço privado a outro, fato que faz aumentar ainda mais a sensação de insegurança e medo nas pessoas, uma vez que quem está de fora desses lugares privados é visto como diferente e como potencial agente promotor de violência.

3.3. Composição urbana para a humanização dos espaços do crime

Composição urbana¹ é uma técnica de apreensão do desenho urbano de uma cidade ou bairro e sua proposta de intervenção. Ela tem por função definir a organização do espaço e, ao contrário da arquitetura, ela não visa um objeto acabado, pois considera-se que a mudança faz parte da essência do que é a cidade, processo pelo qual se inscreve o urbano no tempo. Assim, o criador da composição urbana deve se atentar para unificar em um todo coerente as diferentes partes que compõem o espaço em análise.

Composição urbana é uma técnica de apreensão do desenho urbano de uma cidade ou bairro e sua proposta de intervenção. Ela tem por função definir a organização do espaço e, ao contrário da arquitetura, ela não visa um objeto acabado, pois considera-se que a mudança faz parte da essência do que é a cidade, processo pelo qual se inscreve o urbano no tempo. Assim, o criador da composição urbana deve se atentar para unificar em um todo coerente as diferentes partes que compõem o espaço em análise.

A composição urbana se mostra como alternativa ao regulamento tradicional. Este, por natureza, geralmente não pode considerar as diferenças presentes nos espaços, uma vez que ele costuma trabalhar com a repetição e com a uniformização dos critérios de desenho urbano, mesmo em áreas de diversidade formal e usual. Já a composição urbana, tem como objetivo fazer a co-habitação das oposições.

Assim, esse modelo de análise e proposição de desenho urbano tem um conjunto de conhecimentos e de formalização urbanística que estabelece regras sobre a localização e desenvolvimento de projetos sucessivos de construção, tendo em conta as peculiaridades do terreno e características do entorno. Ele se utiliza de definições de eixos de prioridade de desenho e manchas de intersecções de diferentes sistemas presentes na estrutura da malha urbana, como sistema de espaços livres, sistema de transportes e mobilidade, sistema de equipamentos sociais urbanos, sistema de habitação, entre outros.

Dessa forma, através da utilização da composição urbana para proposição de projeto, busca-se integrar melhor as atividades presentes no recorte a ser estudado, respeitando as limitações da área e fazendo uso de suas

¹O estudo da composição urbana (composition urbaine) é uma tradição na França no ensino da Arquitetura e do Urbanismo. Ver THIBAUT, Serge. Ccomposition urbaine, projets et territoires. Congrès national des Sociétés Historiques et Scientifiques. Tours, France, 2012.

potencialidades, à medida em que se estabelece conexões dos sistemas que concebem a dinâmica e a estrutura urbana do local.

A intenção do presente trabalho é, portanto, trabalhar com essa metodologia de proposição de projeto urbano, de modo a garantir a requalificação urbana de um recorte específico que esteja em uma área vulnerável à violência, a qual possa servir como promotora de prevenção de violência e segurança pública. Essa requalificação terá dimensão infraestrutural, paisagística e sócio-cultural, no que diz respeito às atividades a serem pensadas para dar vida ao espaço projetado, dialogando com iniciativas de políticas públicas voltadas para a prevenção de violência para a área.

Vale ressaltar que a utilização da composição urbana seguirá os princípios do que se preza para o planejamento de uma cidade para pessoas, buscando, assim, criar espaços humanizados e ressignificar o aspecto marginalizado da área, promovendo autoestima em seus habitantes e, assim, fomentando a vida em comunidade de forma pacífica e segura.

04

políticas públicas: experiências nacionais

“viver é melhor que sonhar”

Belchior

4.1. Contexto nacional

No que diz respeito a um novo paradigma de ações de segurança pública e tendo em vista a violência como um fenômeno complexo e multifacetado, é importante destacar que qualquer estratégia de prevenção da criminalidade violenta deve considerar a existência de uma série de fatores que predis põem a ocorrência de atos de violência. Nesse sentido, as ações de prevenção devem ter caráter multissetorial, assim como seus programas, pois nenhuma ação sozinha apresenta resultados tão positivos quanto aqueles que são desenvolvidos de forma integrada.

Desse modo, é fundamental o envolvimento de instituições públicas, acadêmicas, organizações da sociedade civil e comunidades na implementação de políticas públicas, programas e projetos de prevenção que busquem enfrentar as causas e interferir nos fatores que estimulam e favorecem a ocorrência de violência. Assim, é de grande relevância que as entidades governamentais planejem essas ações de políticas públicas para prevenção de violência voltadas para a educação, a moradia, a requalificação urbana, o lazer, o mercado de trabalho e geração de renda, pois sem o suprimento dessas necessidades básicas, os cidadãos tem seus direitos negligenciados para viver plenamente e, assim, a aderência ao crime aumenta.

É razoável afirmar que o Brasil ainda conta com poucas experiências de espaços urbanos planejados e projetados na perspectiva da prevenção de violência. Um dos pontos que vale destacar é a necessidade de se avançar na obtenção de diagnósticos que considerem de forma objetiva e clara a relação da violência com a inadequação dos espaços urbanos brasileiros. Ainda assim, há razão em se ter esperanças no ganho de força desse tema nas futuras políticas de planejamento urbano no país, visto que determinadas políticas públicas voltadas para esse objetivo, assim como algumas organizações acadêmicas e instituições da sociedade civil, já se esforçam para o fortalecimento da ideia de que é possível contribuir para a prevenção de violência através de ações multissetoriais que incluam o papel do planejamento urbano. Segue uma lista das iniciativas de maior destaque no âmbito nacional.

4.2. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

No Brasil, essa perspectiva sobre o alcance de segurança pública através da prevenção de violência foi ganhando força gradualmente a partir de 1997 com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio da qual foi criado o Plano Nacional de Segurança Pública em 2000 e o Fundo Nacional de Segurança Pública em 2001. Em 2007, foi elaborado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), Lei nº 11.530, o qual deveria atender a necessidade de institucionalização de um novo instrumental capaz de responder de modo mais amplo e contemporâneo à realidade catastrófica de falta de segurança no país. Ele foi precedido pelo projeto Segurança Cidadã, da parceria entre a SENASP e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2003, que já se fundamentava no princípio de que a segurança não se limita à atuação policial.

O PRONASCI se apresentou ao público nos seus documentos oficiais, então, como um projeto que articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem descartar as estratégias de ordenamento social, tendo como principais eixos a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção de violência.

O público-alvo das ações do PRONASCI eram os jovens na faixa etária entre 15 e 30 anos, assim como as mulheres e a população predominantemente negra. Assim, as ações previstas visavam prioritariamente preservar estes grupos sociais específicos, na tentativa de evitar que seguissem para o caminho do crime.

O destaque maior que se pretende dar às iniciativas do PRONASCI é sobre a atenção especial desse Programa aos locais da cidade com elevada quantidade de atos de violência, denominados “territórios de desconexão social”. O Programa previa a aplicação de uma série de ações, desde o trabalho educativo com a comunidade local até a ênfase na implementação de equipamentos de cultura e lazer, tendo como grande inspiração a experiência colombiana, mais precisamente da cidade de Bogotá, a qual é referência até hoje no combate de criminalidade através da prevenção de violência voltada para a requalificação urbana e integração da comunidade.

Em dezembro de 2008, foi realizado em Brasília o seminário Espaços

Urbanos Seguros, que focalizou os principais resultados de aplicação do PRONASCI em território brasileiro. Embora grande parte dos vários projetos apresentados ainda não tenha obedecido fielmente ao modelo proposto pelo Programa, percebeu-se avanços no sentido da introdução de procedimentos da chamada “segurança cidadã” em propostas de intervenção urbana.

4.3. Programa Espaços Urbanos Seguros – Rio de Janeiro

Uma marcante experiência de política voltada para a prevenção de violência considerando o papel do espaço urbano foi o programa Espaços Urbanos Seguros que fazia parte do Projeto Medalha de Ouro: Construindo Convivência e Segurança, o qual foi desenvolvido através da cooperação técnica entre o Programa das Nações Unidas – dos Projetos Especiais – e a SENASP, que visavam a realização das ações de segurança pública dos Jogos Panamericanos e parapan-americanos do Rio de Janeiro em 2007.

O viés geral do programa Espaços Urbanos Seguros no Rio de Janeiro foi a requalificação de áreas identificadas como locais inseguros pelas próprias lideranças comunitárias das principais comunidades que sediaram os eventos esportivos, como Complexo da Maré, Complexo do Alemão e Cidade de Deus. Foram, então, implementados três eixos de atuação para a realização dessa requalificação urbana:

- Capacitação em gestão e desenho urbano: realização do curso “Gestão e Desenho Urbano” para 150 líderes comunitários, com o objetivo de oferecer instrumentos para definição de intervenções no espaço urbano adequadas às suas necessidades e à promoção de segurança pública, através de ações de planejamento urbano. Com isso, esses representantes comunitários elaboraram projetos de intervenções urbanas para suas comunidades.

- Capacitação em técnica construtiva: capacitação de 1000 pessoas com idade entre 18 e 45 anos, moradores das comunidades cariocas do entorno do circuito dos Jogos Panamericanos, em técnicas de construção civil para prestarem serviços de adequações dos espaços urbanos da cidade do Rio de Janeiro, especialmente no entorno das áreas dos Jogos, no sentido de harmonizar a estética urbana e promover segurança pública.

- Execução das adequações urbanísticas: entre os projetos elaborados pelos líderes comunitários no curso “Gestão e Desenho Urbano”, foram escolhidos 30 projetos de intervenções em apresentação dos mesmos

nas comunidades, dos quais 29 foram implementados. Os projetos selecionados seguiram normas de prevenção de violência e contaram sempre com a participação direta da população. A maior parte dos projetos previa melhorias em espaços já existentes, como parquinhos e quadras e, em outros casos, construção de quadras ou praças em terrenos subutilizados.

Tendo em vista que a definição dos territórios para intervenções urbanas e a escolha dos projetos a serem implementados tiveram participação prioritária das próprias comunidades nas tomadas de decisão, o programa teve fundamentação na participação popular ao considerar a percepção de insegurança por parte dos próprios moradores dos bairros. Alguns dos resultados das intervenções apontam melhorias na sensação de insegurança em algumas comunidades, como áreas que deixaram de ser local de abandono de carros roubados, diminuição dos roubos e sentimento de segurança com a iluminação adequada.

4.4. Instituto Sou da Paz e Projeto Praças da Paz – São Paulo

O Instituto Sou da Paz é uma Organização Não Governamental fundada em 1999, sediado na cidade de São Paulo e que tem como objetivo contribuir para a implementação de políticas públicas de segurança e prevenção de violência que sejam eficazes e pautadas nos valores da democracia. Através da realização de campanhas, debates e palestras, o Instituto visa incrementar a mobilização social e criar projetos voltados para a promoção de cidadania de jovens das periferias de São Paulo.

O projeto Praças da Paz foi implementado pelo Instituto em parceria com a Sulamerica Seguros em três praças localizadas em regiões periféricas da capital paulista, o qual será abordado com mais detalhes na parte 5 – Referências Projetuais.

4.5. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESEC

O CESEC é uma instituição acadêmica integralmente dedicada ao campo da segurança pública no Brasil. O centro de estudos foi fundado em 2000, na Universidade Cândido Mendes (Ucam) no Rio de Janeiro, por pesquisadores

com experiência em gestão pública. O objetivo da organização é desenvolver projetos que contribuam para o aperfeiçoamento do sistema de justiça criminal e subsidiem políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade, visando sempre os direitos humanos.

O centro de estudos realiza pesquisas aplicadas, consultorias, monitoramento de projetos de intervenção, para o combate e prevenção de violência. Assim, considerando o princípio de que segurança não se resume à ausência de atos criminosos, mas ao acesso de diferentes grupos sociais às condições de exercício pleno da cidadania, o trabalho do CESEC contempla áreas temáticas tradicionalmente excluídas do campo da segurança, buscando convergir os debates sobre sistema de justiça criminal e as discussões acerca das desigualdades, direitos e democracia no Brasil.

Com o compromisso com a construção de espaços nacionais de referência e cooperação técnica não governamentais, o CESEC ajudou a criar e consolidar outras instituições, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e a Associação pela Reforma Prisional (ARP).

O centro de estudos é estruturado em sete linhas de pesquisa, sendo elas polícia e sociedade; justiça e sistema penitenciário; indicadores e políticas de segurança; juventude, movimentos sociais e cidadania; mídia e violência; políticas de drogas; e mediação de conflitos.

Entre várias iniciativas do órgão, o projeto *Diagnóstico das condições de segurança e plano participativo de prevenção de violência na comunidade de Vila Joaniza*, no Rio de Janeiro, concluído em 2012, enfatizou a relação entre espaço e violência ao definir como objetivos específicos do diagnóstico a análise dos aspectos do ambiente local e do seu entorno que favorecem a prática de atos violentos ou que dificultam a convivência no espaço público da comunidade, além do mapeamento e descrição das potencialidades e recursos da comunidade para reversão do quadro de violência através de instalações físicas (praças, escolas, quadras esportivas, etc.) para o desenvolvimento de programas de prevenção de violência e promoção de convivência segura.

4.6. Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP

Segundo sua própria definição, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública é uma organização sem fins lucrativos que tem por missão atuar como um espaço permanente e inovador de debate, articulação e cooperação técnica para a segurança pública no Brasil. O programa de trabalho do órgão é

pautado na circulação de dados e de conhecimento acerca da realidade da área da segurança pública e, ainda, na aproximação e na construção de pontes de diálogos entre diferentes segmentos que lidam cotidianamente com o tema.

Dessa forma, a atuação do Fórum vem permitindo que os dados existentes sejam direcionados para serem insumo para ação política. Ele é organizado como uma associação, em que a adesão dos membros é livre e sua equipe executiva está sediada em São Paulo.

Atualmente, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública é uma fonte imprescindível de dados sobre a segurança pública de todos os estados do país e contribui para a produção de conhecimento, para o incentivo à avaliação de políticas públicas, para a introdução de novos temas na agenda de discussão do campo da segurança e para as ações políticas realizadas por diversas organizações da sociedade civil.

No estudo Mapeamento de Programas de Prevenção de Homicídios na América Latina e Caribe, um dos tipos de classificação dos programas de prevenção de homicídios é Prevenção Situacional em Espaços Públicos, o qual faz referência à recuperação dos espaços públicos deteriorados que são associados à presença de violência ou a uma percepção de insegurança por parte dos cidadãos. O estudo define que essas iniciativas costumam estar enquadradas dentro de planos de prevenção de violência em um sentido mais amplo, e podem se inscrever em uma estratégia de redução de homicídios ou ter um efeito comprovado nesse sentido.

4.7. Políticas de segurança pública e de prevenção de violência no Ceará

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em sua edição especial 2018, de autoria do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que considera os dados entre 2014 e 2017, o Ceará ocupa o 2º lugar do país no ranking do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial (IVJ) e é considerado o 3º estado mais violento do país.

De acordo com o último balanço do FBSP, realizado em 2018, correspondendo aos dados de 2017, ocorreram 5.332 mortes violentas intencionais no estado do Ceará, englobando casos de homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte, latrocínio e mortes decorrentes de intervenções policiais. Além

disso, vale ressaltar que entre 2014 e 2017 houve uma variação de 16,4% de aumento percentual no que se refere a esse dado.

Em 2017, 161 pessoas foram vítimas de mortes decorrentes de intervenções policiais, o que corresponde a um crescimento de 198% no período entre 2014 e 2017. Esse dado pode indicar o quanto a polícia mais amedronta do que protege, segundo a lógica repressiva de intervenção, em detrimento de um modelo comunitário de ações de segurança. Além disso, as taxas de homicídios por 100 mil habitantes entre pessoas não negras e pessoas negras são, respectivamente, 8,3 e 38,9; essa comparação nos aponta qual grupo étnico-social está no alvo da violência, incluindo a violência institucional por parte da polícia.

Considerando a junção dos fatores de armas de fogo, droga ilícita e resolução violenta de conflitos interpessoais, a presença forte das facções criminosas no estado tem ganhado cada vez mais evidência, não só no interior dos presídios, mas também nos bairros populares das cidades cearenses de maior porte. Neste cenário de violência crescente, é importante destacar o grande envolvimento de jovens pobres que encontraram no tráfico de drogas um caminho de difícil reversão, na ótica da falta de oportunidades de emprego e renda.

Uma vez que se sabe que nas periferias os índices de criminalidade são maiores, é necessário coletar informações que articulem políticas de segurança com políticas de educação, saúde, moradia, cultura, lazer e trabalho. Nessa perspectiva, pode-se dizer que só serão reduzidas as práticas violentas com o esforço para a superação ou diminuição das desigualdades sociais, entendendo que a natureza das relações sociais possui tamanha complexidade e, dessa forma, o aumento da violência e das taxas de homicídios não pode ser explicado apenas pelo tráfico de drogas, pois este fenômeno se insere em um contexto absolutamente mais amplo.

4.7.1. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência

Instituído em 2016 pela Assembleia Legislativa do Ceará, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) liderou uma pesquisa de campo que mapeou as famílias que tiveram adolescentes assassinados em 2015 em sete cidades cearenses: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio. A pesquisa foi feita em parceria com o Governo do Estado do Ceará, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e instituições do poder público e da sociedade civil.

Nessa pesquisa, foram ouvidas 224 famílias de adolescentes assassinados, tendo sido a pesquisa mais abrangente feita no Ceará sobre homicídios na

adolescência, que reuniu 24 profissionais e resultou no relatório “Cada Vida Importa”, assinado pelo deputado estadual Renato Roseno, relator do Comitê. Com a apresentação do relatório, a pesquisa foi prorrogada por mais dois anos e o trabalho da segunda fase está centrado no acompanhamento das recomendações para reduzir a violência letal contra adolescentes entre 10 e 19 anos no estado do Ceará.

Assim, a equipe que integra o Comitê se reuniu com os prefeitos das cidades onde a pesquisa foi realizada para apresentar o conjunto de recomendações aos municípios para redução do índice alarmante de mortes de adolescentes, uma vez que o Ceará lidera hoje o ranking do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA).

O relatório final Cada Vida Importa, foi dividido em partes referentes aos adolescentes, à família, à comunidade, ao Estado e, finalmente, às recomendações. No que se refere à comunidade, o Comitê identificou que em 2015, 73% dos adolescentes foram mortos no próprio bairro que moravam. Em 49% dos casos pesquisados, a família inclusive afirmou conhecer o autor do crime, percentual que sobe para 55% quando a pergunta era se a vítima conhecia o agressor.

A distribuição espacial dos homicídios revela que a maior parte acontece em assentamentos precários, que segundo a Política Nacional de Habitação, correspondem a espaços urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, como cortiços, loteamentos irregulares de periferia, favelas e conjuntos habitacionais degradados. Dessa forma, as mortes não se distribuem de maneira homogênea nos territórios, característica que poderia ser levada em consideração pelo poder público nas tomadas de decisões para intervenções urbanas mais eficazes em determinadas áreas das cidades, visando a prevenção de violência.

“A priorização de assentamentos precários, ao invés de unidades mais heterogêneas, como bairros, para intervenções intersetoriais, pode ter alto impacto na redução dos homicídios de adolescentes”, aponta o médico epidemiologista Antonio Silva Lima Neto, coordenador da Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde de Fortaleza e consultor do Comitê, no qual ele foi responsável pela espacialização dos homicídios.

A compreensão de que a atuação em intervenções urbanas deve ser focalizada é reforçada também pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em um estudo de 2016 sobre a relação entre educação e homicídios. Segundo o técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, Daniel Cerqueira, um quarto dos homicídios no Brasil estão localizados em 470 bairros. Ele reafirma: “Dá para gerenciar isso.”

Assim, compreender a diversidade ambiental urbana que ocorre dentro de um mesmo município, assim como as diferenças na provisão e qualidade de serviços públicos entre as regiões mais prósperas e as localidades mais vulneráveis socioeconomicamente é, portanto, elemento crucial para instruir políticas públicas no campo da segurança. Foi o que apontou o estudo sobre os municípios contemplados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, entre eles cinco cidades cearenses: Fortaleza, **Sobral**, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Caucaia.

Ainda sobre o que diz respeito ao fator comunidade, no relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, cabe ressaltar que os conflitos de gangues de facções criminosas delineiam uma geografia da violência para os territórios onde atuam, delimitando espaços de circulação e exigindo que esse traçado seja seguido à risca. As áreas demarcadas se tornam espécies de campos minados e as linhas divisórias viram fronteiras invisíveis entre a vida e a morte para quem mora e trabalha onde a violência é elemento participante do cotidiano.

A pesquisa do Comitê identificou que a maior parte dos adolescentes mortos tinham restrições de circulação no próprio lugar onde moravam, por conflitos com grupos rivais em função do tráfico de drogas ou por desentendimentos pessoais. Nesse sentido, essas zonas de conflito em comunidades sob o fogo cruzado da violência dificultam ainda mais a atuação de agentes do setor público no desenvolvimento de ações políticas e sociais nesses territórios, incluindo operações de acesso à saúde, à assistência social e à educação.

O surgimento de conflitos de territórios está relacionado, na maioria dos casos, à disputa pelo controle do tráfico de drogas, armas e munições em determinadas áreas. Além disso, onde há maior circulação de armas de fogo é também onde há maior registro de homicídios e, conseqüentemente, é também onde acontece um processo maior de estigmatização relacionada à violência. Essa imagem rotulada desses territórios reforça a relação desses espaços com a violência, retroalimentando o ciclo dessa vinculação, o que afeta inclusive o desenvolvimento econômico dessas áreas, assim como acomete diretamente a qualidade de vida de seus moradores.

Já no que se refere ao papel do Estado, o relatório do Comitê descreve a comum ausência desse agente na dinâmica desses locais acometidos pelo grave problema da violência, provocando invisibilidade e negligência às famílias que tiveram adolescentes assassinados. Os territórios com maiores índices de violência são invisíveis no sentido de que “somente a polícia os enxerga”, como resume o Preto Zezé, presidente da Central Única das Favelas, cujo filho de 17 anos foi morto em 2015. Para muitos jovens, o Estado só se faz presente quando eles praticam ou sofrem algum tipo de violência.

É nesse sentido que se reforça a necessidade de se fortalecer as iniciativas de políticas públicas para a prevenção de violência, com estratégias de articulação que busquem integrar forças estatais e da sociedade, na direção de se revigorar o tecido social desses territórios violentos para uma gradual redução dos índices de violência nesses locais.

Finalmente, o Comitê levanta algumas recomendações a serem levadas em consideração pelos poderes municipais, na busca de mitigar o problema da violência nas cidades do estado do Ceará. Essas recomendações foram articuladas com o levantamento das evidências de violência, de acordo com a pesquisa realizada, por exemplo, a evidência 1 diz respeito à vulnerabilidade de quem cuida, representada pelo dado de que 55% dos adolescentes mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência, portanto em situação peculiar de desenvolvimento e consequente vulnerabilidade social. Essa evidência foi rebatida na recomendação 1 referente ao apoio e proteção às famílias vítimas de violência.

No que se refere ao planejamento urbano, o relatório destaca a evidência 3 que destaca os territórios vulneráveis aos homicídios, justificada pelo levantamento da pesquisa sobre a maioria dos adolescentes terem morrido no próprio bairro. Esses bairros apresentam infraestrutura urbana e serviços públicos precários, tornando a segregação urbana um fato que contribui fortemente para a vulnerabilidade à violência letal. Em Sobral, segundo a pesquisa, 81% dos jovens foram mortos no bairro onde moravam.

Assim, a recomendação correspondente à evidência 3 é a qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios, na qual o Comitê enfatiza a necessidade de melhoria das condições de habitabilidade, promoção de regularização fundiária, adequação de iluminação pública, requalificação de infraestrutura e equipamentos sociais como intervenções que visam integrar os territórios vulneráveis à cidade legal, considerando as dimensões espaciais e sociais. O relatório destaca também a participação comunitária no desenvolvimento das intervenções urbanas como imprescindíveis para a prevenção de homicídios.

Essa recomendação 3 referente à qualificação urbana dos territórios vulneráveis, aponta como iniciativas essenciais a identificação dos assentamentos precários das cidades por parte dos governos municipais para realização de planos diretores e desenvolvimento de políticas de intervenção específica nas áreas mais vulneráveis à violência. Além disso, o estabelecimento e/ou a regulamentação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e assim a garantia de terras para construção de habitações e equipamentos sociais em terrenos vazios ou subutilizados.

Ademais, o relatório também inclui a promoção de urbanização integrada dos assentamentos precários, de acordo com o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) e a regularização fundiária como a devida garantia de segurança jurídica de posse aos moradores desses assentamentos.

4.7.2. Programa Estadual Pacto por um Ceará Pacífico

Desde 2015, o programa estadual Pacto por um Ceará Pacífico vem sendo ordenado a partir dos princípios de articulação de diversos entes estaduais e prevendo o envolvimento do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, com a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública, bem como diferentes setores da sociedade civil, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O programa se constitui como um projeto relevante que evidencia a prioridade governamental na missão de se reduzir a violência no estado do Ceará. Ele está incluído no plano de governo do Governador Camilo Santana, “Os 7 Cearás”, que estabelece diretrizes que contemplam aspectos de segurança pública, justiça e cidadania, política sobre drogas e desenvolvimento urbano, visando a redução dos índices criminais e a construção de uma cultura de paz no Estado.

Na publicação intitulada “Ceará Pacífico em Ação”, uma matriz de acompanhamento, é descrito: “O Governo do Estado do Ceará vem priorizando a formulação e a implementação de estratégias de prevenção e enfrentamento da violência letal a partir de uma perspectiva sistêmica, baseada no conceito de segurança cidadã, que implica em uma política de segurança pública construída a partir da ação conjunta e integrada de diversas esferas, instituições e poderes.”

O Pacto por um Ceará Pacífico é, então, de acordo com o que os documentos o definem, um movimento estadual, um pacto interinstitucional de articulação e integração de forças em defesa da vida com o objetivo de reduzir índices de violência e fortalecer a cultura de paz no estado do Ceará.

A estrutura de governança do Pacto foi dividida em três níveis, sendo eles estratégico, gerencial e operacional. O nível estratégico contempla as funções de monitoramento e avaliação, tomadas de decisão, de normatização, assim como articulação intergovernamental e a comunicação e divulgação. O nível gerencial diz respeito às discussões especializadas, com articulações entre iniciativas, proposições de implementações e avaliação dos projetos do Pacto. E, finalmente, o nível operacional tem ênfase territorial no controle social direto com participação social e articulação intersetorial no acompanhamento de iniciativas.

Assim, para a elaboração do diagnóstico das violências e vulnerabilidades do Estado, foram levadas em consideração várias perspectivas, considerando dados e informações da polícia militar e civil, secretaria municipal de saúde, secretaria municipal de direitos humanos, habitação e assistência social, secretaria estadual do trabalho e desenvolvimento social, secretarias municipal e estadual de educação, secretaria municipal de urbanismo e meio ambiente, IBGE, CAGED e Atlas Brasil, assim como dados da pesquisa sobre violência e criminalidade realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a pesquisa do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência.

Dessa forma, a partir dos indicadores de violência e vulnerabilidade, da distribuição da população e do contexto e entorno dos bairros, foi feita uma divisão territorial que, em Sobral, definiu seis territórios para implantação do Pacto. Em seguida foram definidos os territórios de ação prioritária e de implementação inicial do programa e a sequência dos territórios que terão o Pacto implantado ao longo do tempo.

No que se refere à implementação do programa e às estratégias de consolidação, foram definidos sete níveis de intervenção sendo estas classificadas em urbanas; setoriais/interseoriais/interinstitucionais; comunitárias; culturais; educacionais; de desenvolvimento de trabalho e renda; e de comunicação. No que diz respeito ao nível das intervenções urbanas, prevê-se a construção e recuperação de áreas e equipamentos.

Segundo a estrutura do Pacto na cidade de Sobral, ele deseja ser, além de um pacto interinstitucional, mas intersetorial, interpessoal, comunitário, entre Estado e sociedade, entre homem e natureza, de todos com todos e de todos com tudo. “Um pacto com a vida e pela vida.”

A cidade de Sobral foi a primeira do interior do Estado a fazer parte do Pacto por um Ceará Pacífico e o seu primeiro território de implantação do programa convergiu ações em três áreas: bairro Vila União, bairro Terrenos Novos e conjunto Novo Caiçara.

22



23



24



25



26



27



FIGURA 22 Pacto por um Ceará Pacífico - Governo do Estado do Ceará.

FIGURA 23 Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) - Organização sem fins lucrativos.

FIGURA 24 Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) - instituição acadêmica da Universidade Cândido Mendes do Rio de Janeiro.

FIGURA 25 Instituto Sou da Paz - Organização Não Governamental.

FIGURA 26 Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - instituído pela Assembleia Legislativa do Ceará.

FIGURA 27 Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Governo Federal.

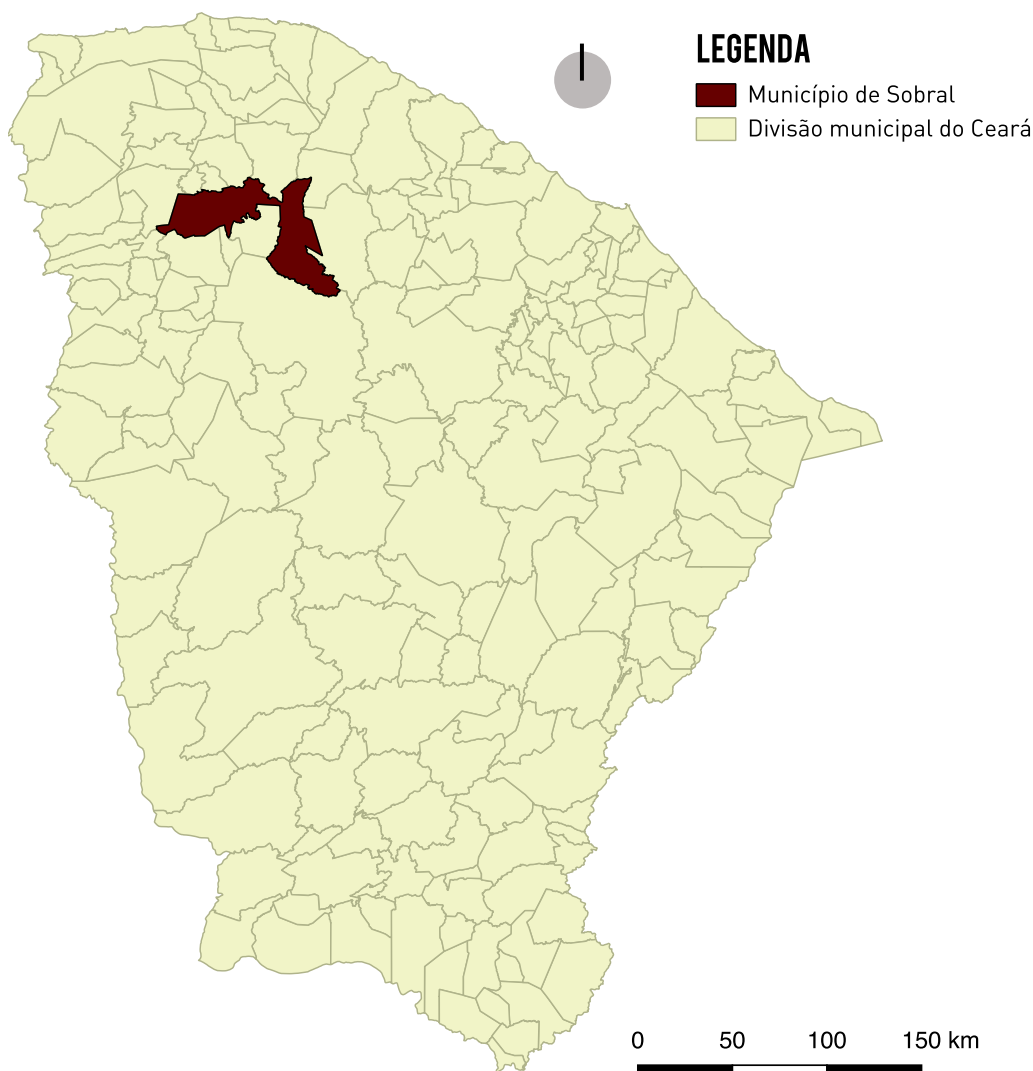
05

sobre o município de Sobral-CE

“a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam”

Leonardo Boff

5.1. Situação demográfica e socioeconômica



MAPA 01 situação Município de Sobral no Ceará / Fonte: IBGE 2010

A cidade de Sobral está situada ao norte do estado do Ceará, possui um território de 2.122 km² e sua população é de 205.529 habitantes, segundo a estimativa do IBGE de 2017, sendo o 5º município mais povoado do estado e a segunda maior cidade do interior cearense. Sobral foi considerada uma capital regional pelo IBGE em 2008 na escala de influências das cidades brasileiras.

Segundo o IPECE (Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará), na publicação do documento Perfil Básico Municipal de 2012, Sobral tem uma taxa de urbanização de 88,35%. Além disso, de acordo com o IDH (índice de desenvolvimento humano), é o segundo município mais desenvolvido do Ceará, perdendo apenas para a cidade de Fortaleza. Sobral também é

líder em trabalhadores com carteira assinada no interior do Estado. Vale ressaltar que Sobral possui destaque na lista de municípios do Brasil por IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica), ocupando o primeiro lugar na educação básica do país.

Sobral localiza-se a 238 quilômetros de Fortaleza, tendo como principais acessos rodoviários a BR-222 e a CE-362, existindo também uma conexão ferroviária. Suas coordenadas geográficas são: 3°41'10" de latitude sul e 40°20'59" de longitude oeste. A altitude da sede de Sobral é de 69,49 metros.

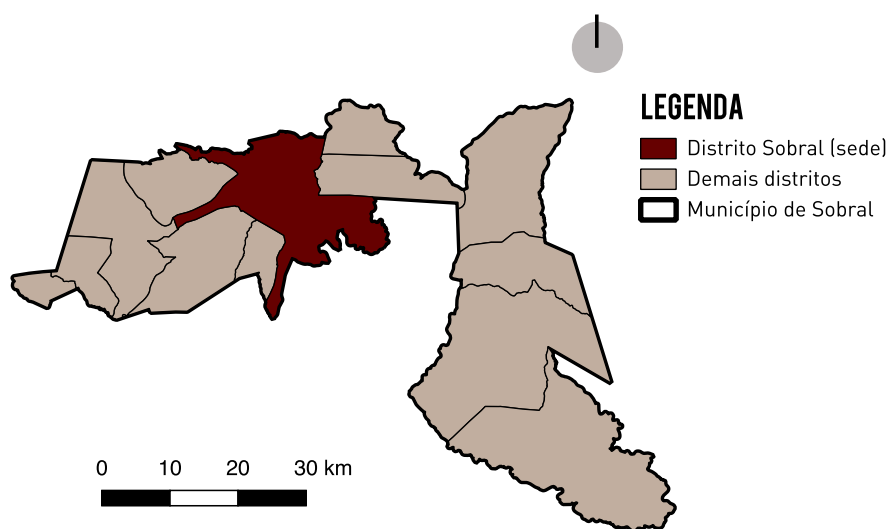
As terras sobralenses encontram-se, geograficamente, no que se chama de Depressão Sertaneja, unidade geo-ambiental típica da região semiárida nordestina. No estado do Ceará, onde se localiza a cidade de Sobral, ocorre com o maciço da Serra da Meruoca e a planície aluvial do Rio Acaraú, principal recurso hídrico da região que marca a paisagem da cidade.



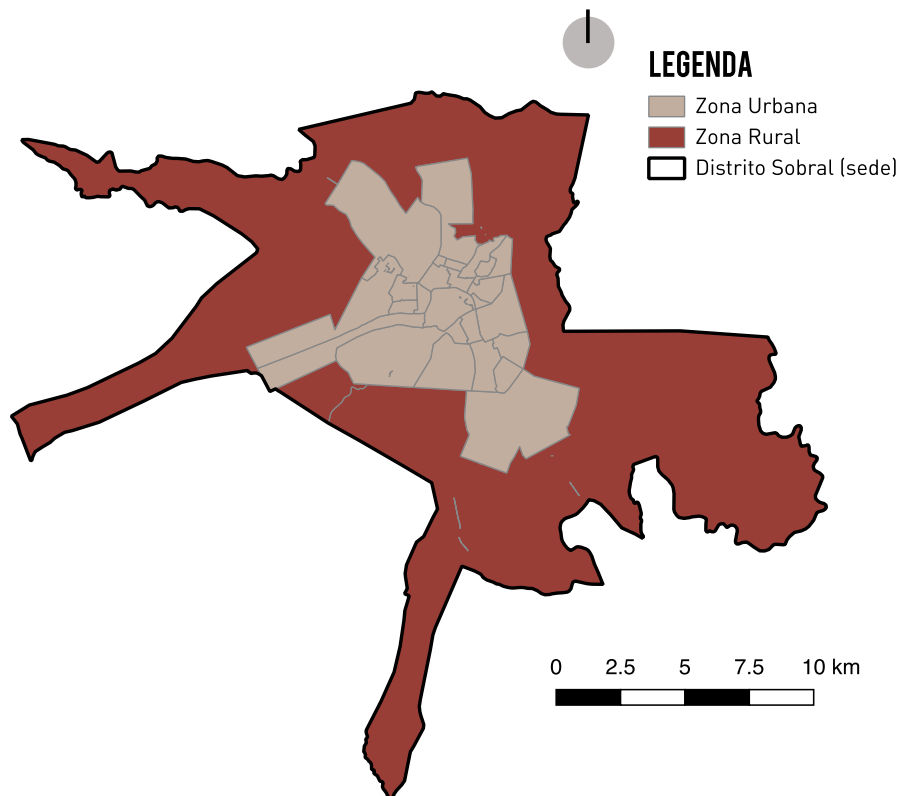
FIGURA 28 Vista do Rio Acaraú em direção à margem esquerda; ao fundo, a Serra da Meruoca / Foto: Pedro Cela.

O município de Sobral é dividido em quatorze distritos: Sobral (sede), Aprazível, Aracatiaçu, Bilheira, Bonfim, Caioca, Caracará, Jaibaras, Jordão, Patos, Patriarca, Rafael Arruda, São José do Torto e Taperuaba. A maior concentração da população sobralense encontra-se na zona urbana da sede municipal.

02



03



MAPA 02 Sede de Sobral e demais distritos / Fonte: IBGE 2010.

MAPA 03 Zona urbana e zona rural da sede Sobral / Fonte: IBGE 2010

Sobral tem o 4º maior PIB per capita real do Estado, ficando atrás somente de Fortaleza, Maracanaú e Caucaia. Essa posição configura importante papel na cena econômica cearense e em todo o interior do Nordeste, sendo foco de atração de investidores. O município conta com a fábrica de calçados Grendene Sobral S/A, uma unidade de fabricação de cimentos do grupo Votorantim, empresas de grande porte como a Moageira Serra Grande e a Fábrica Coelho, o North Shopping Sobral, além de outros centros comerciais de médio porte.

Além disso, a consolidação da cidade de Sobral como cidade universitária fomentou ainda mais a economia do município. Com a ampliação da oferta de cursos da UVA (Universidade do Vale do Acaraú), a implantação dos campi do IFCE (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará) e da UFC (Universidade Federal do Ceará), além da criação de diversas faculdades privadas, Sobral passou a ser considerada o maior centro universitário do interior do Ceará, atraindo estudantes de toda zona norte do Estado.

No âmbito da saúde, o Hospital Regional Norte é um dos mais bem equipados em tecnologia hospitalar do Nordeste. Assim, além do destaque referente à educação e à economia, Sobral se reafirma como centro regional ao concentrar os atendimentos de saúde e despolarizar o atendimento médico do Estado.

A cidade sobralense foi considerada pela revista especializada em turismo da Editora RMC de São Paulo como uma das melhores cidades do Brasil quanto à qualidade de vida, acima do padrão da maioria das cidades cearenses. Essa qualidade de vida faz muita referência ao alto nível cultural representado pelos seus diversos espaços de promoção de cultura, além de seus locais para lazer, como o Parque da Cidade, a Margem Esquerda do rio Acaraú, a Lagoa da Fazenda, o Arco de Nossa Senhora de Fátima, o Beco do Cotovelo, a Casa de Cultura, o Museu Dom José, o Museu do Eclipse, o Teatro São João e sua praça, o Museu Madi, a Biblioteca Municipal Lustosa da Costa, a Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes, entre tantas praças distribuídas na cidade.

5.2. História e evolução urbana

Para compreender Sobral e seus problemas urbanos contemporâneos, se faz necessário conhecer a evolução da sua estrutura urbana, fazendo uma análise do contexto histórico pelo qual o município passou. A cidade de Sobral tem origem nas fazendas de criação de gado e de cultivo de algodão do século XVIII, bem como no crescente comércio de bases regionais que surgiu da necessidade dos criadores de rebanhos em contar com uma infraestrutura de apoio ao deslocamento das rotas de boiadas que viajavam de Pernambuco ao Maranhão naquela época.

Os negócios sobralenses, tendo seu respaldo econômico na atividade criatória, possibilitaram um grande impulso no desenvolvimento urbano de Sobral que, antes chamada Povoado da Caiçara, recebe a nomeação de Vila em 1773 e logo em 1783 inaugura a Igreja da Matriz, provocando um aumento considerável no seu povoamento. Com a povoação da Vila, o comércio também cresceu e se diversificou. Inicialmente ligado à pecuária, posteriormente se apoiou na cultura do comércio de exportação com o ciclo do algodão, o qual lançou as bases para a futura industrialização da vila que recebeu título de cidade em 1841.

29



FIGURA 29 Igreja da Matriz Nossa Senhora da Conceição (Igreja da Sé) / Fonte: Catálogo IBGE – acervo dos municípios brasileiros.

30



FIGURA 30 Antiga praça do Mercado / Fonte: ROCHA (2003, p.107) – arquivo José Alberto Dias Lopes.

Tendo em vista a sua posição estratégica e o seu sucesso econômico, Sobral recebeu a implantação da estrada de ferro que contornava a área do assentamento inicial no fim do século XIX, o que potencializou o adensamento do município a partir de então. Assim, em 1882 foi inaugurada a ligação da cidade com o porto de Camocim, fazendo de Sobral uma cidade “ponta de linha”, a qual coletava a produção agrícola e a exportava por um porto mais próximo. Com a ligação da cidade à capital cearense, ocorrida já em 1950, o arco ferroviário se consolida como marco da paisagem sobralense e, segundo Herbert Rocha, se transforma nos limites da urbanização e da segregação durante boa parte do século XX.

Dessa forma, morar no intra-trilhos era fazer parte da cidade e ser aceito pela sociedade local. No entanto, a expansão urbana que ultrapassou os limites do arco ferroviário se caracterizou pela exclusão, segregação e preconceito. Como disse Rocha (2003, p.212), morar “depois da linha do trem” ou “do outro lado do rio”, era sinônimo de discriminação e de isolamento social.

“As linhas férreas são um exemplo clássico de fronteira, tanto que passaram a significar, há muito tempo, também fronteiras sociais – ‘do outro lado da linha do trem’ – uma conotação, coincidentemente, associada mais a cidades de pequeno porte que a cidades grandes” (JACOBS, 2013, p.285)



FIGURA 31 Intra-trilhos com as poligonais do Sítio Histórico assinaladas / Fonte: COSTA (2008, p. 26).

Podem ser identificados dois diferentes ciclos do desenvolvimento urbano de Sobral. O primeiro corresponde ao período marcado pela presença das primeiras igrejas, dos primeiros equipamentos comunitários, como a Santa Casa de Misericórdia e o Seminário Diocesano, e que tem como limite de urbanização o arco formado pela ferrovia e o Rio Acaraú.

O segundo ciclo do desenvolvimento urbano sobralense diz respeito à mudança de características dos elementos da estrutura urbana, como a rua, o bairro, o conjunto habitacional e os equipamentos urbanos, que vão se desenvolver na medida em que a economia do município vai se transformar e a expansão urbana vai começar a acontecer. Assim, a partir de 1960, a população sobralense localizada na zona urbana passa a ser majoritária, quando a economia local passa a ter suas bases na indústria, ainda reforçada pelo comércio de caráter regional, com aumento da imigração interna e a consequente periferização da maior parte dessa população, que vai se alocar para além do arco ferroviário, nas novas áreas da expansão urbana.

Expansão urbana:

Vale ressaltar que a partir de 1963, Sobral é marcada por uma nova conjuntura formada pela implantação de uma política de industrialização, pelo desenvolvimento do capital imobiliário e pelo aparecimento de gestores de uma nova geração política. É nesse contexto que a industrialização ocorrida no século XX e fortalecida a partir de 1960 em Sobral, vai provocar mudanças significativas na sua estruturação urbana, através do processo de expansão periférica e de segregação urbana da população operária das indústrias recém-chegadas na cidade. Assim, o município que surge a partir da segunda metade do século XX vai ocupar o território localizado para além do arco formado pela ferrovia e pelo Rio Acaraú, marcando assim na paisagem urbana a separação das classes sociais e a quebra do equilíbrio existente na urbanização anterior.

No seu parque industrial, Sobral tem como destaque os setores de calçados, de alimentos com as indústrias de torrefação de grãos como café e milho, de massas alimentícias e laticínios, além do setor cimentício, com a presença marcante da Indústria Votorantim, como a maior produtora de cimento do Ceará.

No que diz respeito à habitação, do final da década de 1950 até o início dos anos de 1970, ainda se verá certa preocupação com a qualidade e a organização da habitação e seus espaços coletivos, destinadas aos novos atores da economia da cidade, os operários das novas indústrias. Estes moradores vão ocupar os inéditos conjuntos habitacionais, que até então eram inexistentes na paisagem urbana de Sobral. Os três primeiros da história sobralense são: conjunto Casas Populares (Fundação Casa Popular) de 1957, fruto de iniciativa municipal com recursos federais, localizado no bairro do Junco; conjunto Argentina Castelo Branco, de iniciativa da administração municipal em 1965, construído às margens da BR-222 na saída para Fortaleza; e o conjunto COHAB I da Companhia Estadual de Habitação, de 1970, localizado também na BR-222. Todos eles apresentam a segregação espacial como uma característica em comum, pois vão ser localizados em áreas marcadas pelo vazio urbano e pela grande distância que os separam da malha urbanizada de Sobral. Segundo Villaça, a segregação espacial é a mais importante manifestação espacial-urbana da desigualdade que impera na nossa sociedade.

Com o esvaziamento do Banco Nacional de Habitação – BNH e sua extinção em 1986, a produção de moradia para a população de baixa renda vai ser marcada pela ausência de investimentos federais e pela consequente provisão de habitação por parte do poder público municipal, o qual substitui a produção dos conjuntos habitacionais pelos loteamentos populares,

devido à ausência de recursos federais. Esses loteamentos se realizam em áreas que são desapropriadas para tal fim, sem a implantação de infraestrutura adequada, localizadas sempre na periferia da cidade, distantes dos equipamentos urbanos de uso comunitário. Na maior parte das vezes, os lotes não recebem a mínima formalização e são doados para a população de baixa renda através dos “cabos eleitorais”, criando assim uma relação entre o processo de urbanização e a dominação social, através do que se classifica como clientelismo político.

Além disso, a década de 1960 também marca o início da expansão urbana levada pelos loteamentos privados, como consequência do esgotamento de terras livres dentro do arco ferroviário. Assim se dará o início da mercantilização da terra urbana em Sobral, que passa a ser tratada como mercadoria de alto valor de uso e se transforma em elemento de segregação espacial. É nesse sentido que o capital privado que antes era alocado nas atividades agropastoris, é transferido para os investimentos em estruturação urbana.

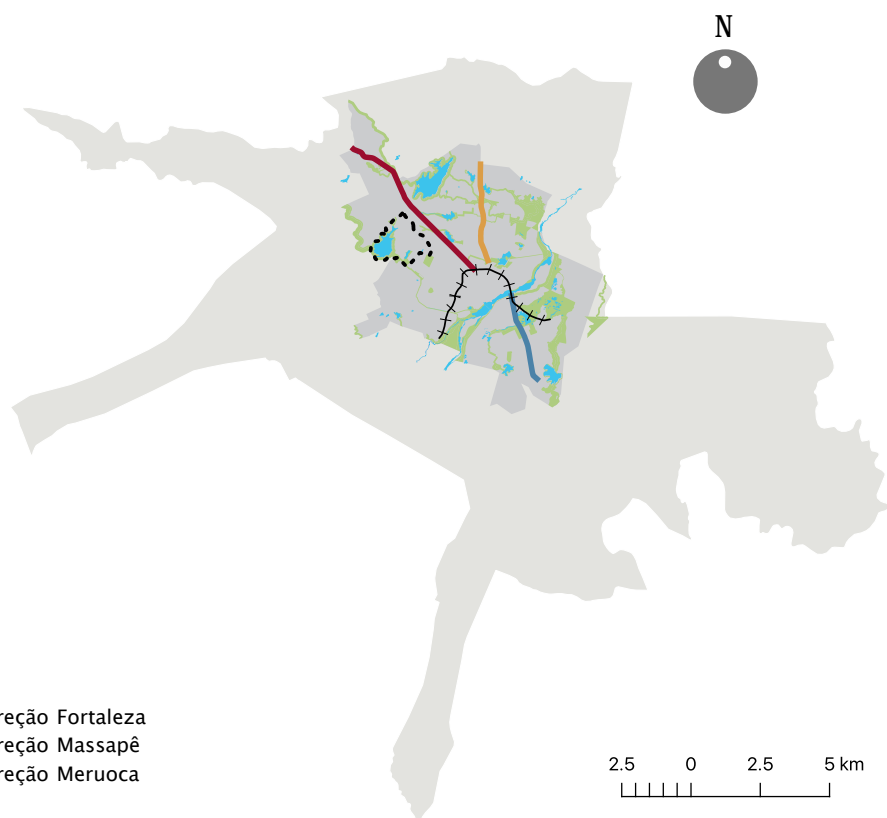
Porém, essa expansão urbana ocorrida a partir de loteamentos aconteceu sem nenhum tipo de balizamento ou controle, sem nenhuma ordem, a não ser o preço e a oferta de terras livres, fazendo destes loteamentos clandestinos, no sentido de não obedecer a nenhuma regulamentação simplesmente por não existirem normas, nem municipal nem de qualquer outra instância. Os loteamentos privados terão seus lotes disponíveis para o mercado, ainda que sem a implantação de infraestruturas urbanas, recaindo sobre o poder público a responsabilidade de instalá-las. Assim, a inexistência de um plano diretor orientador desse crescimento da cidade é sentida nas diferentes tipologias de malhas viárias que configuram uma espécie de grande colcha de retalhos no território sobralense.

Somente em 1979, é aprovada a Lei Federal 6.766 que disciplina o parcelamento do solo e se transforma no único instrumento de regularização da expansão urbana de Sobral. Dessa forma, de 1980 a 1996, a cidade alcança seu crescimento urbano através da segregação como motor para sua estruturação urbana, uma vez que a explosão dos loteamentos privados cerca quase todo o território e restringe os lugares das populações de baixa renda às áreas mais desestruturadas, em locais de ocupação de risco para os assentamentos precários.

Portanto, Sobral sofreu uma expansão urbana descontrolada de forma espalhada, tendo em vista que seu tecido urbano cresceu em trinta anos, três vezes mais do que nos cento e cinquenta anos anteriores. As estradas que ligam a cidade aos municípios vizinhos Meruoca, Massapê, Tianguá e Fortaleza foram os corredores de expansão do tecido urbano, ou como diz

EXPANSÃO URBANA

- distrito Sobral (sede)
- zona urbana
- recursos hídricos
- zonas verdes
- ⊢⊢ arco ferroviário inicial
- eixo de expansão urbana – direção Fortaleza
- eixo de expansão urbana – direção Massapê
- eixo de expansão urbana – direção Meruoca
- poligonal de estudo



MAPA 04 Eixos de expansão urbana de Sobral / Fonte: Elaborado pela autora.

Villaça (2001), as vias que deram o suporte necessário para a urbanização. Assim, serão por esses vetores de crescimento da cidade que o cinturão formado pelo Rio Acaraú e o arco ferroviário será rompido.

Vale ressaltar que a gestão municipal sobralense desse período foi marcada pela contradição, tendo em vista que até os últimos anos da década de 1990 não existiam políticas públicas de habitação e de planejamento urbano da cidade, entretanto, no espaço intra-trilhos, o poder público investiu em bens e serviços coletivos, justamente no recorte urbano que abrigava as classes de maior poder aquisitivo. Assim, o poder público municipal estimulava a especulação imobiliária na cidade, além de se transformar em um agente promotor da segregação sócio-espacial, criando vazios urbanos e impondo a maioria da população às periferias. Embora o discurso oficial tenha sido o da promoção de ações de modernização e embelezamento da cidade, essas ações foram marcadas pela discriminação, uma vez que elas se concentraram no espaço intra-trilhos. É nesse sentido que os novos moradores, ao chegar na cidade, vão ocupar as áreas mais desvalorizadas, como os terrenos de baixios do Rio Acaraú e de seus afluentes, como o Riacho Mucambinho e o Pajeú.

Desse modo, no que é relativo à morfologia urbana, Sobral é caracterizada pela sua forma contínua em áreas centralizadas do município, e fragmentada nas porções mais periféricas, como no caso da margem direita do rio Acaraú. Na mancha urbana, referente a apenas 1/5 do perímetro urbano, há uma área muito extensa desocupada, com aspectos ainda rurais, porém passível de ocupação e sem impedimentos ambientais explícitos. Esse tipo de área favorece a formação da fragmentação urbana, cuja consequência administrativa é o aumento do custo da infraestrutura, ao passo que se reflete no tecido social da cidade, promovendo a ausência de participação cidadã nos territórios e contribuindo, assim, para aspectos relativos à violência e à sensação de insegurança na cidade.

A mancha urbana contínua corresponde à área central da cidade que é integralmente conectada como núcleo inicial da cidade e se irradia de forma fragmentada à medida que se distancia do centro de Sobral. Na formação do espaço construído, existem três padrões morfológicos evidentes: uma malha urbana de traçado irregular, predominante no bairro do Centro, ilustrada pela ausência de recuos das edificações em lotes de testadas estreitas e de grande profundidade, aspecto de uma arquitetura típica colonial; uma malha urbana de traçado regular resultante de projetos de loteamentos intermediários na constituição de um território típico residencial; e o padrão mais recente de todos, representado pelos grandes loteamentos e conjuntos habitacionais implantados por programas habitacionais governamentais e por empreendedores privados. Esse último padrão tem características de

grandes dimensões de terreno e unidade tipológica de conjunto arquitetônico edificado. Assim, através da transformação de lotes rurais próximos à mancha urbana em novos loteamentos, se induz o espraiamento da mancha urbana de forma fragmentada.

A área periférica de Sobral possui, em maior proporção, uso residencial. No entanto, uma das características do perímetro urbano da cidade é a existência de uma mistura de atividades e funções, um dos principais aspectos da diversidade urbana e fator importante para a qualidade de vida numa cidade. Essa distribuição de usos diferentes, porém, não é equilibrada no território, havendo concentração de áreas habitacionais e comerciais.

As atividades produtivas, como comércio, serviços e universidades, estão mais concentradas nas áreas centralizadas, os usos de predominância residencial se localizam mais na parte periférica do perímetro urbano e as áreas com características de usos heterogêneos representam alguns eixos viários importantes, como a Av. John Sanford e a Av. Arimatéia Monte e Silva, onde coexiste uma maior diversidade de usos e incidência de quadras de caráter misto.

É importante destacar que hoje grande parte da população sobralense mora a mais de 2km do Centro, o que tem consequência na necessidade de deslocamentos motorizados. Dessa forma, os novos loteamentos que vem sendo implantados de forma fragmentada na malha urbana podem representar uma ameaça ao trânsito intra-urbano sustentável, já que estão distantes do Centro e cuja acessibilidade, em alguns casos, é deficiente. Além disso, o aspecto relativo à remota presença de infraestrutura urbana de qualidade nessas áreas de implantação de loteamentos de moradia popular nas periferias da cidade, significa um déficit no atendimento ao direito à cidade dos moradores desses locais.

Portanto, o processo de estruturação físico-espacial de Sobral, no período que corresponde à segunda metade do século XX, aconteceu através da implantação de um novo ciclo industrial e pela introdução de dois novos elementos na estrutura urbana: o conjunto habitacional e o loteamento, sendo este de caráter popular ou privado. Assim, a estrutura urbana de Sobral a partir desse período é marcada por uma fragmentação do território, cuja causa tem suas bases no espraiamento desordenado das ocupações urbanas, fortalecido pela natureza segregadora do processo de crescimento urbano da cidade. Sendo assim, Sobral se consolida como uma cidade desigual, sem espaços de conexões, de intermediações, apesar das várias obras realizadas pelas administrações municipais e pelo Estado, a cidade se desenvolveu de forma desequilibrada, onde uma parte se moderniza, enquanto a outra não sente os benefícios dessa modernização.

32



33



34



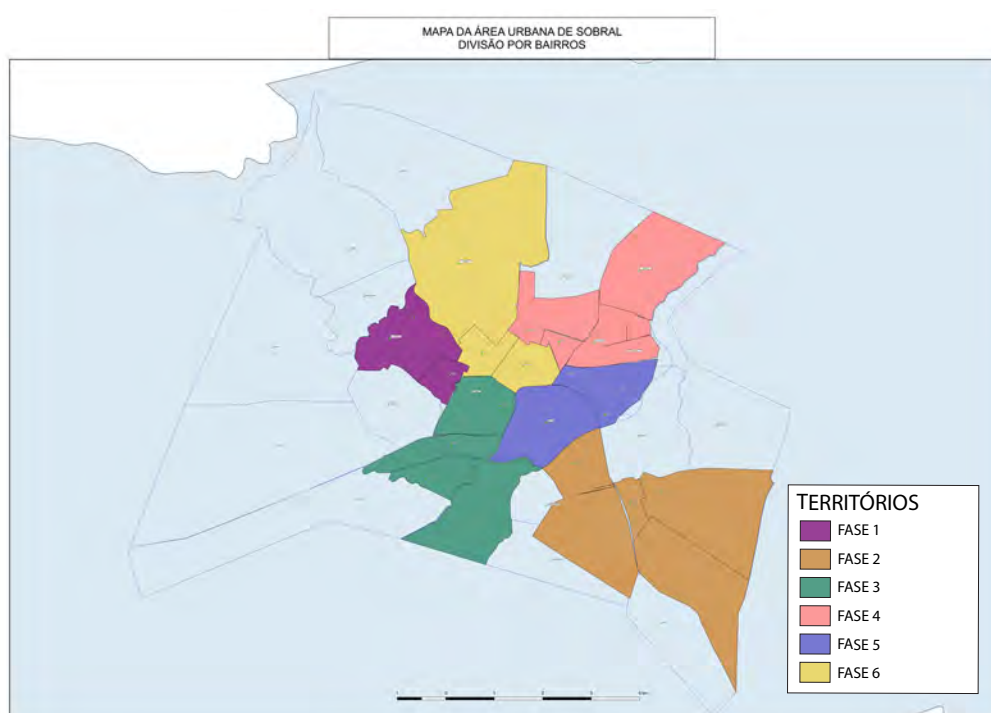
FIGURA 32 Malha urbana de traçado irregular, predominante no bairro Centro / Fonte: Elaborada pela autora.

FIGURA 33 Malha urbana de traçado regular, típico residencial / Fonte: Elaborada pela autora.

FIGURA 34 Malha urbana de grandes loteamentos, padrão mais recente de todos / Fonte: Elaborada pela autora.

5.3. Um território marcado pela violência

O denominado “território 1” de implementação do ‘Pacto por um Ceará Pacífico’ em Sobral corresponde a uma área que abrange os bairros Terrenos Novos, Vila União e Novo Caiçara, na periferia noroeste da cidade. Esse território foi escolhido para ser projeto piloto nas ações do programa estadual, a ser seguido para a implementação em outras áreas. Este território foi definido a partir da elaboração de um diagnóstico da violência em Sobral, realizado no ano de 2017 pela equipe da coordenação do território sobralense, locado na Vice Governadoria do Estado do Ceará.



MAPA 05 Divisão territórios de ação do Ceará Pacífico.

Fonte: Vice-Governadoria do Estado do Ceará, Programa Ceará Pacífico.

Esse diagnóstico da violência em Sobral tomou partido do contexto socioeconômico e ambiental da cidade, sob a ótica da violência, das vulnerabilidades e da vitimização. Os dados foram colhidos em diversas instituições públicas das áreas da segurança, da saúde, do desenvolvimento social, da educação, do urbanismo, além do que levantou a pesquisa do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência sobre Sobral. Os indicadores considerados para essa avaliação da situação da violência em Sobral foram os homicídios, as tentativas de homicídios, lesão corporal, brigas de famílias (violência doméstica e Lei Maria da Penha), roubo e denúncias de perturbação ao sossego alheio.

Segundo as narrativas das famílias de adolescentes assassinados em Sobral nos anos de 2014 e 2015, entrevistadas pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 91,89% dos jovens mortos eram homens; 86,49% eram negros; 70,27% foram mortos no próprio bairro; e 48,65% dos jovens mortos tinham limitações de circulação no bairro por conflitos com grupos rivais.

Um dos pontos importantes acerca da escolha por essa região se deu por ela concentrar 34.855 moradores, sendo uma das áreas mais densas da cidade abrigoando 15% da população sobralense. Além disso, o perfil demográfico referente à população de jovens entre 14 e 29 anos como sendo o grupo social mais vulnerável à violência foi contabilizado como 55% dos residentes dessa região, apontando para o destaque da área na consideração de um território para ação inicial do programa Ceará Pacífico.

Além desses aspectos, a interpretação cartográfica referente aos dados de renda do município de Sobral demonstra que 80% da população moradora da RMS recebe apenas até 1 salário mínimo de renda mensal. No que se refere ao contexto socioambiental, percebeu-se a incoerência da relação desproporcional entre o potencial paisagístico da região, representado pela Lagoa José Euclides, o açude Mucambinho e a vista para a serra da Meruoca, e a escassez de espaços de lazer na área. Dessa forma, o conjunto desses fatores na avaliação socioeconômica e ambiental da região indicou a área como prioridade de ação governamental na perspectiva de se reduzir os índices de criminalidade e prevenir a violência.

5.4. Bairro Terrenos Novos

Tendo em vista o contexto do crescimento urbano de Sobral, surge o bairro Cidade Doutor José Euclides, ou como é tradicionalmente conhecido como Terrenos Novos, que tem esse nome oficial em homenagem ao pai do ex-governador Cid Gomes. O loteamento popular foi elaborado pelo próprio poder público local e criado pela lei municipal nº 013/82 de 1982 quando o então prefeito José Euclides Ferreira Gomes Jr. criou um novo bairro em um terreno de vinte hectares localizado ao lado do Parque de Exposições, paralelamente à estrada para Meruoca.

O terreno foi dividido em 1320 lotes de 6m x 16m cada, ou seja, 96 metros

quadrados, distribuídos numa malha ortogonal que foi pouco adaptada à topografia do local. A distribuição dos lotes aconteceu por intermédio dos “cabos eleitorais”, agentes políticos ligados ao partido da situação que dessa forma tinham a intenção de garantir o voto das pessoas carentes que recebiam os lotes, ainda que sem as mínimas condições de habitabilidade, sem saneamento básico, sem equipamentos comunitários, sem pavimentação nas ruas, sem iluminação pública e distante do centro urbanizado da cidade.

O bairro se localiza em uma área onde existia a antiga fazenda Mucambinho, fazendo referência ao nome do açude presente no local. Esse loteamento não teve as condições adequadas de infraestrutura atendidas nem compatíveis com a modernização realizada na parte privilegiada da cidade, no intra-trilhos. A maioria dos beneficiados eram pessoas provenientes das áreas rurais dos distritos vizinhos, como Jordão, Jaibaras, São José do Torto e Rafael Arruda, bem como de cidades vizinhas, como Forquilha, Cariré, Massapê, Meruoca e Tianguá, atraídas por melhores oportunidades de emprego na cidade de Sobral.

Apenas em 1991 foram assinados trabalhos de esgotamento sanitário e pavimentação do bairro pelo então governador cearense Cid Gomes, quando a área já contava com 1222 lotes ocupados por uma população de 6020 habitantes (IBGE, 1991). Assim, o bairro se tornou muito procurado pelas pessoas mais pobres que, enxergando uma nova saída para seus problemas de moradia, acabaram batizando o bairro popularmente de Terrenos Novos, que se tornou o bairro mais populoso da cidade de Sobral, segundo o último Censo do IBGE de 2010, com uma população estimada em 16.917 habitantes.

Dessa forma, o poder público assegurava a infraestrutura da área, mas a construção das casas deveria ser paga pelos próprios proprietários dos lotes. Muitas pessoas não tinham condições econômicas para isso e, assim, negociaram a metade do lote para ter reserva financeira para construir a moradia. Foi devido a essa dinâmica de renegociações dos tamanhos dos lotes que a ideia inicial do primeiro loteamento em parcelas de 6m x 16m foi totalmente descaracterizada, dando lugar a uma malha urbana irregular onde cada casa tinha um tamanho diferente, a maior parte sem contar com recuos laterais no terreno. Além disso, hoje encontramos diversos tipos de moradia construídas com vários materiais diferentes e nos mais diversos estados de conservação, uma vez que os habitantes construíam da maneira que podiam e que o bairro foi alvo de sucessivas ocupações irregulares.



FIGURA 35 Vista para o bairro Terrenos Novos / Foto: Pedro Cela.



FIGURA 36 e 37 Bairro Terrenos Novos / Fonte: Frames do vídeo Um Recorte do Bairro Terrenos Novos, da produtora 202b



FIGURA 38 Açude Mucambinho / Fonte: Frame do vídeo Um Recorte do Bairro Terrenos Novos, da produtora 202b

5.5. Bairro Novo Caiçara

A área onde fica situado o conjunto habitacional Novo Caiçara só foi instituída como bairro pela Lei municipal nº 1.607/2017, de fevereiro de 2017. Até então, o residencial proveniente do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) estava situado no bairro Terrenos Novos (ou Cidade Dr. José Euclides, como consta nos documentos oficiais), ainda que localizado isoladamente do restante do tecido urbano.

O conjunto Novo Caiçara é o maior empreendimento do PMCMV realizado fora da Região Metropolitana de Fortaleza. Ele fez parte da terceira fase do Programa Federal de moradia e as suas 3.364 unidades habitacionais terminaram de ser construídas em 2016. O total de unidades do conjunto representa quase 90% das unidades habitacionais produzidas pelo Programa na cidade de Sobral, e quase sete vezes o número de unidades construídas pelos dois primeiros residenciais do Programa na cidade, o Jatobá I e Jatobá II localizados no bairro Cohab II.



FIGURA 39 Conjunto habitacional Novo Caiçara; ao fundo, a serra da Meruoca / Foto: Pedro Cela.

Dessa forma, a construção do Novo Caiçara é característica de um segundo momento da produção habitacional do PMCMV, no qual os conjuntos passam a ter uma escala maior, trazendo uma grande quantidade de pessoas ao território onde se insere e, assim, formando novos bairros, geralmente localizados nas periferias das cidades, em áreas onde a infraestrutura urbana é escassa.

O residencial Novo Caiçara está localizado em um dos mais expressivos eixos atuais de expansão urbana da cidade de Sobral, em direção à Serra da Meruoca. A escolha do terreno para a implantação do conjunto foi feita por parte da Prefeitura Municipal, que adquiriu o terreno da União em 2011 e a construtora Mineira Direcional foi a responsável pela execução das obras do empreendimento. Além dos edifícios habitacionais, o projeto também propôs a construção de alguns equipamentos sociais, cuja implantação ainda está em andamento.



40



41



42

FIGURA 40, 41 e 42 Conjunto habitacional Novo Caiçara / Fotos: Pedro Cela



43



44

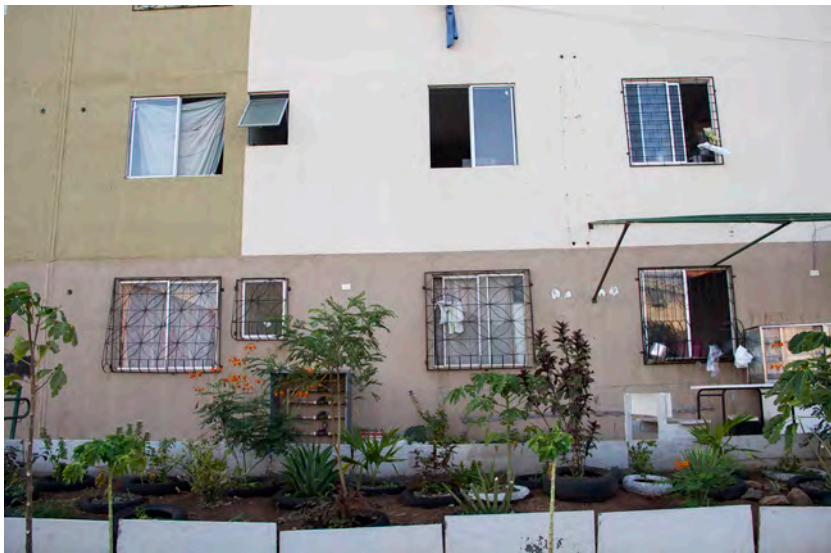


45

FIGURA 43, 44 e 45 Conjunto habitacional Novo Caiçara / Fotos: Pedro Cela



46



47



48

FIGURA 46, 47 e 48 Detalhes no conjunto habitacional Novo Caiçara / Fotos: Pedro Cela

06

dois bairros vulneráveis: análise e diagnóstico

“a primeira condição para mudar a realidade é conhecê-la.”

Eduardo Galeano

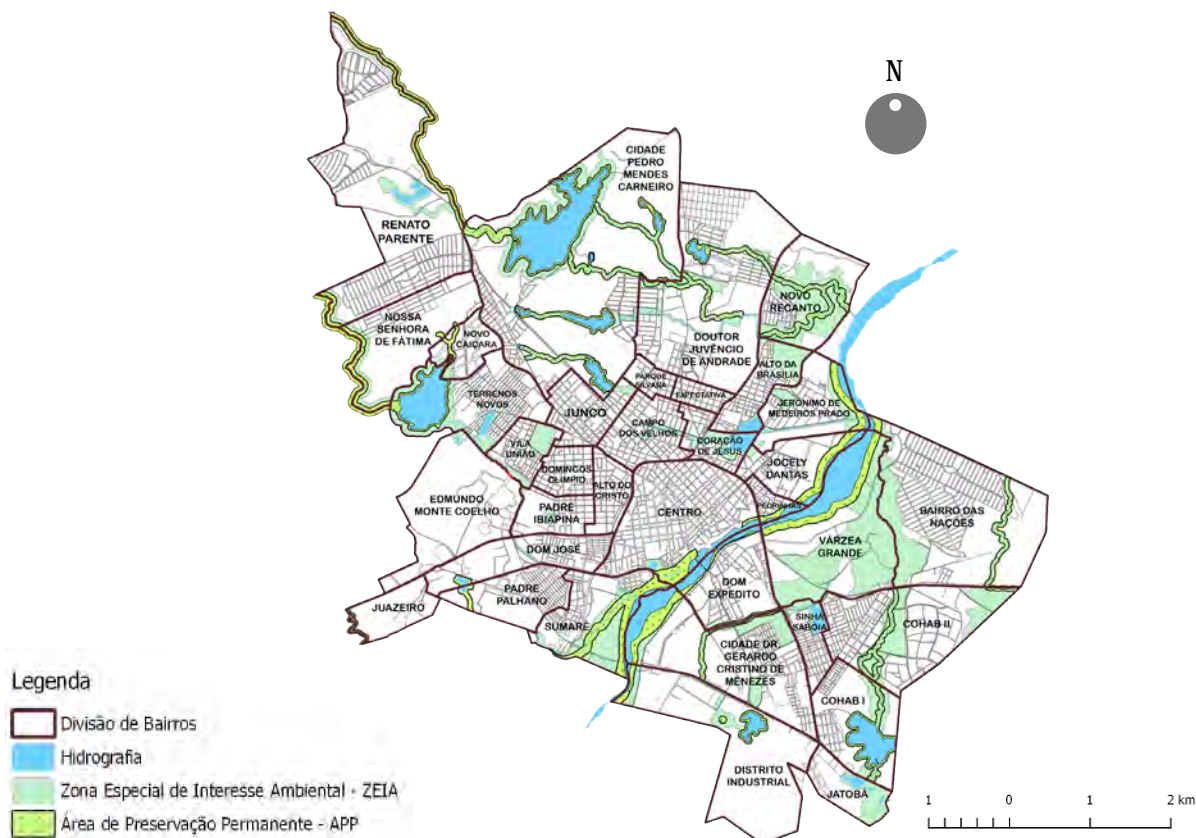
6.1. Definição da poligonal de estudo

A poligonal macro de estudo foi definida de acordo com o percurso realizado em visitas de campo no território, as quais se resumiram aos bairros Terrenos Novos e Novo Caiçara. Um dos primeiros fatos que chamou atenção foi a existência de uma zona intensa de conflito entre esses dois bairros, a qual se constitui como uma barreira invisível que limita a circulação da população moradora dos bairros, mesmo para aquelas pessoas que não tem envolvimento com as facções criminosas, as quais são as organizações responsáveis por essa definição de limites invisíveis entre territórios de gangues rivais.

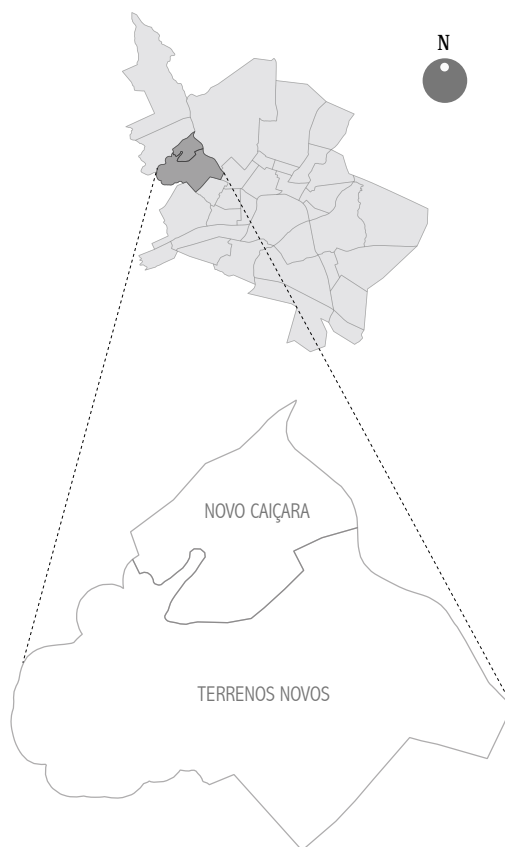
Em uma conversa com o morador João (nome fictício), jovem articulado na comunidade dos Terrenos Novos que criou e movimenta um coletivo promovendo diversas atividades culturais para a juventude do bairro, foi possível compreender que a dinâmica cotidiana do bairro é pautada no convívio sofrido com a violência diariamente. A morte violenta é um evento comum aos olhos de quem mora no local e para escapar dela é necessário estar integrado com as regras impostas pela facção que comanda o bairro, as quais incluem ter limitações de percursos na cidade e abdicar do atendimento de vários serviços públicos em determinados equipamentos sociais, como postos de saúde e centros de assistência social, em função de um sistema de disputa territorial comandado por essas organizações criminosas.

Esse tipo de organização social também constitui a dinâmica do bairro Novo Caiçara, no sentido de uma facção rival. Assim, a adjacência dos dois bairros se classifica como um eixo conflagrado de conflitos, no qual o poder público não intervém e a população sofre diariamente a repressão do poder ilegal.

Além disso, outro ponto que chamou atenção e que, assim, influenciou na escolha da poligonal macro de estudo, foi a diferença clara entre os dois tipos de traçados da malha urbana dos bairros Terrenos Novos e Novo Caiçara. Essa diferença de traçado tem origem no processo de ocupação dos bairros que ocorreu de maneira bem diferente. Assim, pretende-se analisar de que forma seria viável propor um projeto que integre os dois bairros e seja igualmente coerente para os dois tipos de traçados.



MAPA 06 Divisão de bairros de Sobral/ Fonte: Elaborado pela autora.



MAPA 07 Situação dos bairros em estudo/ Fonte: Elaborado pela autora.



MAPA 08 Contraste dos traçados viários dos bairros em estudo / Fonte: Elaborado pela autora.

Acredita-se que a baixa qualidade físico-estrutural e, também paisagística da área contribui para o aspecto de abandono que caracteriza o local, o que pode ser facilitador de atos violentos, na perspectiva de se considerar um espaço desassistido e, assim, passível de receber ações ilegais e violentas.

Dessa forma, se buscará levantar um diagnóstico minucioso dessa poligonal macro de análise, em uma intenção de se sobrepor dados da infraestrutura urbana com dados sobre gênero, renda, raça, faixa etária e alfabetização para, assim, comprovar uma relação existente entre os locais menos providos de serviços públicos e a segregação social existente entre a população sobralense. Também provocar uma reflexão acerca do grupo social que mais sofre com o fenômeno da violência.



49



50



51

FIGURA 49, 50 e 51 Limite entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos, no sentido leste. Fotos: Pedro Cela



52



53



54

FIGURA 52 e 53 Limite entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos; a principal avenida do Novo Caiçara acaba sem estabelecer nenhuma conexão formal com o traçado do bairro vizinho Terrenos Novos / Fotos: Pedro Cela
FIGURA 54 Aspecto abandonado da paisagem na faixa entre os dois bairros / Foto: Autora

A partir disso, será tomada a decisão acerca da metodologia de composição urbana a ser desenvolvida na área, no sentido de se sugerir um projeto para o eixo de maior conflito, na faixa entre os dois bairros. Acredita-se que um melhor tratamento dessa área, juntamente a uma requalificação dos bairros, poderá ajudar a viabilizar a promoção de uma cultura de paz no local, agregando atividades que fomentem o uso e a ocupação pelos moradores e fortaleçam o sentimento de apropriação e identidade do e com o lugar para, assim, contribuir para a transformação das relações violentas existentes na área, inibindo atos criminosos e desenvolvendo uma nova cultura na vida das pessoas, com mais cidadania, humanidade e respeito.

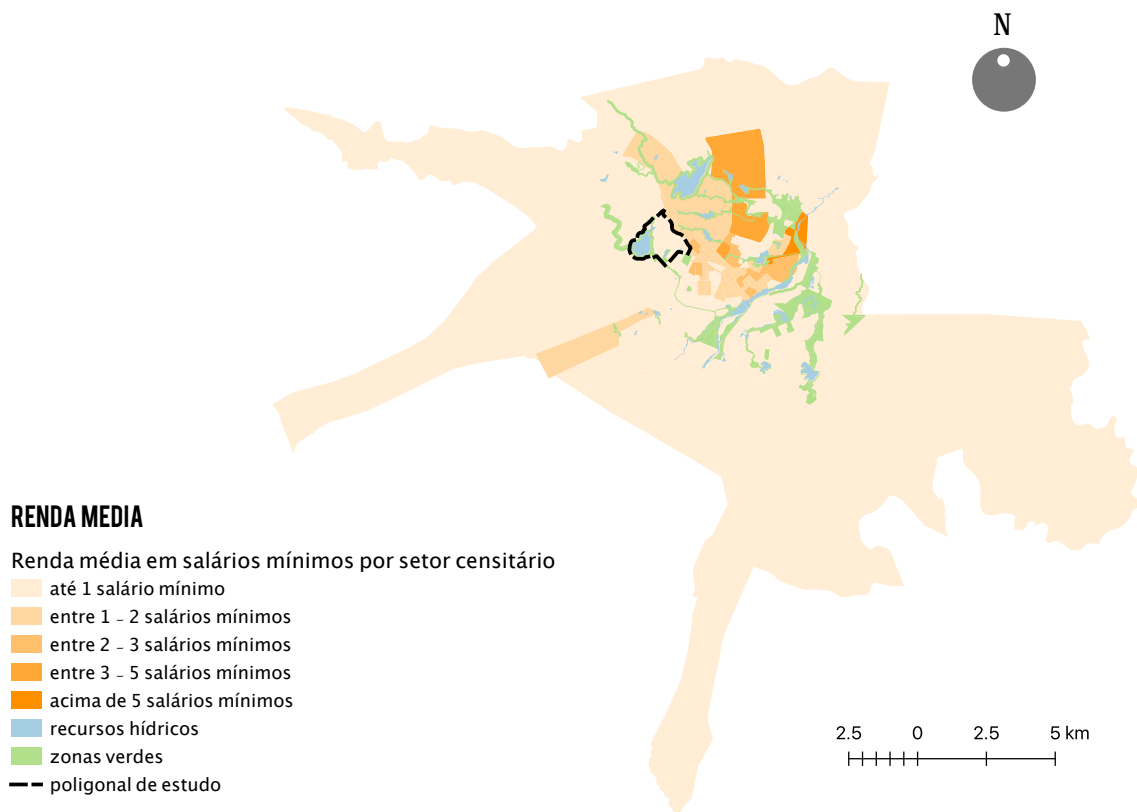
Vale ressaltar que o projeto urbanístico a ser pensado para a área não se propõe a ser protagonista na determinação de uma diminuição dos índices de violência do local, assim, ele será elaborado para convergir forças de vários setores na prevenção de violência. Portanto, partirei da esperança que um novo aspecto do desenho da cidade pode, sim, contribuir para que as pessoas tenham a chance de reescrever a narrativa de suas vidas e de seus bairros, compreendendo que a aflição de se viver tão próximo à violência não é toda a identidade do seu lugar nem de sua comunidade, a qual pode ser ressignificada através de bons tratamentos urbanísticos aliados a políticas públicas multissetoriais que intervenham nessa mesma direção.

6.2. Perfil Social

A população residente na área de estudo é historicamente carente, como foi visto pela história de ocupação dos bairros, foi lá que muitos sertanejos recém-chegados em Sobral se assentaram sem o mínimo de infraestrutura ofertada pelo poder público municipal, em busca de trabalho nas novas indústrias e esperançosos por melhores condições de vida. Essa população de trabalhadores cresceu à medida que o loteamento dos Terrenos Novos perdeu sua forma planejada, tendo em vista que novas pessoas ocuparam essas terras desvalorizadas pelo mercado imobiliário em ascensão.

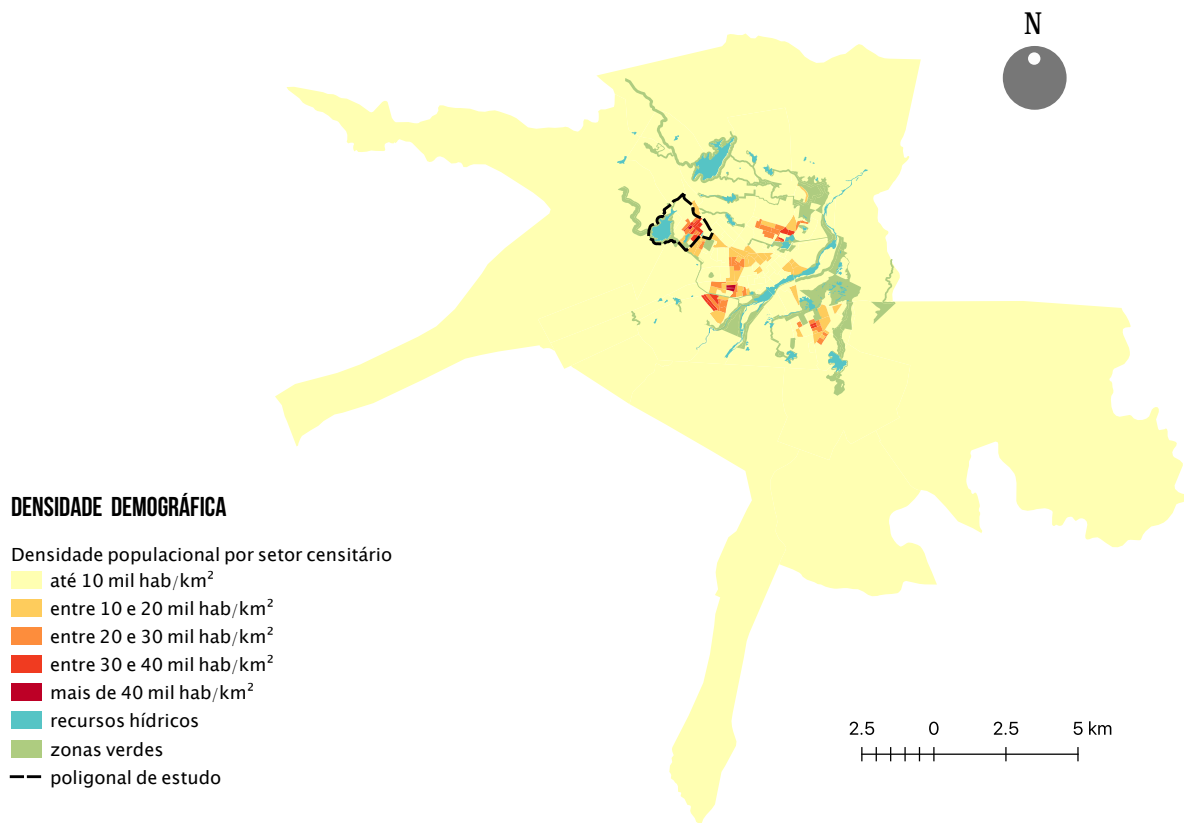
Assim, como pode ser visto no mapa 06, a população dessa área é toda classificada como perfil de baixa renda, uma vez que todas as famílias residentes ali possuem renda média menor que um salário mínimo, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE. A situação econômica dessas pessoas colabora para uma situação de maior vulnerabilidade desses bairros à violência, uma vez que não estando inseridos no mercado de trabalho e sem oportunidades de emprego, além da escassez de ações de políticas públicas voltadas para a educação, a cultura, o esporte e o lazer, os jovens dessa periferia encontram no tráfico de drogas e na aliança com grupos criminosos

a esperança por uma possível independência financeira e o sentimento de pertencimento a algo que lhes dê sentido de viver diante de um cenário tão árduo.



MAPA 09 Renda média em salários mínimos por setor censitário / Fonte: Elaborado pela autora.

É importante destacar também a alta densidade populacional da poligonal de estudo, que pode ser visualizada em mapa e mostra que existem áreas com densidade de mais de 40 mil habitantes por km² na poligonal. Vale ressaltar que esse mapa de densidade populacional foi realizado com os dados do Censo de 2010 do IBGE, o qual se realizou em um período que o bairro Novo Caiçara ainda não existia, portanto não foi contabilizado para a elaboração desse e dos outros mapas referentes aos dados desse Censo. Isto pode evidenciar que a densidade demográfica dessa região ficou ainda maior, uma vez que somente o Novo Caiçara tem mais de 3 mil unidades habitacionais.

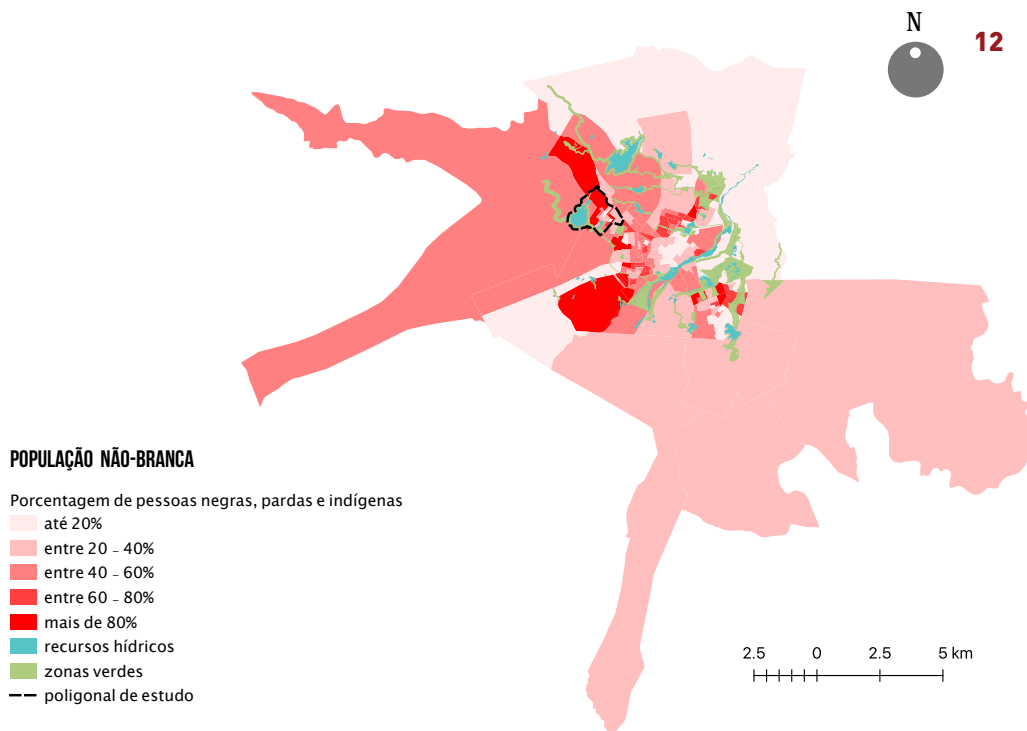
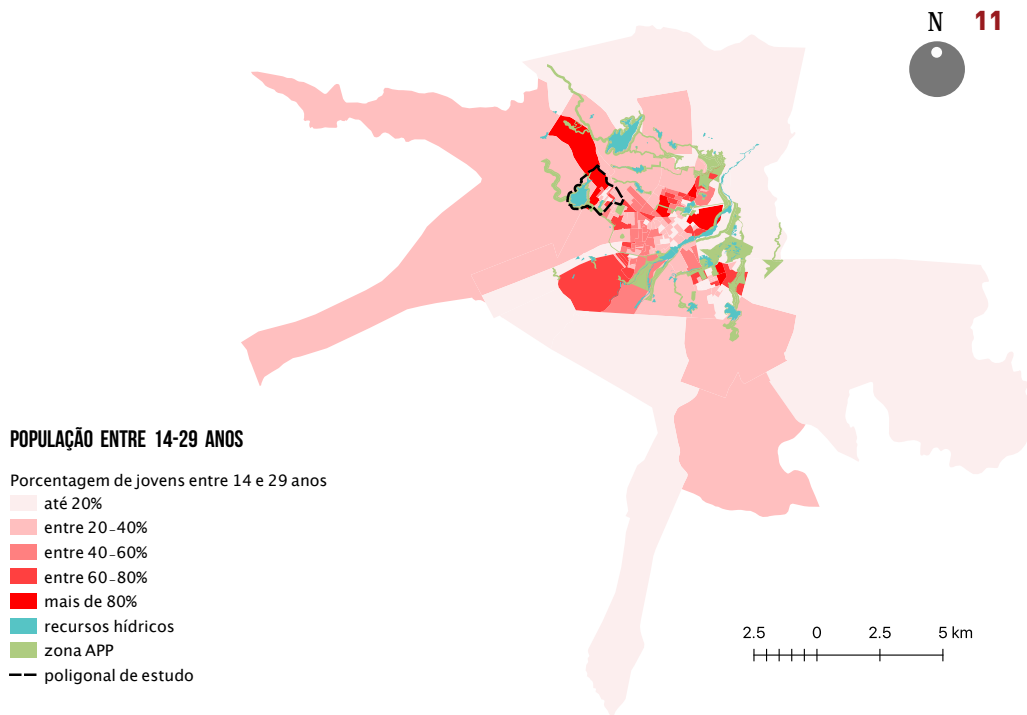


MAPA 10 Densidade populacional por setor censitário / Fonte: Elaborado pela autora.

Desse modo, é possível concluir que a alta concentração de moradores nessa região, juntamente ao elevado número de pessoas residentes na área, também contribui para que as relações sociais se intensifiquem de maneira conflituosa e violenta, como defende Louis Wirth, sociólogo da Escola de Chicago e um dos autores do urbanismo moderno.

Além disso, a região concentra grande número de jovens entre 14-29 anos, que como já foi dito, é a faixa etária de maior vulnerabilidade à violência. Pelo mapa 08, é possível identificar que a maior parte da área reúne mais de 80% de pessoas com essas idades. Ademais, dialeticamente, a maior

parcela dessa região concentra mais de 80% de pessoas classificadas como não-brancas, segundo o Censo de 2010 do IBGE, como mostra o mapa 09, que estão assim caracterizadas por serem negras, pardas ou indígenas. Isso pode demonstrar uma evidência da relação entre o fenômeno da violência e a segregação racial histórica vivenciada no Brasil, podendo assim apontar qual público de fato sofre com a violência urbana no país.



MAPA 11 Porcentagem de jovens entre 14-29 anos por setor censitário / Fonte: Elaborado pela autora.

MAPA 12 Porcentagem de pessoas não-brancas por setor censitário / Fonte: Elaborado pela autora.

6.3. Segurança pública

Como já visto, o território 1 do Pacto por um Ceará Pacífico foi definido através de um diagnóstico do contexto socioeconômico, cultural e urbanístico de Sobral, pela ótica dos índices de violência como alertas para os territórios mais vulneráveis ao crime. Desse modo, essa escolha se justificou devido ao alto número de moradores da região, sendo estes 34.855 e integrando 15% de toda a população do município, além da predominância de jovens na área, pois 55% da população do território possui entre 14 e 29 anos, faixa etária que foi classificada como a de maior vulnerabilidade à violência.

Assim, entendendo que a região possui grande adensamento de pessoas, sendo elas em sua maioria jovens, além dos aspectos críticos em relação à qualidade do espaço, como carência de áreas de lazer, poluição a céu aberto e mobilidade urbana comprometida, é possível compreender o protagonismo dessa região nos índices de violência da cidade.

A segurança pública ainda é vista pela comunidade como uma responsabilidade restrita à polícia e, por mais que estejam havendo esforços recentes da gestão municipal atual em sistematizar uma agenda de ações e projetos que sintonizem as diversas áreas das políticas públicas numa mesma direção para a prevenção de violência, o local continua sendo objeto de medo pela maior parte da sociedade, inclusive pelos próprios moradores do território.

Pelas visitas de campo, foi possível vivenciar um pouco dessa realidade da convivência com o medo a todo instante como estado de alerta. Alguns moradores sequer quiseram conversar sobre o assunto da violência no bairro, uma vez que podem sofrer repressão do poder ilegal atuante na área. Porém, foi através de alguns relatos que foi possível identificar como a violência se manifesta no cotidiano das pessoas de forma rotineira e, portanto, de certa forma naturalizada.

A cada visita realizada, era comentado sobre algum homicídio recente pelas redondezas, e todos eles justificados pela mesma atuação de organizações criminosas na região que disputam o território e estabelecem limites invisíveis entre os bairros vizinhos, tornando os próprios moradores do local reféns de um sistema ilegal de controle de percursos, usos e ocupação do espaço público. Assim se classifica o recorte escolhido para projeto, como uma zona considerada intransponível e invisível entre os bairros Terrenos Novos e Novo Caiçara. Nesta faixa do território, já aconteceram episódios de trocas de tiros de armas de fogo à luz do dia, realizados de forma aleatória para atingir qualquer pessoa do bairro vizinho, simplesmente

por representar a organização criminosa rival, ainda que muitas pessoas moradoras desses bairros não tem sequer o poder de escolha de fazer ou não parte desse sistema de disputa.



55



56



57

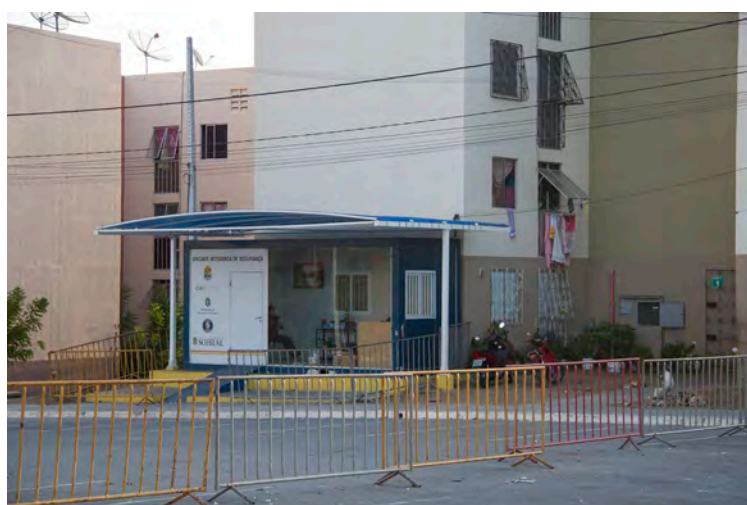
FIGURA 55 e 56 Limite entre o bairro Novo Caiçara e o Terrenos Novos / Fotos: Pedro Cela.

FIGURA 57 Via principal do conjunto Novo Caiçara termina sem nenhuma conexão com o bairro Terrenos Novos, gerando espaços residuais na área que fomentam a violência / Foto: Autora

Na intenção de prevenir mais mortes nessa área, foi implantada uma base móvel da Polícia Militar dentro do Novo Caiçara, bem próximo à zona de divisão entre os dois bairros. Os policiais ficam de plantão dentro de um trailer e fecham a rua com grades para limitar o acesso à área, o que não corresponde integralmente a uma política de humanização da segurança pública e fortalece visualmente o aspecto conflituoso que caracteriza o bairro. Entretanto, durante as visitas ao local, a presença da polícia contribuiu para uma sensação de maior segurança em andar pelo bairro, pois durante todo o período da visita foi possível sentir com clareza que há um controle visual em cada quadra, a cada esquina, para quem entra e sai do bairro. A sensação de maior relevância foi de estar sob o controle de pessoas que sequer estavam sendo vistas, portanto uma sensação de completa vulnerabilidade por estar em um território desconhecido, com a intenção de fotografar o lugar e conversar com as pessoas que não estão acostumadas a receber esse tipo de visita no local.



58



59

FIGURA 58 e 59 Base móvel da Polícia Militar no Novo Caiçara / Fotos: Pedro Cela.

Ademais, a própria implantação e morfologia do bairro Novo Caiçara favorecem essa sensação de vulnerabilidade para quem o visita, pois promove o controle visual do local para os atores da organização criminosa que comanda o bairro, através das grandes distâncias entre as quadras e entre os edifícios, pela forma esparsa que foram distribuídos os elementos arquitetônicos na área, além da topografia do terreno que gera espaços de maior altitude facilitando, assim, uma vista mais ampla de todo o território do bairro.



FIGURA 60 Vista ampla do conjunto habitacional Novo Caiçara – grandes distâncias e implantação esparsa que favorecem a sensação de vulnerabilidade no local / Foto: Pedro Cela.

Essa sensação de controle invisível e contínuo, porém, não foi vivenciada nas visitas ao bairro Terrenos Novos. Isso pode ser compreendido devido à alta concentração de casas e pessoas circulando a todo instante nas ruas, sendo estas estreitas e havendo poucos lotes vazios. Assim, a morfologia do bairro Terrenos Novos se configura como uma massa bem mais preenchida e movimentada do que o Novo Caiçara, provocando então a sensação de menor vulnerabilidade e menos capacidade de controle visual do espaço por parte dos agentes das facções criminosas.



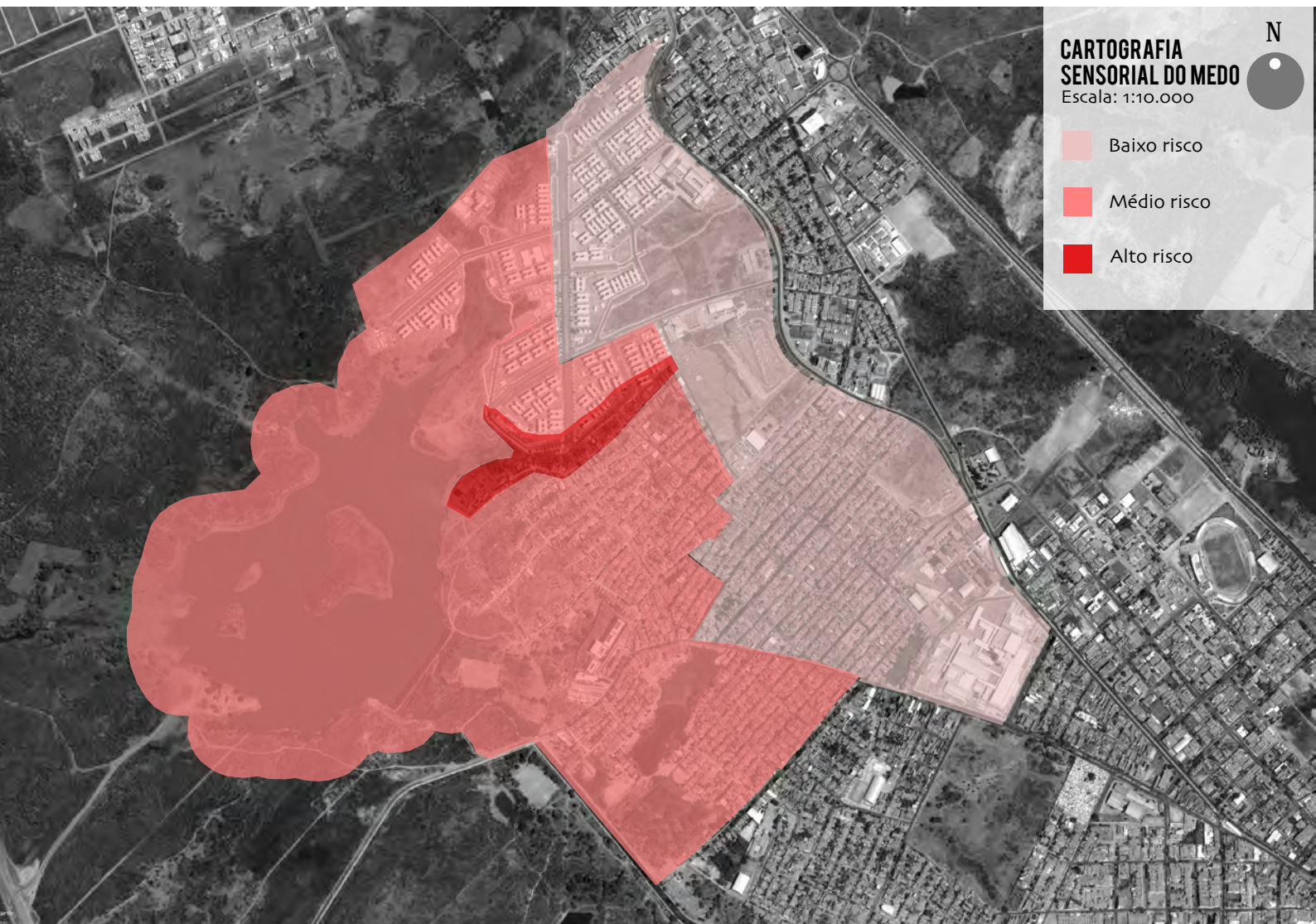
61



62

FIGURA 61 e 62 Ruas locais no bairro Terrenos Novos / Fotos: Pedro Cela.

Vale ressaltar que tanto nos Terrenos Novos quanto no Novo Caiçara existe uma cartografia sensorial em relação ao medo dos moradores, referente aos locais de maior insegurança dentro dos bairros, assim afirmados por conta dos seguidos casos de homicídios que aconteceram nesses locais. Portanto, o que pode ser percebido é que quanto mais pra dentro do bairro, no sentido do açude Mucambinho, mais se considera perigoso, assim como quanto mais próximo da fronteira entre o Terrenos Novos e o Novo Caiçara, recorte do projeto.



MAPA 13 Cartografia sensorial do medo em classificação de baixo, médio e alto risco / Fonte: Elaborado pela autora a partir dos relatos dos moradores.

Essa escala de gradação da sensação de insegurança dentro dos bairros também pode ser interpretada através do olhar urbanístico às estruturas desses locais perigosos. Eles se configuram, em sua maior parte, como locais menos frequentados, com menos movimento de pedestres e veículos, de usos predominantemente residenciais e limítrofes a áreas vazias, muitas com aspectos ainda rurais, que conferem um aspecto ermo à paisagem local.



63



64



65

FIGURA 63 Vista para a Rua 6, pela qual se pode ter acesso ao residencial Novo Caiçara; ao fundo, o bairro Terrenos Novos. Do lado esquerdo da foto está o muro do Detran e do lado direito da foto, o limite entre o bairro Novo Caiçara e o bairro Terrenos Novos / Foto: Pedro Cela

FIGURA 64 Vista para a Rua 6 no sentido oposto; ao fundo, a Serra da Meruoca. / Foto: Pedro Cela

FIGURA 65 Amostra da área mais erma do bairro Terrenos Novos, em direção ao açude Mucambinho – predominância de uso residencial / Fonte: Google Street View.

6.4. Infraestrutura urbana

Considerando infraestrutura urbana o conjunto formado entre redes de esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, sistema viário e mobilidade urbana, além dos equipamentos urbanos como escolas, postos de saúde e edifícios institucionais, Sobral pode ser considerada como uma cidade que, de uma forma geral, atende a maior parte da população com esses serviços.

Sobral tem quase 100% de cobertura pela rede de energia elétrica e, vale ressaltar, que em 2018 o prefeito Ivo Gomes trocou a maior parte das lâmpadas dos postes do bairro Terrenos Novos para luzes de led, garantindo uma maior eficiência dessa energia e uma maior sensação de segurança para os moradores do bairro.

66



67



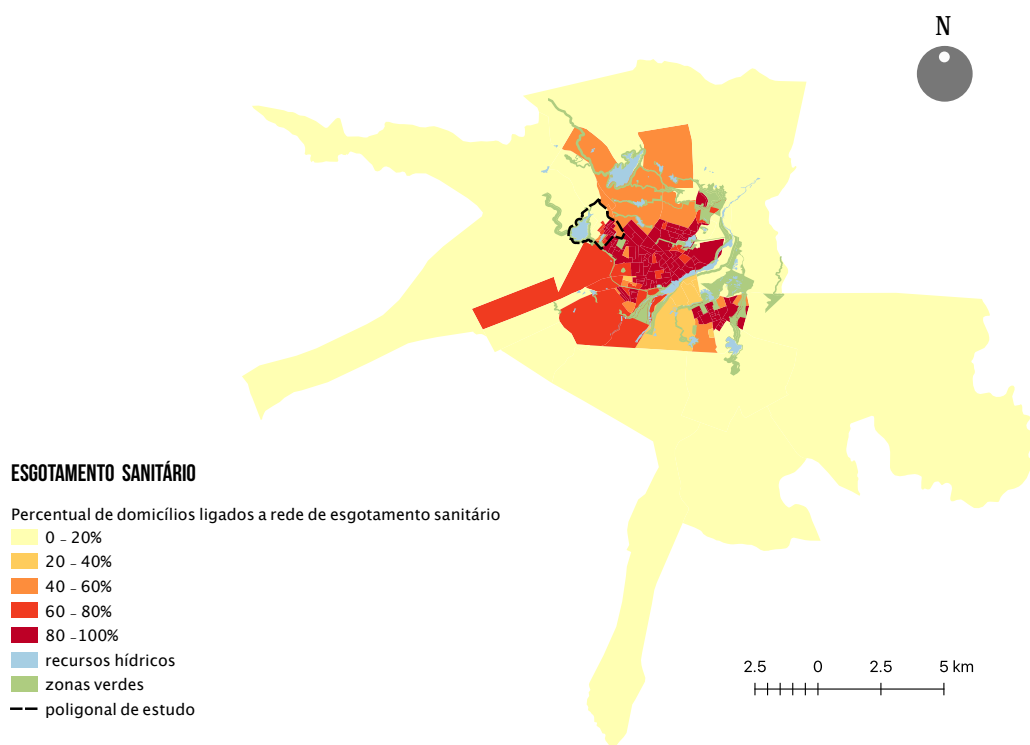
FIGURA 66 Vista aérea do bairro Terrenos Novos com a nova iluminação pública em led / Fonte: Prefeitura de Sobral (2018).

FIGURA 67 Vista aérea do bairro Terrenos Novos com a antiga iluminação pública / Fonte: Prefeitura de Sobral.

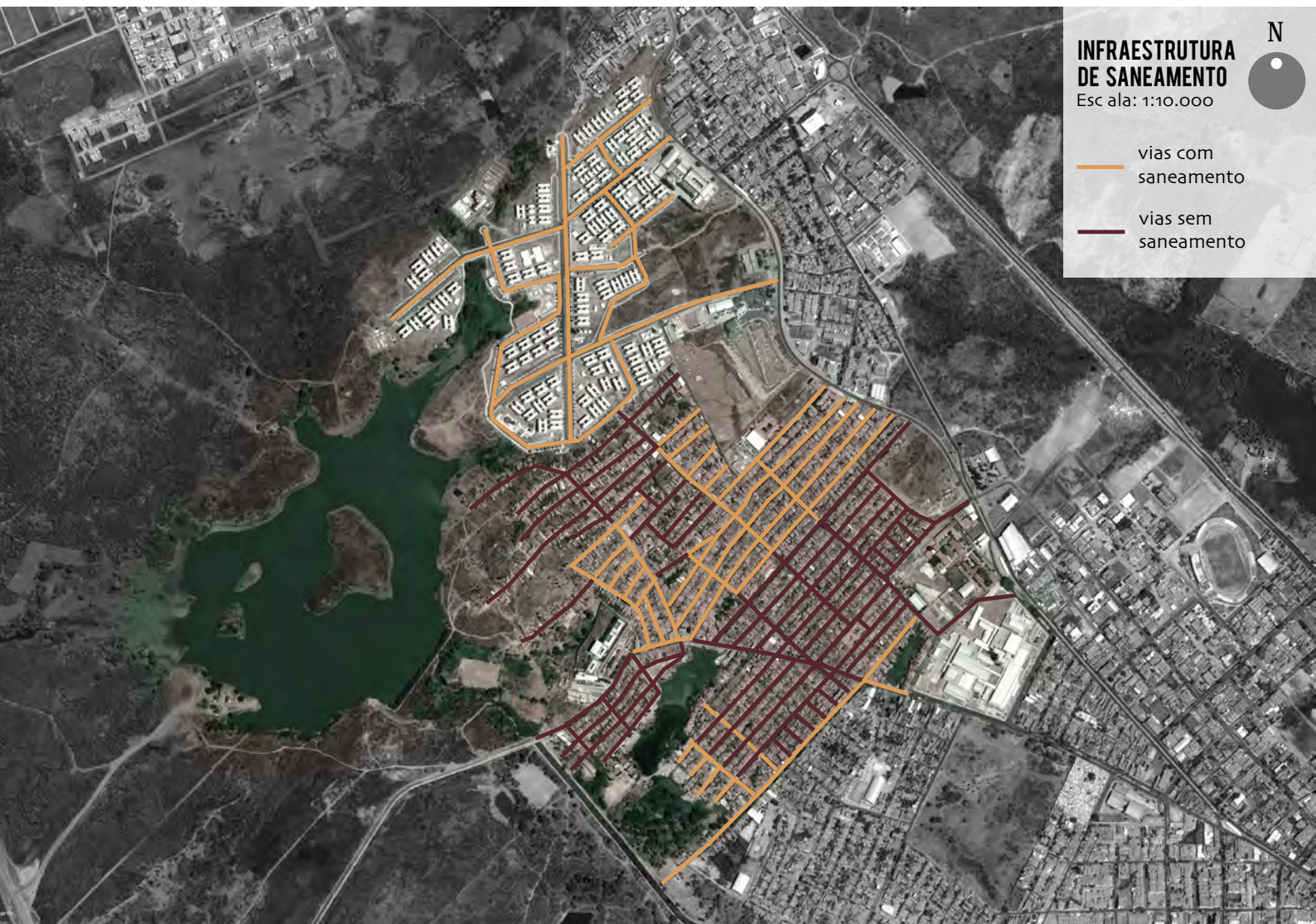
Saneamento básico

No que se refere ao saneamento básico, o Brasil tem definido por lei que este é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Sendo assim, os principais problemas da área analisada estão relacionados ao saneamento básico.

Em relação ao esgotamento sanitário adequado e desconsiderando o território referente ao bairro Novo Caiçara, uma vez que o mapa 11 foi elaborado através dos dados do Censo de 2010 do IBGE quando ainda não existia este bairro, é possível perceber que ainda restaram parcelas do bairro Terrenos Novos que não são atendidas por este serviço de saneamento. Isso pode ser comprovado pelo mapa 12 referente ao esgotamento da região, elaborado de acordo com informações de 2016 da Secretaria de Urbanismo de Sobral, o qual demonstra ainda haver ausência de esgotamento sanitário adequado em aproximadamente 50% da região do bairro Terrenos Novos, enquanto a área do Novo Caiçara tem sua completa instalação, uma vez que foi um bairro projetado recentemente.

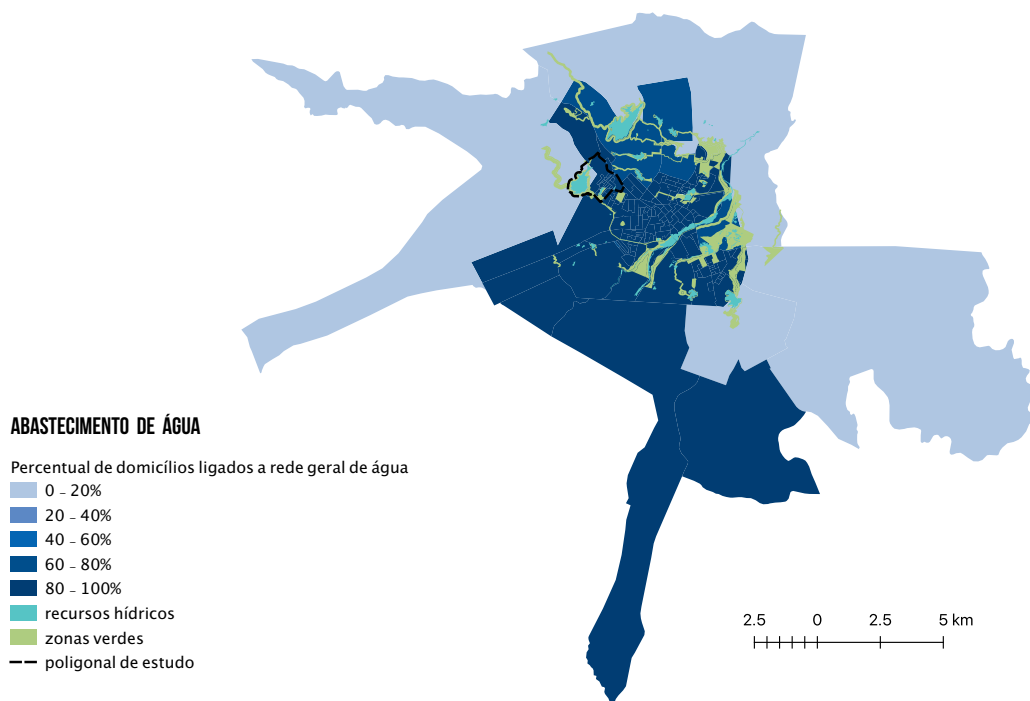


MAPA 14 Percentual de domicílios ligados a rede geral de esgotamento sanitário / Fonte: Elaborado pela autora .



MAPA 15 Instalações de saneamento - drenagem e esgoto / Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Secretaria de Urbanismo de Sobral de 2016

No que se refere ao abastecimento de água da rede geral, a área é bem suprida desse serviço, assim como pela coleta de lixo. Porém, é possível perceber o quanto o espaço público, ainda assim, é cenário de pontos de acúmulos de lixo a céu aberto, principalmente nas áreas de vazios, próximas aos recursos hídricos existentes, o açude Mucambinho e a Lagoa José Euclides, onde há a presença massiva de aguapés e mau cheiro, indicando a precariedade da situação ambiental do lugar. Esse aspecto de poluição é bastante marcante na paisagem e se configura como um elemento a ser superado pelo projeto urbano.



MAPA 16 Percentual de domicílios ligados a rede geral de água / Fonte: Elaborado pela autora.



68



69

FIGURA 68 e 69 Pontos de acúmulo de lixo no Novo Caiçara / Fotos: Pedro Cela.

70



71



72



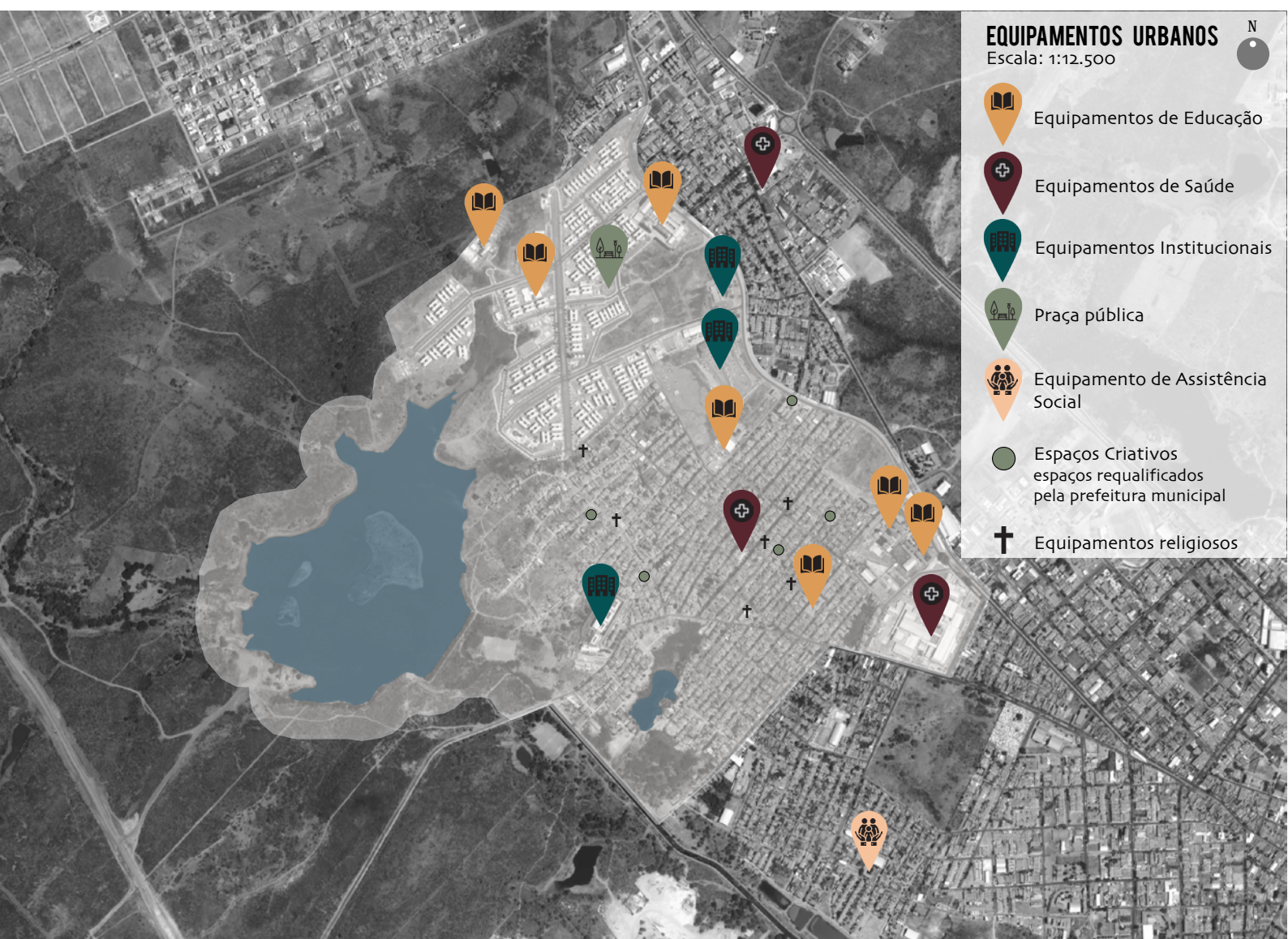
FIGURA 70, 71 e 72 Pontos de acúmulo de lixo no Terrenos Novos / Fotos: Pedro Cela.

Equipamentos sociais

Dentre os equipamentos urbanos instalados na área analisada, há os de maior destaque para usos de educação, saúde, assistência social e institucionais. Ao se analisar o mapa com suas distribuições pelo território, é possível perceber uma presença majoritária dos equipamentos educacionais.

No bairro Novo Caiçara, existem três escolas já em funcionamento, das quais duas são de tempo integral, além de outro centro de educação infantil em construção. As escolas em atividade são Escola Professor Edgar Linhares Lima de ensino fundamental com tempo integral e de responsabilidade da prefeitura municipal, a Escola Estadual de Educação Profissional Lysia Pimentel Gomes que também tem ensino em tempo integral para alunos do ensino médio e é de competência do Governo do Estado e o Centro de Educação Infantil Professor Miguel Jocélio de responsabilidade do poder municipal.

MAPA 17 Equipamentos urbanos / Fonte: Elaborado pela autora.



73



74



75



FIGURA 73 Escola Professor Edgar Linhares Lima / Foto: Pedro Cela.

FIGURA 74 Escola Estadual de Educação Profissional Lysia Pimentel Gomes / Fonte: Google Street View.

FIGURA 75 Centro de Educação Infantil Professor Miguel Jocélio / Foto: Pedro Cela.

Nobairro Terrenos Novos, osequipamentoseducacionais são: Escola Mocinha Rodrigues de educação infantil e ensino fundamental, de responsabilidade da prefeitura municipal, assim como a Escola Maria Yêdda Frota de ensino fundamental, a Escola de ensino fundamental e médio Ministro Jarbas Passarinho e o Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale do Acaraú.



76



77



78



79

FIGURA 76 Escola Mocinha Rodrigues / Foto: Pedro Cela.

FIGURA 77 Escola Maria Yêdda Frota / Foto: Pedro Cela.

FIGURA 78 Escola Ministro Jarbas Passarinho / Foto: Pedro Cela.

FIGURA 79 Centro de Ciências Humanas da UVA / Foto: Pedro Cela.

Os equipamentos institucionais presentes na região são o Instituto Médico Legal de Sobral, a sede do Detran e o Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente. Ademais, tanto os moradores do Novo Caiçara quanto os do Terrenos Novos são atendidos pelo mesmo equipamento de assistência social da prefeitura municipal, o Centro de Referência da Assistência Social Regina Justa Feijão, que se localiza na área do bairro Vila União e é responsável pelo atendimento de famílias em situação de vulnerabilidade social desses e de mais bairros.

Para os atendimentos em saúde, a região é coberta por dois centros de saúde da família e o Hospital Regional Norte, de responsabilidade do Governo do Estado. No mapa também estão destacados alguns espaços públicos de lazer, sendo uma praça Mais Infância dentro do residencial Novo Caiçara que foi financiada pelo Programa Mais Infância do Governo do Estado e outros denominados Espaços Criativos que foram projetados pela prefeitura municipal na intenção de recuperar lotes subutilizados. Vale ressaltar que essa recuperação foi feita com projetos simples, criando espaços com estruturas básicas que contribuíram para um melhor aspecto visual dessas áreas.



FIGURA 80 Praça Mais Infância / Foto: Pedro Cela.



81



82



83

FIGURA 81 Sede do Detran, com acesso pela Avenida John Sanford / Foto: Pedro Cela.

FIGURA 82 Centro Socioeducativo Dr. Zequinha Parente, com acesso pela Avenida Ministro César Cals / Foto: Pedro Cela.

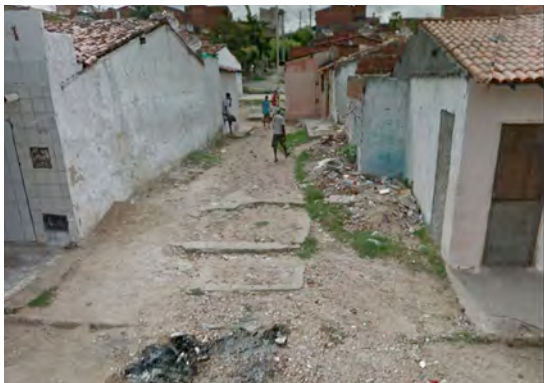
FIGURA 83 Acesso à Urgência e Emergência do Hospital Regional Norte pela Avenida Ministro César Cals / Foto: Pedro Cela.



84



85



86



87

FIGURA 84 e 85 Espaço Criativo de realização da Prefeitura na Rua Elisa de Castro, bairro Terrenos Novos /
Fonte: SEUMA 2019.

FIGURA 86 e 87 Espaço Criativo de realização da Prefeitura na Rua Luis Santo Aquino, bairro Terrenos Novos /
Fonte: SEUMA 2019.

Sistema viário e mobilidade urbana

O sistema viário sobralense foi caracterizado pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Sobral (PDDU) no ano 2000 e, até então, não sofreu nenhuma atualização legal. Porém, foi elaborado um Plano de Mobilidade Urbana de Sobral (PlanMob) através de uma parceria entre a prefeitura municipal e o Governo do Estado, por meio da Secretaria das Cidades, iniciado em setembro de 2017 e realizado pela empresa contratada Idom. O PlanMob, portanto, trouxe algumas proposições em relação ao sistema viário, mas estas ainda não se converteram em legislação.

Assim, o PDDU de Sobral diferencia três categorias viárias, sendo estas: subsistema troncal ou arterial, o qual define as vias destinadas a canalizar o tráfego de entrada e saída do município; subsistema coletor, o qual define as vias destinadas a distribuir o tráfego entre as vias troncais e as vias locais, permitindo o acesso aos bairros; e o subsistema local, que é a integração das vias que permitem o acesso aos lotes e a conexão com as vias coletoras, sendo composto pelas vias de circulação interna dos bairros, pelas vias paisagísticas, ciclovias e vias de pedestres.

Em relação ao recorte espacial estudado, estão presentes vias de cada tipo definidas pelo PDDU. A Avenida Cleto Ferreira da Ponte, variante da estrada estadual CE-440, corta a cidade desde o Centro até a estrada em direção à Meruoca e se classifica como uma via arterial do Tipo T4, com duas pistas de rolamento, com duas faixas de tráfego em casa pista, canteiro central e calçadas dos lados externos das pistas de rolamento, tendo largura total de 22,5 metros.

A Avenida Jucá Parente se classifica como uma via coletora do tipo C2, com uma pista de rolamento, com duas faixas de tráfego em um só sentido e calçadas dos lados externos da pista de rolamento, totalizando 12,20 metros.



FIGURA 88 Avenida Cleto Ferreira da Ponte / Foto: Pedro Cela.

Vale ressaltar que esta avenida se origina a partir do entroncamento que segmenta a Avenida John Sanford, do seu trecho arterial, em duas avenidas coletoras: avenida Jucá Parente e um segundo trecho da Avenida John Sanford.

Desse modo, compreende-se a Avenida John Sanford com duas classificações distintas, de acordo com suas características que variam em cada trecho. Ela compõe o sistema viário arterial no trecho que tem duas pistas de rolamento, com duas faixas de tráfego em cada, com a linha férrea central por onde passa o VLT (veículo sobre trilhos). Porém, a partir do seu entroncamento na altura da Estação José Euclides, ela ganha uma nova forma, com somente uma pista de rolamento, com duas faixas de tráfego no mesmo sentido, caracterizando o segundo trecho dessa avenida, a partir de quando é classificada como coletora, dando acesso aos bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos.

A partir da Estação do Junco, a avenida John Sanford origina a Avenida Ministro César Cals, classificada como via coletora, a qual também promove acesso ao bairro Terrenos Novos. No interior deste bairro, quatro vias são classificadas como coletoras, sendo elas: Rua Raimundo Alves, que conecta a avenida John Sanford com a avenida Ministro César Cals; e as outras três vias coletoras, perpendiculares à rua Raimundo Alves: Rua Aluísio Pinto, Rua Padre Osvaldo Chaves e Rua José Pierre. Essas ruas coletoras que se localizam no interior da malha dos Terrenos Novos são as vias de maior fluxo de veículos e pedestres do bairro.



FIGURA 89 Avenida Ministro César Cals, trecho em frente ao Hospital Regional Norte / Foto: Pedro Cela.



FIGURA 90 Avenida Ministro César Cals, trecho no interior do bairro Terrenos Novos / Foto: Pedro Cela.
FIGURA 91 Rua José Pierre, bairro Terrenos Novos / Foto: Pedro Cela.

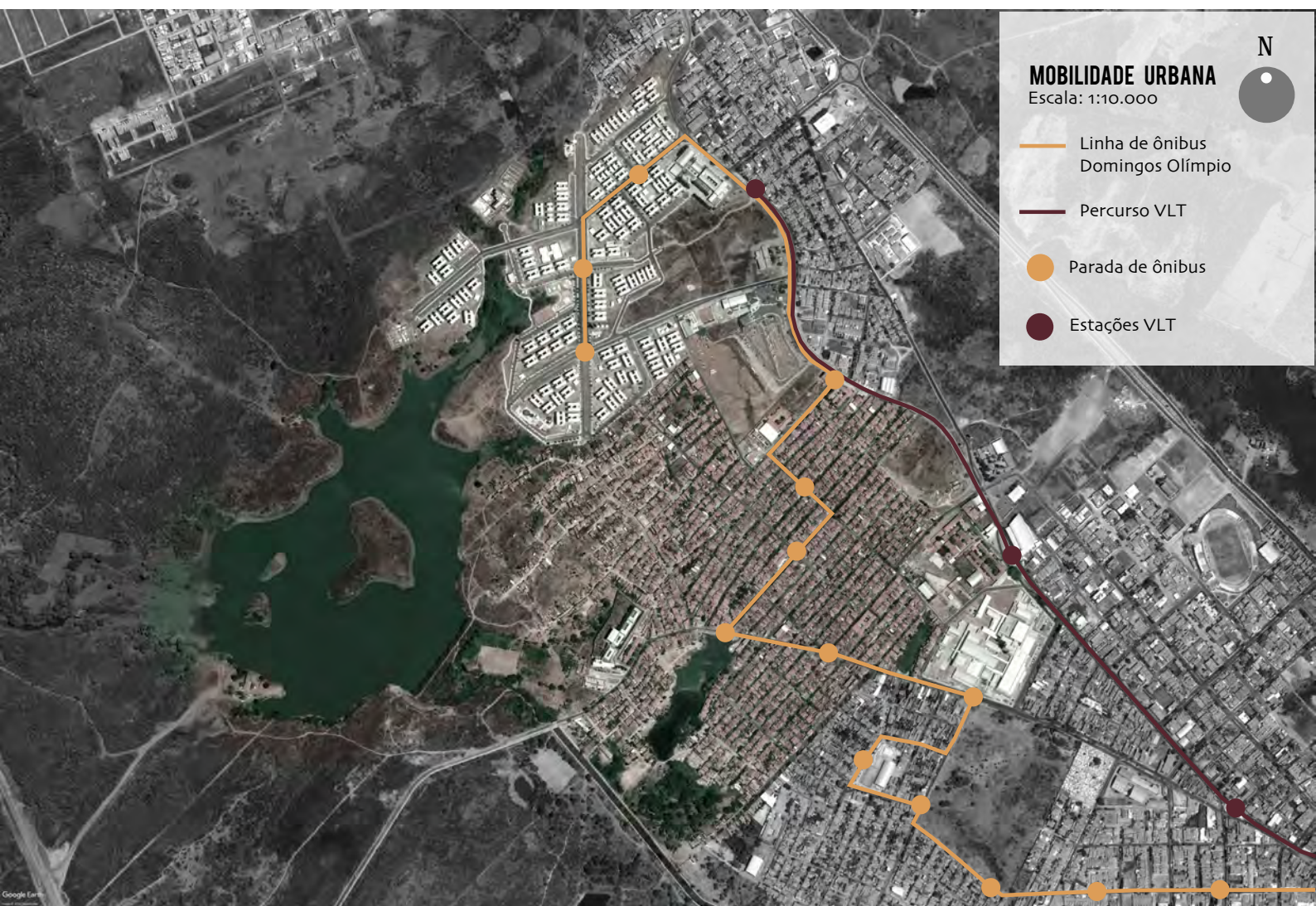
Já no bairro Novo Caiçara, que tem seu acesso promovido pela avenida John Sanford, se encontram três avenidas do tipo coletora, que conectam as vias locais à avenida John Sanford. Essas três avenidas formam uma espécie de cruz dupla, pois a Avenida dos Ipês é a avenida principal do bairro, que estrutura o eixo norte-sul, e é cortada pelas avenidas dos Resedás e das Acácias, que são as avenidas que se conectam à avenida John Sanford.



FIGURA 92 Avenida dos Ipês, bairro Novo Caiçara / Foto: Pedro Cela.

Ademais, no que se refere à mobilidade urbana, os dois modais coletivos que promovem acesso à área em estudo são o VLT e a linha de ônibus urbano Domingos Olímpio. Porém, vale ressaltar que os moradores dessa região fazem bastante uso de mototaxi e bicicletas, as quais não encontram uma estrutura segura à sua utilização devido à ausência de ciclovias definidas na área, um dos fatores que causa a convivência desarmônica entre carros, motos, bicicletas e pedestres na maioria das ruas locais do bairro Terrenos Novos.

Essa malha viária do interior dos Terrenos Novos tem um aspecto bastante orgânico, de estrutura não planejada. Entretanto, apesar de tornar os percursos de certa forma inseguros no que diz respeito à integridade física dos transeuntes, promove uma sensação maior de segurança do que a estrutura viária presente no Novo Caiçara, que foi projetada e possui um fluxo mais organizado. Isso é reflexo das diferenças de estrutura morfológica entre esses dois bairros, sobre as quais descreveremos a seguir.



MAPA 18 Mobilidade Urbana. / Fonte: Elaborado pela autora.



MAPA 19 Classificação viária / Fonte: Elaborado pela autora.

6.5. Aspectos legais e análise morfológica dos bairros

“as ruas já não conduzem apenas, elas mesmas são lugares”

John Brinckerhoff

Segundo a Lei Complementar nº 60, de julho de 2018, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo da cidade de Sobral, o território das áreas urbanas é dividido em duas Macrozonas complementares, sendo elas a Macrozona de Proteção Ambiental e a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana.

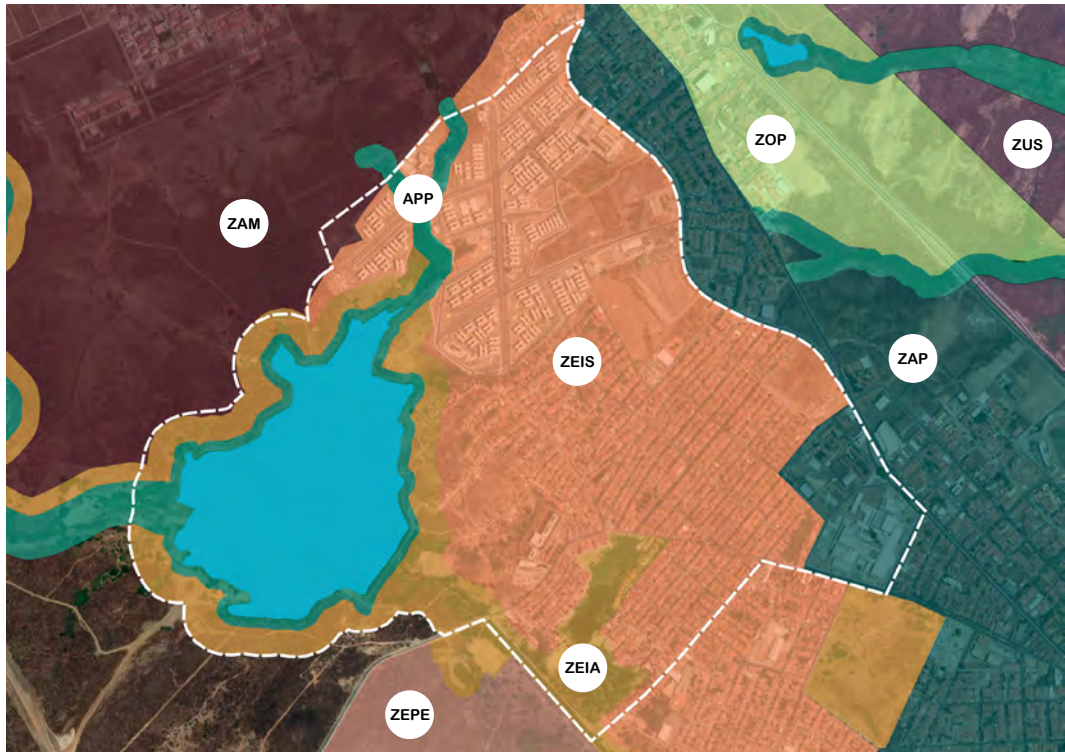
A maior parte da poligonal macro de estudo se classifica como uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) que se caracteriza assim por apresentar uma ocupação predominantemente de padrão socioeconômico de baixa renda, uso majoritariamente habitacional, informalidade na posse da terra, precariedade e insuficiência de infraestrutura básica que atenda a todos os moradores e déficit de equipamentos comunitários de saúde, assistência social, esporte e lazer.

Outra porção significativa do território da poligonal de estudo corresponde à Macrozona de Proteção Ambiental, onde estão contidos os recursos hídricos e as Áreas de Preservação Permanente (APP), que correspondem ao açude Mucambinho e sua área de mata ciliar, assim como áreas de interesse ambiental, classificadas como Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), na qual a instalação dos usos permitidos e o desenvolvimento de qualquer atividade urbana subordinam-se à necessidade de preservar, conservar, qualificar ou recuperar o ambiente natural.

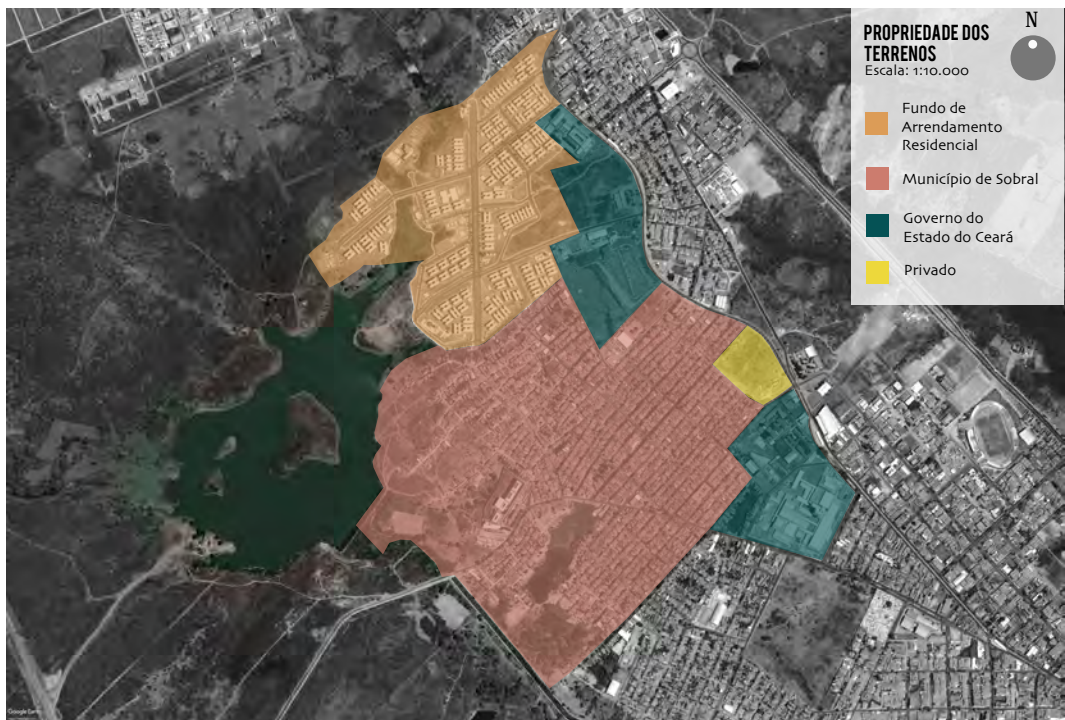
Além disso, assim como a ZEIS, há uma pequena parte do território que também é classificada segundo a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, a Zona de Adensamento Preferencial (ZAP). Ela corresponde a apenas duas quadras da poligonal, onde se localizam o Hospital Regional Norte, o Centro de Ciências Humanas da UVA e a Escola Ministro Jarbas Passarinho. Assim, segundo a legislação vigente, dentre outras características, a ZAP compreende as regiões que, por sua localização em setores consolidados da cidade, se destacam pela atração que exercem como locais de desenvolvimento de atividades geradoras de renda, configurando-se como polos alternativos à área central tradicional.

Ademais, as áreas limítrofes ao território da poligonal de estudo são classificadas em Zona de Adensamento Médio (ZAM), a qual corresponde ao bairro Renato Parente que ainda está em fase de ocupação e em processo de expansão da infraestrutura básica e dos equipamentos urbanos e ainda tem áreas de vazios urbanos; Zona de Adensamento Preferencial (ZAP), a qual corresponde à região norte do eixo da avenida John Sanford; e a Zona Especial de Promoção Econômica (ZEPE), que corresponde a regiões que se caracterizam por apresentar potenciais futuros ou já consolidados de atividades econômicas como indústrias, comércios e serviços, como a fábrica de cimentos Votorantim presente no bairro Terrenos Novos.

No que diz respeito à posse dos terrenos da poligonal de estudo, segundo a Secretaria de Urbanismo de Sobral (2016), a porção referente ao conjunto habitacional Novo Caiçara foi adquirida com os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial da Caixa Econômica para viabilização do projeto de habitação popular do Programa Minha Casa Minha Vida. O território do bairro Terrenos Novos, em sua maior parte, de propriedade do Município, com a presença de terrenos do Estado, onde foram implantados a sede do Detran, a escola Lysia Pimentel, o Instituto Médico Legal e o Hospital Regional Norte. Há, ainda, um único terreno de propriedade privada na poligonal, que se encontra atualmente subutilizado e pode ser classificado como ZEIS do tipo III.



MAPA 20 Zoneamento segundo a Lei complementar nº 60 de julho de 2018 / Fonte: Elaborado pela autora.



MAPA 21 Propriedade dos terrenos da poligonal / Fonte: Elaborado pela autora.

A análise morfológica da área de estudo foi um dos aspectos que mais chamaram atenção, tanto na leitura cartográfica quanto nas visitas de campo, devido ao contraste existente entre as estruturas formais dos Terrenos Novos e do Novo Caiçara.

O próprio processo de ocupação aconteceu de modo distinto nos dois bairros. Como já foi visto, o Terrenos Novos se originou de um loteamento popular elaborado pela Prefeitura no início dos anos 80, a qual não fez a instalação das redes de infraestrutura urbana no local, o que só aconteceu 20 anos depois. A construção das casas foi, porém, responsabilidade dos próprios moradores, ou seja, as edificações tem características diferentes, o que se intensificou com o passar do tempo pois novos habitantes foram ocupando a região de maneira irregular e, assim, construindo uma morfologia adensada, inadequada às condições ideais de habitabilidade, sem utilização de recuos para o total aproveitamento dos lotes, com utilização de materiais construtivos diversos e sem nenhum tipo de orientação ou regulamentação por parte do poder público local.



FIGURA 93 Edificações do bairro Terrenos Novos; à esquerda, edifício do residencial Novo Caiçara /Foto: Pedro Cela.

A história de implantação do residencial Novo Caiçara é bem distinta, tendo sido este conjunto habitacional regulamentado como um novo bairro apenas em 2017. O terreno foi escolhido pela prefeitura municipal, tendo sido doado pela União ao Estado e, em seguida, do Estado ao Município. O projeto de implantação sofreu algumas alterações indicadas pela própria secretaria de Urbanismo da gestão da época, que também acompanhou as obras de instalação das infraestruturas de esgotamento sanitário e de acesso às redes de água e energia elétrica. Dessa forma, o bairro Novo Caiçara teve planejamento na sua implantação, na construção de seus edifícios e, previamente a tudo isso, na instalação de infraestrutura urbana.

Essa diferença no processo de ocupação se reflete diretamente na morfologia urbana, uma vez que estabelece as bases formais nas quais os bairros se desenvolverão com o passar do tempo e com a chegada de novos moradores. Dessa forma, pode ser possível apontar a morfologia urbana como mais um aspecto relevante no desenvolvimento das relações sociais ao longo do tempo, uma vez que direciona o modo de pós ocupação do território, as formas de usos e percursos no lugar.

No que diz respeito à forma urbana, então, o Novo Caiçara representa uma referência atual do que se conhece por urbanismo moderno. Esse modo de pensar a cidade opera, historicamente, numa racionalidade fragmentadora, por meio de uma monofuncionalidade das edificações e de uma homogeneização dos espaços. Além disso, tende a desconsiderar a escala humana e privilegia o acesso por veículos automotores, por ainda estar conceitualmente preso ao paradigma da produção industrial da década de 50.

No Novo Caiçara, é possível identificar essas características espaciais inspiradas pelo urbanismo modernista ao se analisar o traçado das vias, o tamanho das quadras e a forma espaçada na qual os edifícios foram implantados, gerando muitas áreas de vazios entre eles, as quais não foram pensadas para promover nenhum tipo de uso ou atividade que pudessem ser promotores de interação comunitária e fomentadores da diversidade social. Ademais, o traçado viário do bairro se configura como um dos elementos formais de destaque na paisagem local, devido à ampla dimensão de suas ruas e avenidas que separam as largas quadras com extensas distâncias entre si, o que desfavorece os trajetos de pedestres e prejudica a movimentação social no espaço público do bairro.



53

54



FIGURA 94 e 95 Implantação espaçada e morfologia urbana inspirada no urbanismo moderno do residencial Novo Caiçara / Fotos: Pedro Cela

Nesse sentido, vale ressaltar que a autora Jane Jacobs chama a atenção para a necessidade de adequação entre a quantidade de pessoas e o tamanho dos espaços públicos. Espaços muito grandes não conseguem ser plenamente apropriados, passando a impressão de estarem desertos e, com isso, afastando ainda mais possíveis usuários.

Dessa forma, a grande dimensão do terreno, o modo de implantação e o tamanho das quadras e dos edifícios, as grandes áreas vazias, a descentralização de espaços públicos de lazer e as largas dimensões das vias pouco estimulam o fluxo de encontros e convergências sociais no espaço público, o que enfraquece a sensação de pertencimento dos moradores e precariza a vida comunitária no local. Assim, o ambiente urbano se torna mais oportuno aos crimes e protagoniza um ciclo crescente entre segregação urbana, baixa autoestima social e violência.

Por outro lado, no que se refere à forma urbana do bairro Terrenos Novos, esta é caracterizada pelo oposto do que apresenta o Novo Caiçara. Formado por um traçado mais tradicional majoritariamente regular de vias estreitas, separadas entre si por quadras em sua maioria regulares e bem adensadas, com a presença de uma diversidade de usos relevante no bairro e poucas áreas vazias, o tecido urbano do Terrenos Novos promove outro modo de vivência social na cidade, no qual a interação comunitária acontece de maneira mais diversificada e, assim, movimenta e ocupa o espaço público do bairro com maior intensidade, ainda que não haja espaços de lazer de qualidade suficientes para a numerosa e concentrada população residente do local.

Porém, nas regiões mais distantes das avenidas de acesso ao bairro e mais próximas ao açude Mucambinho, o Terrenos Novos ainda possui áreas vazias de aspectos ainda rurais que comportam um maior número de edificações de uso residencial e se diferenciam das regiões onde o espaço público abriga maior fluxo de interações sociais por serem locais de pouco ou quase nenhum convívio comunitário. É nessas regiões distantes do centro do bairro que os índices de violência são mais críticos, bem como a sensação maior de insegurança. Assim, em geral, as áreas urbanas mais ermas são cenários mais frequentes de atos criminosos, o que justifica, em parte, a escolha do recorte espacial para projeto, que se classifica como a intersecção entre as regiões de maior vulnerabilidade à violência dos dois bairros, tanto pela morfologia urbana que propicia tal fragilidade social, quanto pelas disputas territoriais que se intensificam nessa zona de fronteira invisível entre os dois territórios de facções criminosas rivais.



96



97



98

FIGURA 96 Rua local no bairro Terrenos Novos. Rua e passeio mais estreitos e quadra bem adensada, sem recuos nas edificações / Foto: Pedro Cela.

FIGURA 97 e 98 Ruas locais no bairro Terrenos Novos / Fonte: Frames do vídeo Um Recorte do Bairro Terrenos Novos, da produtora 202b.



99



100

FIGURA 99 e 100 Região de predominância do uso residencial no bairro Terrenos Novos, próxima ao açude Mucambinho / Fotos: Pedro Cela.

6.6. Síntese do diagnóstico

Tomando como base a análise e diagnóstico na área de estudo, foram identificadas fraquezas e potencialidades para orientar a elaboração das propostas de projeto:

Fraquezas:

- Déficit de espaços de lazer adequados ao uso;
- Déficit de equipamentos de assistência social;
- Inexistência de equipamentos culturais;
- Assentamentos irregulares às margens de corpos hídricos em áreas de risco;
- Poluição e precariedade ambiental dos corpos hídricos e demais áreas vazias subutilizadas;
- Precariedade de infraestrutura favorável ao percurso de pedestres;
- Inexistência de ciclovias;
- Pouca diversidade de usos;
- Conexão indefinida entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos;
- Zona de fronteira invisível geradora de violência entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos.

Potencialidades:

- Presença significativa de áreas verdes;
- Intenso uso e apropriação das ruas por parte dos moradores;
- Alto potencial paisagístico (vistas para a Serra da Meruoca, açude Mucambinho, lagoa José Euclides).

07

uma proposta de reconciliação urbanística

“é necessário encontrar o equilíbrio certo entre o controle da experiência espacial e uma liberdade para permitir que as coisas aconteçam.”

Álvaro Siza

7.1. Pressupostos conceituais, princípios e diretrizes

A proposta de intervenção urbanística para a área de estudo tem como conceito base a harmonização do espaço físico da área como pressuposto para uma reconciliação social, tanto entre os moradores e o próprio lugar, como entre a sociedade sobralense e os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos. Assim, a busca principal do projeto é pela ressignificação do local que há tanto tempo vem sendo sujeito e objeto de violência, estigmatizado pela sociedade em geral e fomentador de desesperanças para sua população.

Entende-se que para haver alguma mudança social no que diz respeito a uma temática tão complexa como a violência, tendo em vista suas múltiplas peculiaridades, é necessário cuidar das pessoas e das variadas causas desse cenário violento de maneira integrada e harmônica. Sendo assim, o tratamento físico do espaço ao qual se propõe o projeto busca favorecer o desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao local na população, compreendendo a importância de se resgatar o reconhecimento de sua identidade diversa para uma qualidade de vida comunitária pacífica e agradável.

Para tanto, foram estabelecidos princípios que deverão nortear as intenções projetuais e suas respectivas diretrizes que deverão orientar o desenho e a implementação das propostas de intervenção desse estudo. São eles:

Princípio 1. Vitalidade urbana²

- Promover a pluralização de equipamentos sociais;
- Fomentar um maior adensamento de pessoas no espaço público;
- Incentivar a existência de espaços com variedade de usos, atividades e funções, prevendo a fruição pública em vários períodos do dia;
- Estimular a convivência entre públicos diversos;
- Democratizar os usos no espaço público, aumentando o percentual do que é destinado ao uso para as pessoas e diminuindo o que é utilizado, prioritariamente, para circulação e estacionamento de veículos automotores.

² A ideia de vitalidade urbana procura sintetizar o conjunto de qualidades de um assentamento no qual as pessoas apreciem estar, geralmente concentrador de múltiplas atividades e relações. Jane Jacobs assume uma interpretação de "vitalidade" voltada para a interação social, a diversidade de usos e a "qualidade vibrante dos lugares".

Princípio 2. Espaços abertos positivos³

- Conceber espaços livres bem definidos, com formas simples, inteiras e legíveis;
- Minimizar a existência de espaços residuais, através do devido aproveitamento destes para fins sociais e/ou paisagísticos.

Princípio 3. Valorização ambiental

- Aproveitar o potencial paisagístico da região, considerando as vistas para a Serra da Meruoca e para o açude Mucambinho;
- Requalificar as áreas poluídas e degradadas dos recursos hídricos existentes;
- Promover atividades educadoras em relação ao meio ambiente e à preservação ambiental, como turismo ecológico, oficinas de jardinagem, plantio de árvores, compostagem, hortas comunitárias, coleta seletiva do lixo e reciclagem.

Princípio 4. Cidade Educadora

- A partir do estímulo à diversidade de usos e de trocas de experiências entre pessoas diversas, garantir o funcionamento do lugar como um espaço educador, em que a educação formal ocorre nas escolas e a informal, complementar à primeira, acontece nos espaços de uso público dos bairros e alcança uma quantidade ainda maior de pessoas;
- Promover atividades educadoras sobre cidadania e vida em comunidade;
- Favorecer a criação de círculos de diálogos comunitários e mediação de conflitos.

Princípio 5. Caminhabilidade humanizada

- Qualificar as estruturas a nível pedonal, garantindo acessibilidade e conforto aos pedestres;
- Favorecer conexões sustentáveis entre os bairros;
- Proporcionar arborização e paisagismo adequados, estimulando as pessoas a caminharem e ocuparem as ruas, gerando segurança cidadã.

³Onde toda a porção de espaço tem um significado próprio e uma função específica. A diferenciação entre espaços abertos positivos e negativos repercute na forma como as pessoas se apropriam do espaço urbano; muito mais intensa nos espaços públicos com carácter positivo e com grande dificuldade nos espaços com carácter negativo. Segundo Alexander (2002), "a natureza positiva do espaço é necessária para preservar a unidade do sistema".

Princípio 6. Identidade de bairro positiva

- Buscar desconstruir a imagem estigmatizada que os bairros carregam historicamente, através de atividades que o projeto possa promover para e em toda a cidade de Sobral, garantindo uma maior integração da população local;
- Desenvolver iniciativas sociais que construam uma imagem positiva do lugar, como a indução de campanhas de identidade visual marcante e atrativa, provendo, assim, o resgate da autoestima dos moradores dos bairros;
- Promover atividades que induzam a participação popular na idealização de ações no local, as quais fortaleçam o sentimento de pertencimento dos moradores e motivem a convivência e a construção coletiva.

Princípio 7. Integração espacial

- Garantir uma conexão espacial fluida e sustentável entre os dois bairros de estudo, para qual se estabeleça uma morfologia viária mais clara e precisa e, assim, marque uma continuidade entre os dois traçados distintos;
- Induzir uma espécie de zona de amortecimento que facilite a ressignificação do local, passando de mais ermo e violento para o mais utilizado e harmônico, promovendo paz e prevenindo violência nos dois bairros.

7.2. Referências projetuais

1. PARQUE PHILADELPHIA NAVY YARDS (2015)

Filadélfia, Pensilvânia (Estados Unidos)
James Corner Field Operations

Um terreno historicamente marcado por brejos se tornou um dos bairros mais inovadores e progressistas da cidade. O projeto une o potencial urbanístico do terreno com seu habitat nativo, criando um novo espaço sustentável, social, ativo e urbano.

O ponto de maior referência que esse projeto representa é a forma circular de seus espaços. Um grande círculo organiza a circulação do terreno e marca um parque interior com bosques verdes, um anfiteatro ao ar livre, estações fitness e pistas de corrida.



101



102



103



104

FIGURA 101, 102, 103 e 104 Parque Philadelphia Navy Yards / Fotos: Harkin Mason.

2. ESPAÇO PÚBLICO TAPIS ROUGE (2016)

Carrefour-Feuilles, Ouest (Haiti)
Emergent Vernacular Architectura (EVA Studio)

Esse projeto é um dos vários espaços públicos construídos sob o programa Lamika, financiado pela Cruz Vermelha Americana. O bairro de implantação do projeto é um dos muitos bairros informais que sofreram grandes danos no terremoto de 2010. Após a catástrofe, o Tapis Rouge foi utilizado como um acampamento para os desabrigados. Ele se localiza no topo de uma encosta com vista para os declives de ambos os lados e marca a entrada para as vielas e casas situadas abaixo.

O projeto é totalmente orientado para a comunidade, fomenta o envolvimento da população através de uma abordagem participativa no processo de projeto. O objetivo era criar um ambiente mais seguro e limpo, que ajudaria a reduzir o crime, a violência e o comportamento antissocial na área. Assim, o programa e o projeto foram estabelecidos diretamente com a comunidade.

Foram implantados um anfiteatro ao ar livre, espaços para equipamentos de exercício ao ar livre e em torno dos degraus do anfiteatro, canteiros para plantio de espécies nativas.

105





106



107



108

FIGURA 105, 106, 107 e 108 Espaço público Tapis Rouge / Fotos: Gianluca Stefani.

3. URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO CANTINHO DO CÉU (2008)

São Paulo, SP (Brasil)
Boldarini Arquitetura e Urbanismo

O projeto visava a urbanização do assentamento precário Cantinho do Céu no bairro periférico Grajaú na capital paulista. Os objetivos eram integração à cidade formal, instalação de infraestrutura urbana adequada e qualificação do ambiente construído visando permitir o desenvolvimento do indivíduo em sociedade.

O projeto de urbanização elaborado para os loteamentos irregulares do Cantinho do Céu foi desenvolvido a partir de estudos e diretrizes formuladas pela Secretaria Municipal de Habitação em conjunto com a Promotoria Pública, como alternativa a uma ação civil pública que determinava a desocupação da área.

Os desafios da intervenção eram consequências da situação consolidada, densamente ocupada, ambientalmente frágil e de grandes dimensões territoriais da área.

O objetivo norteador do projeto era revelar a importância do espaço público e coletivo para a população local, transformando-o no instrumento principal para a qualificação da vida na comunidade.

Assim, foi implantado um parque de 1,5km de extensão que é composto por um conjunto de áreas destinadas à preservação e a usos diversos como lazer, recreação, esportes e contemplação.

109





110



111



112

FIGURA 109, 110, 111 e 112 Urbanização Cantinho do Céu / Fotos: Daniel Ducci.

7.3. Dispositivos da Intervenção Urbanística

7.3.1. Integração urbana: costuras e conexões

A definição do recorte a ser trabalhado para projeto foi feita através tanto da análise da estrutura urbana física da área como através dos relatos dos moradores acerca da sensação de insegurança e da própria experiência sensorial nas visitas de campo aos bairros.

Tendo em vista a zona de conflitos mais intensa entre os dois bairros, classificada como de maior risco segundo a cartografia sensorial do medo apresentada e que é determinada como uma barreira invisível entre os traçados urbanos distintos, pode ser levantada com clareza a fragmentação física dessas duas partes do território sobralense que não se articulam de forma projetada e, assim, são gerados espaços de grande extensão e pouco uso pela população, o que alimenta o ciclo do medo na região.

Alguns aspectos da estrutura física atual desse recorte do território reforçam a demanda por propostas de projeto que possam contribuir para uma maior integração urbana no local. O primeiro e mais nítido é a descontinuidade do traçado viário, já que a maior avenida e principal eixo do bairro Novo Caiçara, Avenida dos Ipês, cessa em frente a uma grande quadra do bairros Terrenos Novos e assim se estabelece, sem nenhuma conexão com o bairro adjacente e destacando a presença de uma rotatória completamente subutilizada, já que a área não tem caráter convidativo ao uso e à ocupação pelas pessoas e direciona a utilização do espaço público do entorno prioritariamente aos carros.

O segundo aspecto relativo à demanda por integração urbana é uma complementação do primeiro, a referente subutilização do espaço público, que é atualmente indutor do uso prevalente pelos carros, a exemplo da ampla dimensão das vias do Novo Caiçara e a grande quantidade de vagas de estacionamento para automóveis nesse entorno, em incoerência às formas predominantes de locomoção urbana dos moradores da região, que fazem maior uso de bicicletas e caminhadas a pé.

Além disso, a falta de evidência da presença generosa do elemento água no açude Mucambinho é considerada como o terceiro aspecto que demanda propostas de integração urbana na área, pois o acesso a este corpo hídrico é limitado e até mesmo a ausência de tratamento paisagístico das áreas verdes do seu entorno não permite que ele seja sequer visto com destaque.



ASPECTO 1
- INTEGRAÇÃO URBANA

Descontinuidade da Av. dos Ipês, do bairro Novo Caiçara, o que contribui para a formação de uma barreira entre os dois bairros e seus traçados.



ASPECTO 2
- INTEGRAÇÃO URBANA

Presença de muito espaço subutilizado, principalmente devido às vagas de estacionamento, a 90° da linha da calçada. Além disso, a rotatória também é subutilizada, e as ruas são desnecessariamente muito largas, pois não há fluxo intenso de carros nessa área.

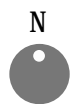


ASPECTO 3
- INTEGRAÇÃO URBANA






Desconexão do açude com o território da região. O acesso físico até sua margem é bastante limitado e ele também não é evidenciado na paisagem.






FIGURAS 113, 114 e 115 Aspectos de Integração urbana.

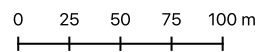
Assim, o processo de desenvolvimento da proposta de desenho foi fundamentado na elaboração de croquis e desenhos esquemáticos que permitiram um maior entendimento da espacialização das dinâmicas e dos elementos dos bairros, como as rotas de carros e ônibus, a ausência de estrutura adequada ao uso de bicicletas e a presença de pequenos espaços de permanência projetados pela prefeitura municipal no bairro Terrenos Novos e a da Lagoa Dr. José Euclides como possíveis pontos de conexão no percurso até o parque proposto.



MAPA DE DIAGNÓSTICO

-  Área de Preservação Permanente
-  Açude Mucambinho
-  73 edificações a serem removidas
-  terrenos vazios no entorno
-  estação de tratamento de água do conjunto Novo Caiçara

-  quadras esportivas existentes
-  vias sem continuidade
-  linha de ônibus Domingos Olímpio
-  ponto de parada da linha de ônibus
-  rotatória subutilizada



MAPA 22 Mapa de diagnóstico. / Fonte: Elaborado pela autora.

MAPA 23 Mapa de conexões. /
Fonte: Elaborado pela autora.



N

CONEXÕES



Ponto focal de conexão - continuidade viária entre os bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos



Linhas de conexão entre os dois bairros



Conexão Paque - Açude



Conexão sugestiva entre os recursos hídricos. Açude Mucambinho e Lagoa Dr. José Euclides

ÁGUA: SÍMBOLO DE PURIFICAÇÃO

O açude Mucambinho deve ser colocado em evidência pelo projeto como um elemento de identidade de bairro que sugestione uma conotação de purificação do local. Os recursos hídricos tem esse potencial e o significado do elemento Água pode fazer parte de uma estratégia subjetiva de transformação social a partir da valorização da paisagem.

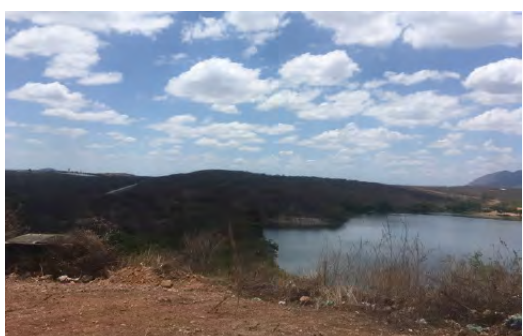
Além disso, a água simboliza envolvimento, preservação, subsistência. Não há vida sem água e assim o açude pode ser utilizado como uma unidade abstrata que induza a consciência ambiental e social na população, alimentando a auto estima dos moradores pela qualidade de paisagem no local e assim promovendo o sentimento de valorização da natureza, da existência humana e da comunidade, traçando caminhos de mudanças de comportamento social para a prevenção de violência.



116



117



118

FIGURAS 116, 117 e 118 Açude Mucambinho / Fotos: Autora.

Foi feita uma verificação sobre a perenidade do recurso hídrico do açude. Pelas fotos retiradas do Google Earth com espaço de tempo de 3 em 3 anos, é possível certificar que o corpo d'água não seca, apenas diminui um pouco o volume.

119



120



121

122

FIGURA 119 Vista aérea da região no ano 2010 / Fonte: Google Earth

FIGURA 120 Vista aérea da região no ano 2013 / Fonte: Google Earth

FIGURA 121 Vista aérea da região no ano 2016 / Fonte: Google Earth

FIGURA 122 Vista aérea da região atualmente / Fonte: Google Earth

O TERRENO NATURAL

O terreno do recorte escolhido para projeto possui uma declividade natural que, devido a sua grande extensão longitudinal, pode ser considerada pouco acentuada.

Esse desnível na topografia do lugar deve ser utilizada como partido para o projeto de equipamentos como anfiteatro, hortas comunitárias e passarela de contemplação do açude.

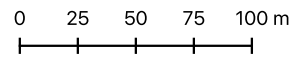


N

TERRENO NATURAL

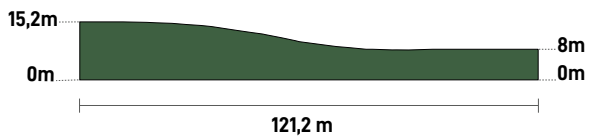
Altitudes em metros

MAPA 24 Mapa de altitude. / Fonte: Elaborado pela autora.



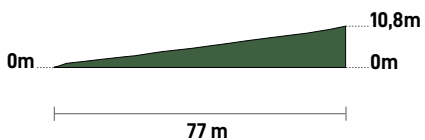
Corte aa

considerando o nível do açude como 0m | trecho com 7,2 metros de declividade



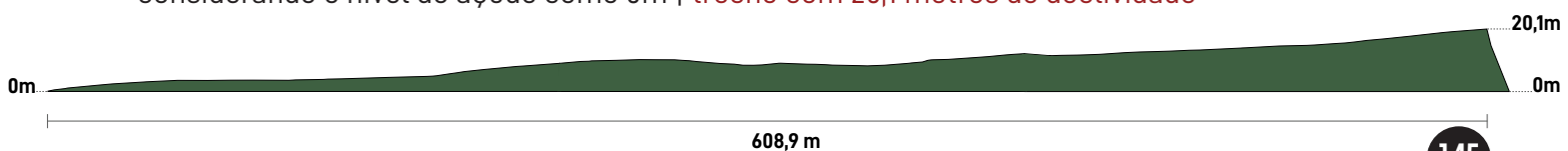
Corte bb

considerando o nível do açude como 0m | trecho com 10,8 metros de declividade



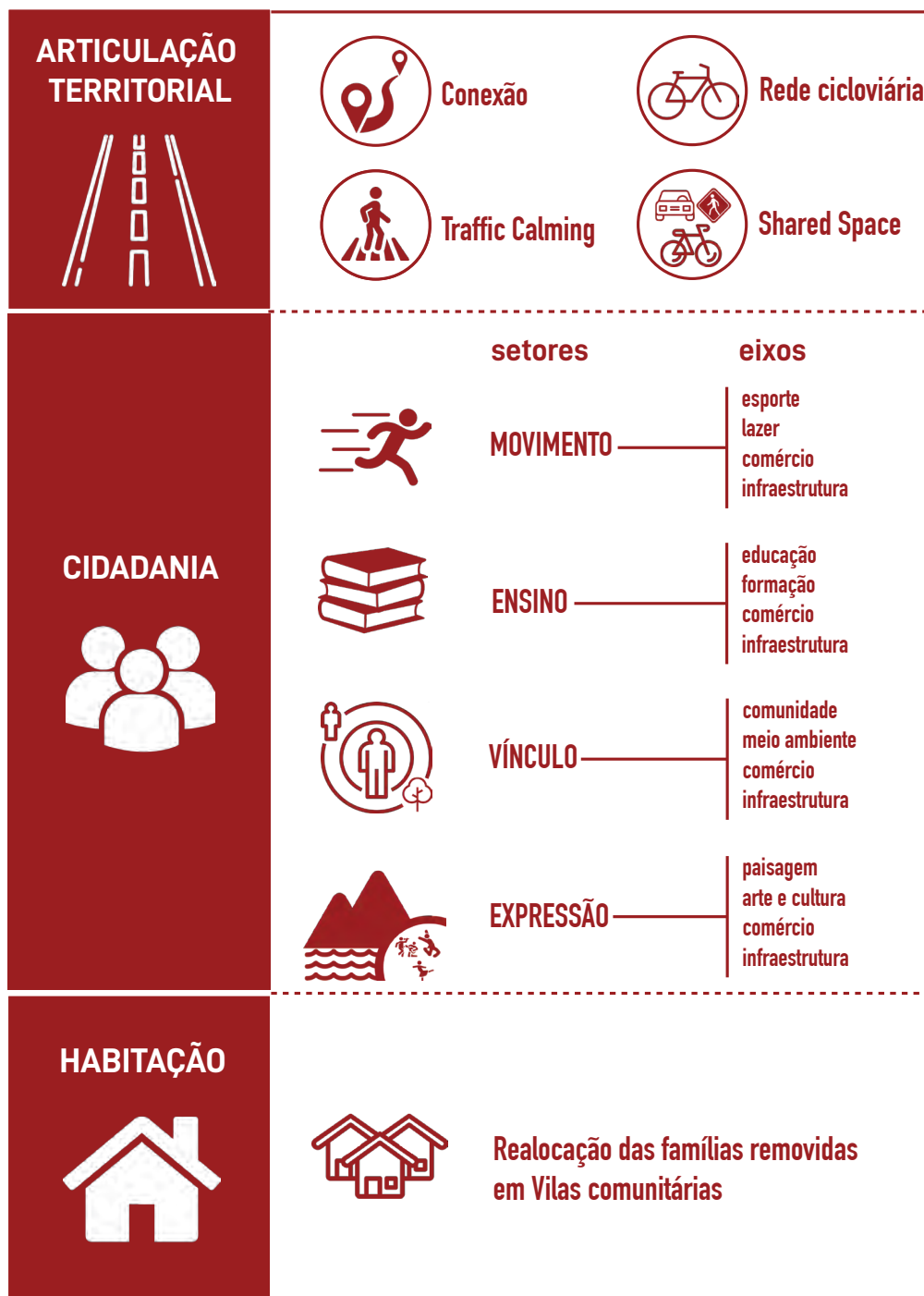
Corte cc

considerando o nível do açude como 0m | trecho com 20,1 metros de declividade



7.3.2. Estrutura Programática e Composição Urbanística

A partir das demandas por integração urbana e da carência por incentivos de usos e atividades na área, foi elaborada a estrutura programática do projeto que é composta por três “braços” ou campos de ação.



A estrutura programática é composta pelos campos **Articulação Territorial**, **Cidadania** e **Habitação**. A seguir estão descritas todas as propostas de composição urbanística para cada campo de ação.

ARTICULAÇÃO TERRITORIAL

O campo de ação Articulação Territorial corresponde às propostas referentes ao traçado viário como dispositivos de conexão e integração urbana para garantir um sistema de ruas e calçadas adequadas à população, sendo elas:

- 1.** o desenho de uma continuidade entre a avenida dos Ipês, do Novo Caiçara, e a avenida Ministro César Cals do bairro Terrenos Novos, a fim de estabelecer um fluxo no percurso viário que possa contribuir para o desmanche da barreira entre os dois bairros;
- 2.** o desenho de uma rede cicloviária integrada que alcance toda a extensão do parque proposto e também o conecte com o açude Mucambinho e a Lagoa Dr. José Euclides;
- 3.** o desenho de elementos técnicos de Traffic Calming que promovem segurança aos pedestres e ciclistas e determinam que a prioridade de uso do espaço é deles;
- 4.** reestruturação de vias existentes para o recebimento das ciclovias e ciclofaixas;
- 5.** tratamento paisagístico na avenida Ministro César Cals para sugestão urbanística de uma rede de conexão entre espaços livres públicos, tomando partido da presença da Lagoa Dr. José Euclides que se encontra em processo de requalificação pela prefeitura municipal;
- 6.** instauração de trechos de vias compartilhadas nos cruzamentos que dão acesso ao parque, segundo o conceito de Shared Space, onde os diferentes modais podem conviver respeitosamente, sendo o pedestre o ator principal.

Rede Cicloviária

As vias existentes devem ser adaptadas para a incorporação de espaços destinados à circulação de bicicletas, os quais devem conectar o parque a outros pontos da região, sugerindo um sistema de integração dos espaços públicos, e estar conectados entre si.

Além disso, devem ser diferenciados os trechos da rede cicloviária entre dois tipos de instalações: dedicadas e exclusivas. As instalações exclusivas são fisicamente separadas do leito carroçável das ruas por meio de faixas de amortecimento construídas que podem ser utilizadas para o embelezamento das vias e a integração de infraestrutura verde. Essas faixas construídas de delimitação do percurso cicloviário aumentam o conforto e a segurança dos

ciclistas por prevenirem a invasão de carros. Já as instalações dedicadas são porções do leito viário designadas ao uso preferencial dos ciclistas por meio de demarcações de piso, denominadas ciclofaixas.



123



124



125



126

FIGURA 123 Ciclovía na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza / Foto: Marcos Moura, site da Prefeitura de Fortaleza

FIGURA 124 Ciclovía na Avenida Faria Lima, em São Paulo / Foto: Gabriel Ionescu, blog Vá de Bike

FIGURA 125 Ciclofaixa na Avenida Beira Mar, em Fortaleza / Foto: Marcos Moura, site da Prefeitura de Fortaleza

FIGURA 126 Ciclofaixa em avenida na cidade de São Paulo / Fonte: Mobilize Brasil

Traffic Calming

De acordo com Hass-Klau (2014), Traffic Calming pode ser definido em sentido amplo, como uma política geral de transportes, a qual inclui um grande incentivo ao tráfego de pedestres, ao ciclismo, ao transporte público e à renovação urbana. Em um sentido restrito, pode ser considerado uma política para a redução da velocidade dos veículos em áreas edificadas.

Para resgatar a vitalidade das ruas e estimular a convivência e a interação entre as pessoas é fundamental reduzir a quantidade de veículos motorizados em determinadas áreas, assim como limitar e reduzir suas velocidades de circulação. O conceito de moderação de tráfego – ou traffic calming – pode trazer soluções técnicas para tornar viáveis essas medidas.

Para além da diminuição de velocidade e de fluxo de veículos, essas ferramentas de desenho urbano visam modificar o comportamento dos diferentes modais de transporte, aumentando a segurança viária e o conforto de todos, especialmente de pedestres e ciclistas. Assim, tem como objetivo uma efetiva transformação das áreas de circulação das cidades em espaços mais acolhedores, seguros e condizentes com a escala humana.

127



128



129



130

FIGURA 127 Faixa de travessia elevada / Foto: Julyver Araujo

FIGURA 128 Faixa de travessia elevada em Fortaleza, na Rua Barbosa de Freitas / Fonte: Diário do Transporte

FIGURA 129 Cruzamento elevado na cidade São José dos Campos / Foto: José Aparecido, Prefeitura Municipal de São José dos Campos

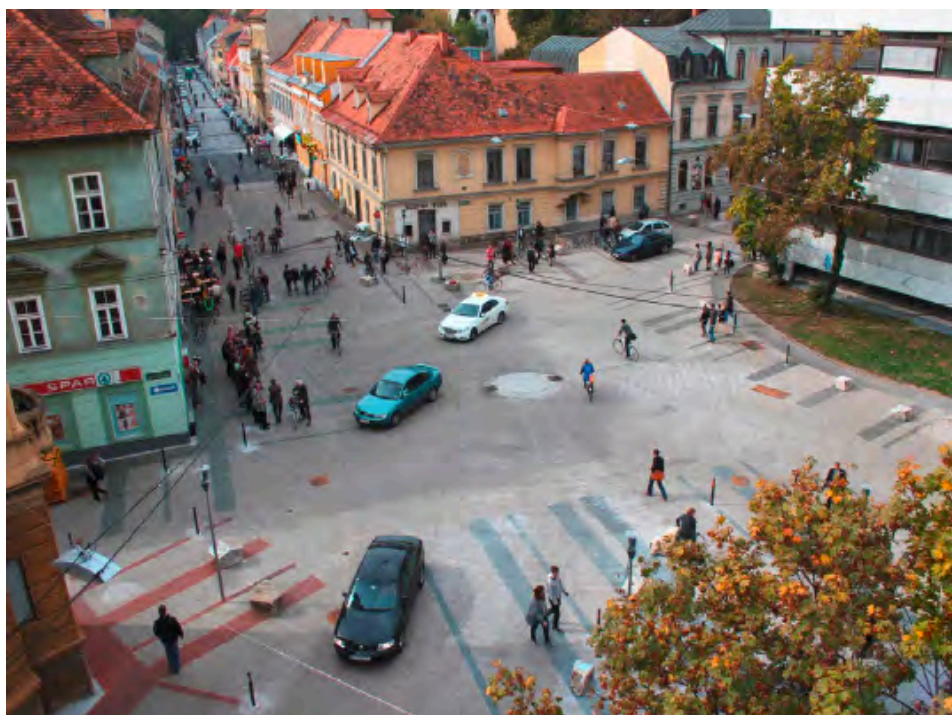
FIGURA 130 Cruzamento elevado na Avenida Monsenhor Tabosa, em Fortaleza / Foto: Edimar Soares, jornal O Povo

Shared Space

Shared space – ou espaço compartilhado – é uma categoria de desenho urbano que procura integrar o tráfego e as atividades humanas e não isolar um a partir do outro. O conceito desse tipo de espaço se fundamenta na convicção de que um local livre de regulações e barreiras estimula a atenção e um comportamento mais responsável por parte de cada usuário, independente do tipo de modal utilizado para a sua locomoção. Em consequência disso, é capaz de gerar mais segurança e qualidade urbana no local, além de fomentar a função social do espaço público.



131



132

FIGURA 131 Rua compartilhada em Londres / Fonte: The Royal Borough of Kensington and Chelsea
FIGURA 132 Espaço compartilhado em Graz, na Áustria / Fonte: Ecosia.org

CIDADANIA

O campo de ação Cidadania se refere ao parque propriamente dito, bem como aos equipamentos que o compõem. Esse braço de projeto foi dividido em quatro setores devido a sua grande extensão e à variedade de atividades propostas pelo seu programa, com o intuito de se conseguir demonstrar com maior clareza o que se pensou para a área.

O programa do campo Cidadania foi distribuído em dez eixos, cada um deles direciona a implantação de diferentes equipamentos. São eles:

Eixo Esporte:

- quadra padrão oficial Fut-5

Área total de 18m x 36m com campo em grama sintética devido a maior durabilidade do gramado artificial e seu menor custo de implantação.

- pista de skate modelo Bowl

Área total de 15m x 20m de um modelo semelhante a uma estrutura de piscina vazia, construída em concreto armado.

- academia ao ar livre

Área circular de pavimentação em blocos intertravados de concreto de raio de 5 metros - 78 m² de área total - para implantação dos equipamentos de exercícios.

- práticas corporais

Área livre circular de pavimentação em blocos intertravados de concreto de raio de 5 metros - 78 m² de área total - para realização de atividades corporais como aulas de alongamento, dança, yoga, etc.

- ping-pong

Área circular de pavimentação em blocos intertravados de concreto de raio de 5 metros - 78 m² de área total - para implantação de mesas de ping-pong.

Eixo Lazer:

- playground

Área circular de pavimentação em blocos intertravados de concreto de raio de 5 metros - 78 m² de área total - para implantação dos equipamentos de playground infantil.

- batalha de rimas

Área livre circular de pavimentação em blocos intertravados de concreto de raio de 5 metros - 78 m² de área total – para realização das batalhas de rima, atividade ligada à cultura Hip Hop que já acontece de forma articulada no bairro Terrenos Novos.

Eixo Educação:

- biblioteca pública

Propõe-se a criação de um edifício que tenha fluida relação com o entorno do parque, fazendo referência aos Parques Biblioteca de Medellín na Colômbia, nos quais o acesso é livre e o equipamento se torna parte do espaço público. Além disso, a proposta de implantação da biblioteca considera a criação de uma rede de articulação entre esse equipamento e as escolas públicas da cidade, a qual possa ser uma ferramenta de grande contribuição para a Educação na cidade.

Eixo Formação:

-centro de formação profissional

Propõe-se a criação de um edifício que se integre à biblioteca e seja uma iniciativa sem fins lucrativos, com o objetivo de promover formação profissional e inserção no mercado de trabalho por meio da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes gratuitos. Pensado como um equipamento para ser vinculado às faculdades e universidades, os cursos podem ter como monitores alunos dos mais diversos cursos de graduação. Os cursos podem ser de informática, estética e beleza, confeitaria, mídias e redes sociais, paisagismo e jardinagem, fotografia e audiovisual, supervisão de vendas, etc.

Eixo Comunidade:

- centro de apoio comunitário

Propõe-se a criação de um espaço que integre salas de atendimento em assistência social, salas para realização de mediação de conflitos e círculos de construção de paz e salas para realização de reuniões de associação de moradores, onde possa ser fortalecido o vínculo da população com o território e fomentada a participação popular nas atividades dos bairros.

Eixo Meio Ambiente:

- centro de referência em educação ambiental

Propõe-se a criação de um espaço que disponibilize e democratize o acesso às informações sobre sustentabilidade, meio ambiente e preservação ambiental, através da realização de atividades como cursos, oficinas, eventos, rodas de conversa, campanhas, encontros e vivências de educação ambiental referentes a coleta seletiva de lixo, reciclagem, plantio de mudas, compostagem de lixo orgânico, criação de hortas, conservação de sementes, trilhas ecológicas, entre outros relacionados com o tema

- casa de sementes

Espaço para estoque e conserva de sementes para utilização na horta comunitária. Esse espaço deve considerar uma área para depósito dos materiais de jardinagem.

- horta comunitária

Propõe-se um espaço de plantio voluntário aberto para todos os moradores da área, o qual também possa ser um espaço de educação ambiental e utilize os recursos da compostagem realizada pelo centro de referência em educação ambiental.

Eixo Arte e Cultura:

- anexo ECOA

Propõe-se a criação de um espaço edificado que possa funcionar como um anexo da Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes, instituição de caráter privado e sem fins lucrativos que mantém parceria com a Prefeitura Municipal de Sobral através da Secretaria de Cultura. Esse anexo funcionaria como uma segunda sede da Escola com a mesma oferta de atividades de formação em arte e cultura como a escola de música e a escola das artes.

- anfiteatro

Propõe-se a instalação de um anfiteatro que possa ser o equipamento público adequado para receber os eventos culturais promovidos pela ECOA e pela prefeitura municipal, incorporando a região dos bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos ao circuito de espaços públicos livres. Ele foi pensado também como um elemento que fomente a valorização da paisagem local, uma vez que sua implantação busca enquadrar o açude Mucambinho e a serra da Meruoca no campo de visão da arquibancada.

Eixo Paisagem:

- passarela sobre o açude Mucambinho

Propõe-se a instalação de uma passarela estruturada em pilaretes de concreto e com piso de madeira que avance sobre o açude Mucambinho, criando um percurso de contemplação da paisagem do local e que seja adaptada à topografia do terreno, com trechos em rampa para acessibilidade de todos. Também é sugerida a implantação de uma escadaria que dê acesso às águas do açude e possibilite que as pessoas interajam com a água, molhem os pés ou até mesmo tomem banho.

Eixo Comércio:

- quiosques

Propõe-se a distribuição de quiosques em todos os setores do Parque para diversificar o uso de cada um e atrair a circulação de pessoas. Os quiosques funcionariam como lanchonetes, mercearias ou sorveterias, por exemplo, e seriam objeto de cadastro na prefeitura municipal para autorização de uso do espaço construído para tais funções, sendo priorizada a utilização pelos moradores dos bairros Novo Caiçara e Terrenos Novos.

Eixo Infraestrutura:

-banheiros públicos

Propõe-se a distribuição de blocos de serviço em todos os setores do Parque com banheiros masculinos e femininos acessíveis e com espaços destinados a fraldário e almoxarifado.

Setores

Desse modo, os setores são as partes da divisão do Parque de acordo com os eixos e suas atividades propostas. A organização deles ficou assim:

Setor 1 – Movimento

Eixo Esporte

Eixo Lazer

Eixo Comércio

Eixo Infraestrutura

Setor 2 – Ensino

Eixo Educação
Eixo Formação
Eixo Comércio

Setor 3 – Vínculo

Eixo Comunidade
Eixo Meio Ambiente
Eixo Comércio
Eixo Infraestrutura

Setor 4 – Expressão

Eixo Arte e Cultura
Eixo Paisagem
Eixo Comércio
Eixo Infraestrutura

HABITAÇÃO

E por último, o campo de ação Habitação que corresponde à realocação das famílias cujas casas tiveram que ser removidas para implantação do projeto do Parque. Essa transferência do local de moradia foi pensada de tal maneira que fosse a menos drástica possível, respeitando, assim, a história de vida dessas pessoas que construíram suas casas e suas vidas nesse território. Desse modo, a tipologia das moradias e das suas implantações foram pensadas de modo a se conseguir a maior aproximação possível ao modo de viver que essa população já tem incorporado e, para isso, foi feito um mapeamento dos terrenos vazios no entorno, possibilitando, então, a mudança para um endereço bem próximo ao original.

Vilas Comunitárias

O tipo de implantação das casas é sugerido de maneira que se crie vilas comunitárias que, ao contrário da forma de conjunto habitacional na qual as unidades residenciais são distribuídas verticalmente, as vilas possibilitam a continuidade da aproximação e do contato das pessoas com o nível da rua. Isso se reflete em um tipo de interação mais estreita com o espaço público, proporcionando uma sensação da rua ser uma espécie de extensão da casa e, assim, estimulando uma maior participação cidadã e senso de apropriação e cuidado com os espaços públicos.

Além disso, esse tipo de configuração de habitação promove o vínculo entre os moradores, trazendo o sentimento de cooperação e pertencimento a uma comunidade unida e pacífica.



133



134

FIGURA 133 Habitação social em tipologia de vila comunitária em Caruaru-PE, Brasil / Fonte: Jirau Arquitetura
FIGURA 134 Vila operária Villa Verde no Chile / Fonte: Archdaily

Indicadores Urbanos de Ocupação do Solo

Para as áreas definidas como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), a Lei Complementar nº 60 de 18 de julho de 2018, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo da cidade de Sobral, determina os seguintes indicadores urbanos:

- Taxa de Permeabilidade = 15
- Taxa de Ocupação = 80
- Índice de aproveitamento = 1,6
- Recuo de Frente = 0
- Recuo de Fundo = 1,5m
- Recuos Laterais = 0
- Área mínima = 125m²
- Testada mínima = 5m
- Gabarito = 15m



SÍNTESE PROPOSTAS

SETOR MOVIMENTO

SETOR ENSINO

SETOR VÍNCULO

SETOR EXPRESSÃO

Shared spaces

Estação de bicicleta compartilhada

Conexão viária proposta

Ciclovia proposta

Ciclofaixa proposta

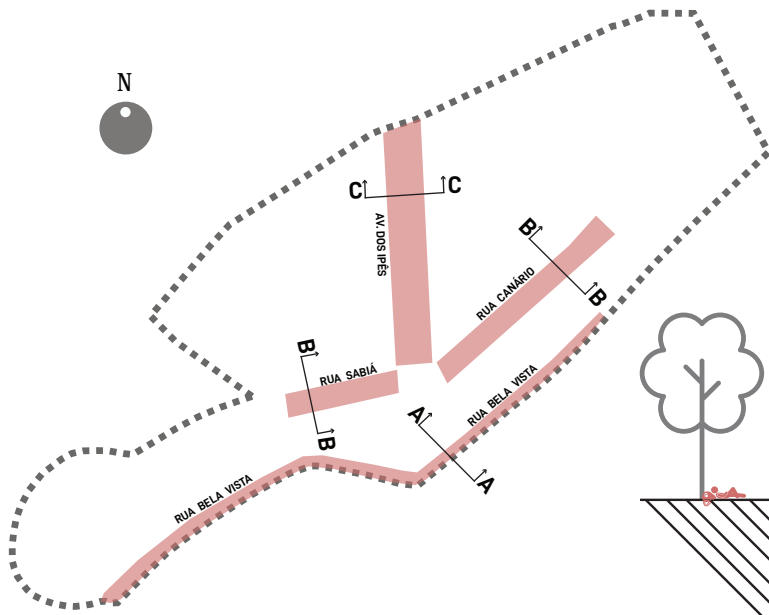
Traffic calming

Cruzamentos elevados

0 25 50 75 100 m

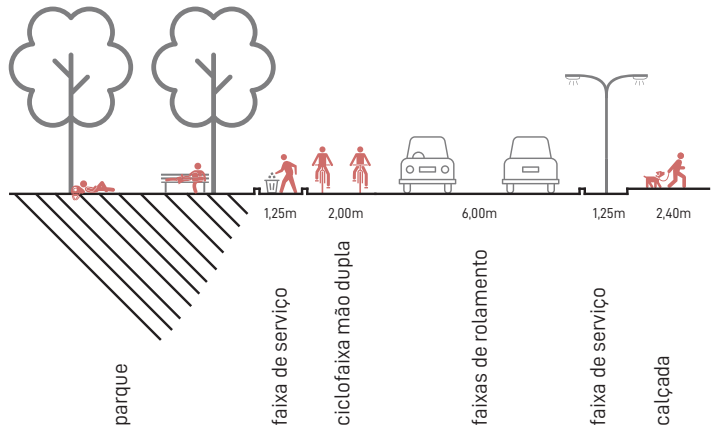


PROPOSTAS VIÁRIAS



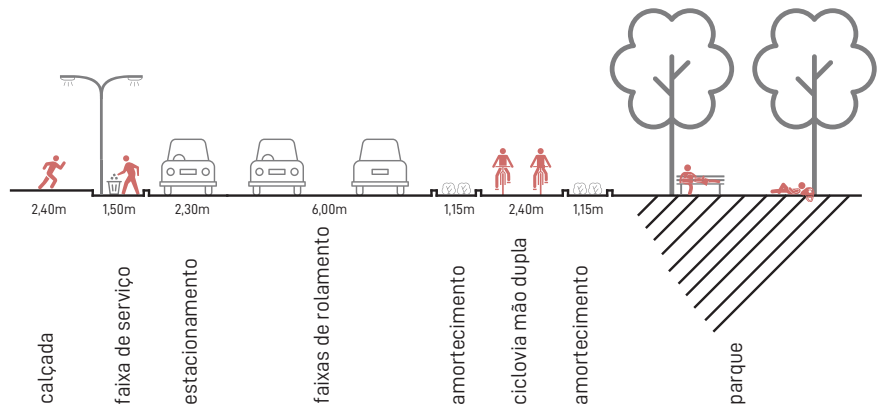
Corte AA

via tipo 1 (12,90m) | Rua Bela Vista- trecho 1



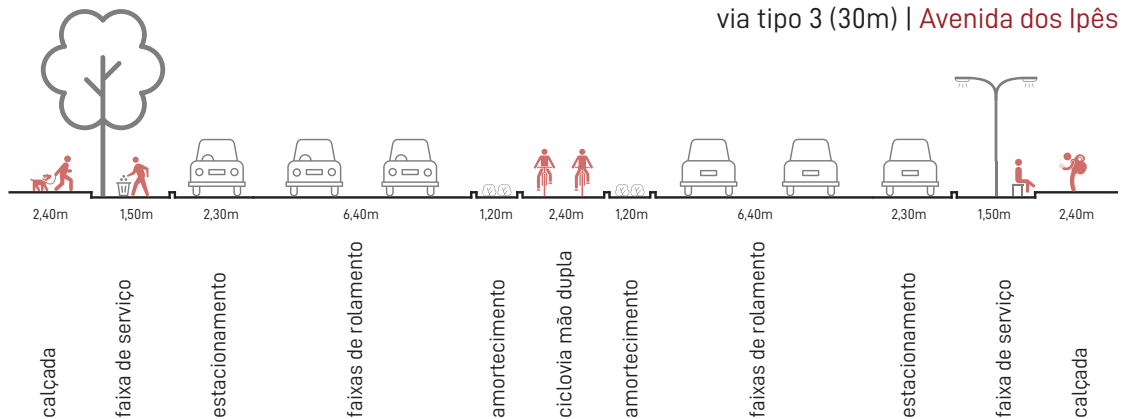
Corte BB

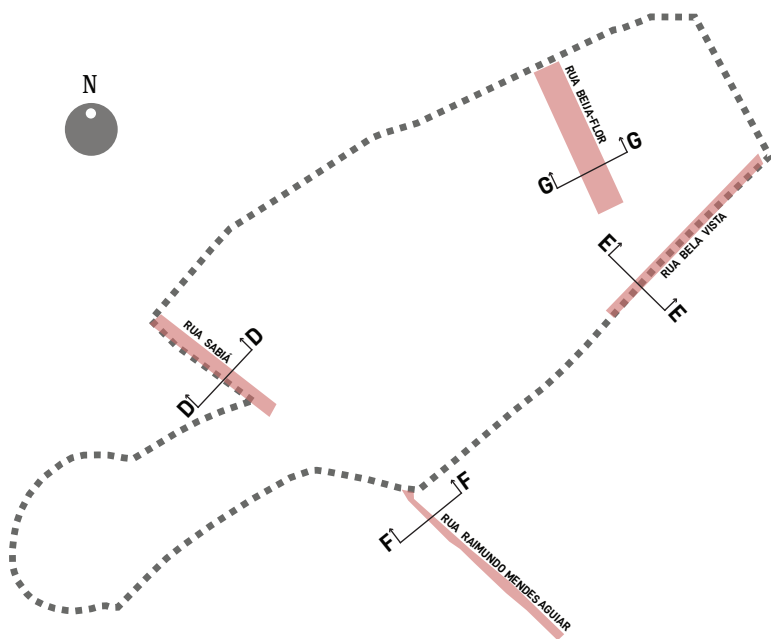
via tipo 2 (16,90m) | Rua Sabiá-trecho 1 e Rua Canário



Corte CC

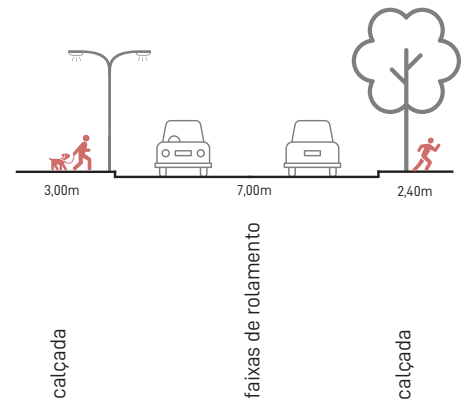
via tipo 3 (30m) | Avenida dos Ipês





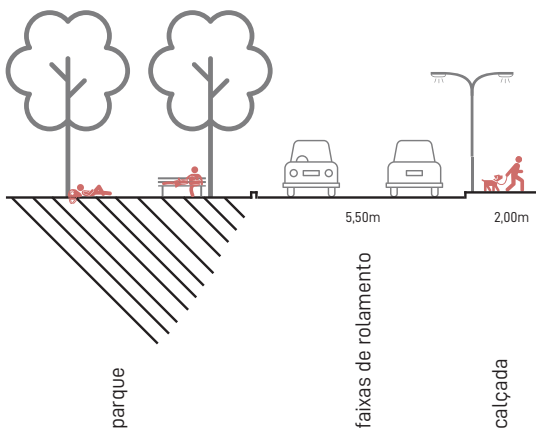
Corte DD

via tipo 4 (12,40m) | Rua Sabiá- trecho 2



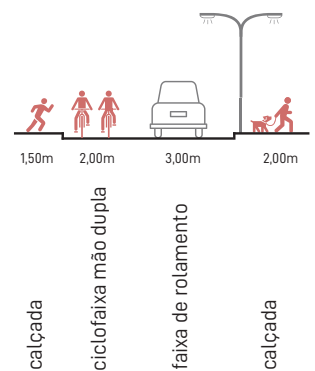
Corte EE

via tipo 5 (7,50m) | Rua Bela Vista- trecho 2



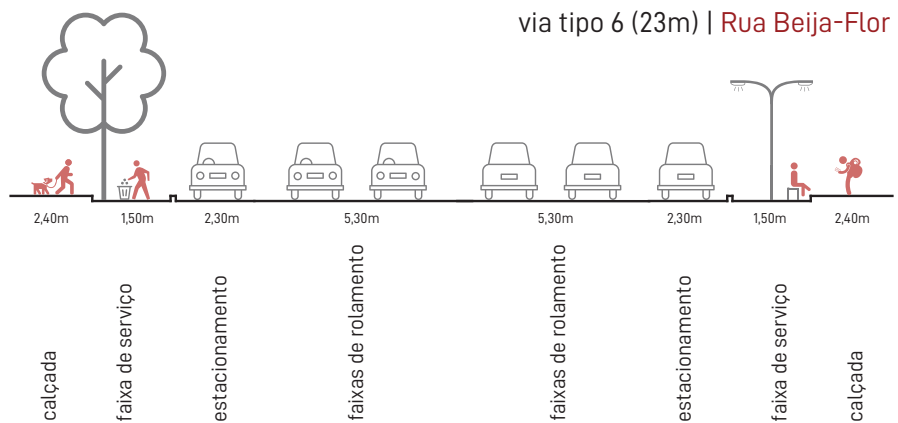
Corte FF

via tipo 5 (8,50m) | Rua Raimundo Mendes Aguiar

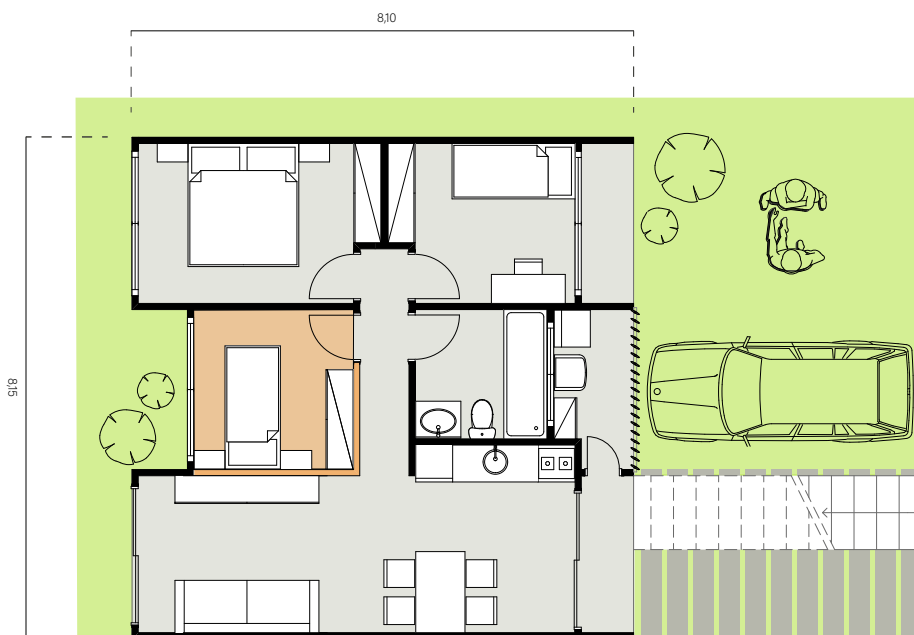


Corte GG

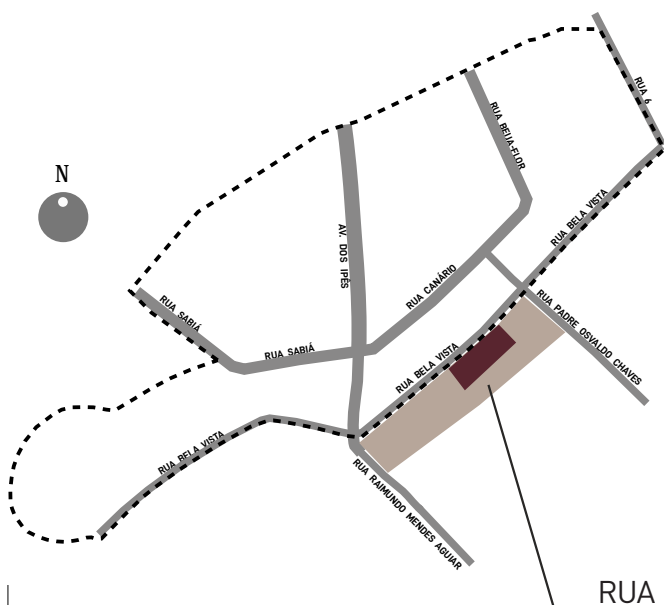
via tipo 6 (23m) | Rua Beija-Flor



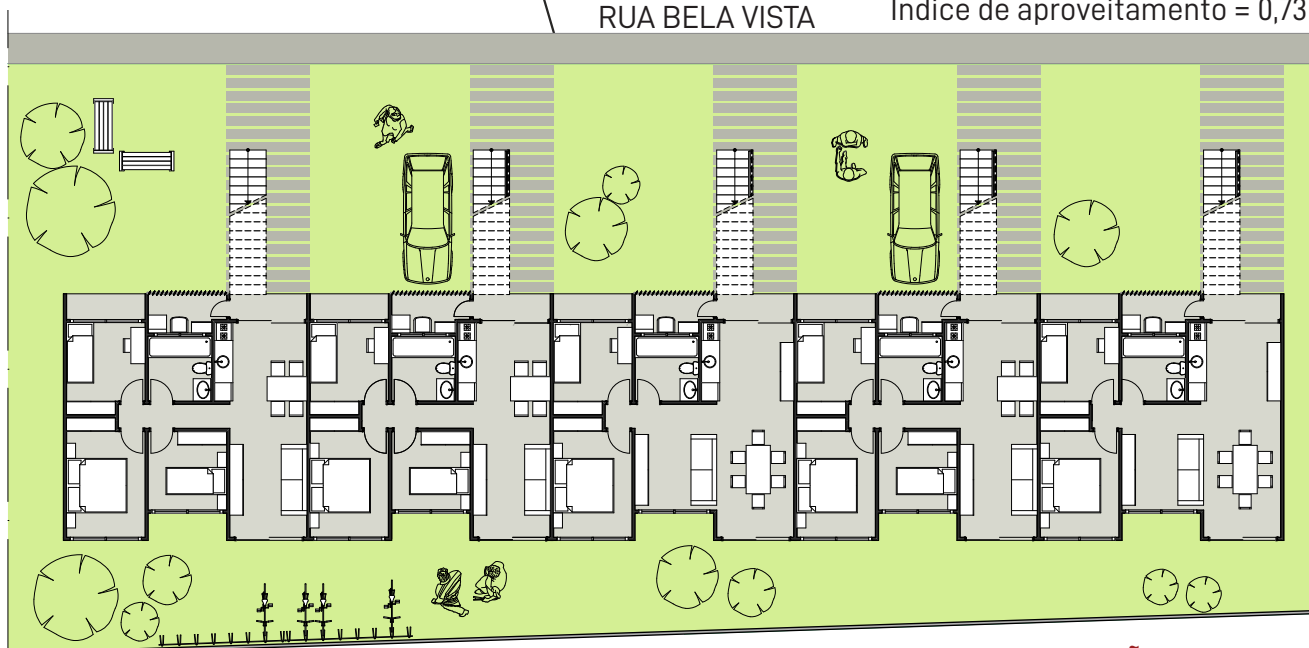
TIPO DE HABITAÇÃO E MODELO DE IMPLANTAÇÃO EM VILA



PLANTA BAIXA
UNIDADE HABITACIONAL - esc. 1/100
módulo com possibilidade de
ampliação da sala de estar



Taxa de permeabilidade = 63,4%
Taxa de ocupação = 36,5%
Índice de aproveitamento = 0,73



PLANTA MODELO DE IMPLANTAÇÃO- esc. 1/250

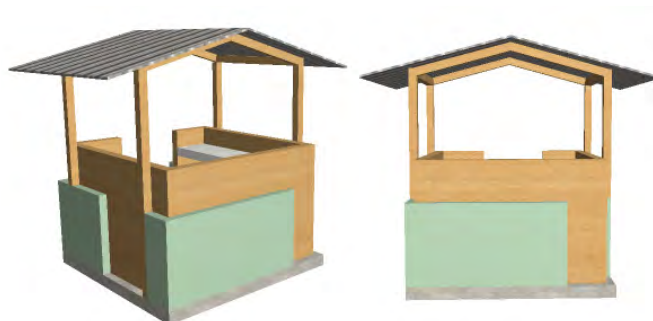
modelo de implantação em vila comunitária que considera área livre para plantios.
Modelo com 10 unidades habitacionais, sendo 5 no térreo e 5 no pavimento superior

7.3.3. Equipamentos, Mobiliário e Vegetação

Equipamentos

modelo de quiosque

construção em alvenaria e madeira e telha metálica
medidas: 2m x 2m x 2,4m



modelo de passarela de madeira

construção em concreto armado e madeira
faixa de passeio com 4 metros de largura



academia ao ar livre

- elíptico
fabricação: Ziober Brasil
tubos e chapas de aço carbono



- peitoral com puxador
fabricação: Ziober Brasil
tubos e chapas de aço carbono
área: 1,76 m²



- alongador
fabricação: Ziober Brasil
tubos e chapas de aço carbono
área: 12,89 m²



- simulador de caminhada
fabricação: Ziober Brasil
tubos e chapas de aço carbono
área: 12,15 m²



- jogo de barras
fabricação: Ziober Brasil
tubos e chapas de aço carbono
área: 12,33 m²



playground

- gangorra dupla

fabricação: Ziober Brasil

tubos e chapas de aço carbono

medidas: 1,29m x 1,96m x 1,06m



- gira-gira

fabricação: Ziober Brasil

tubos de aço carbono

medidas: diâmetro 1,66m / altura 1,29m



- escorregador

fabricação: Ziober Brasil

tubos, chapa e barra de aço carbono

medidas: 0,53m x 3,17m x 1,83m

altura recomendada para

equipamento instalado: 1,53m



- gaiola labirinto

fabricação: Ziober Brasil

tubos de aço carbono

medidas: 1,67m x 1,67m x 2,21m



- balanço duplo

fabricação: Ziober Brasil

tubos de aço carbono e tubo trefilado

medidas: 1,37m x 3,84m x 2,19m



Mobiliário

- banco linha urban islands
fabricação: Mmcité
conjunto de três elementos para sentar
modelo UIS540-321
estrutura de aço, grade de placas de madeira



- banco linha diva solo
fabricação: Mmcité
banco de parque com encosto
modelo LDS 151t
estrutura de aço, assento e
encosto de ripas de madeira



- banco linha vera solo
fabricação: Mmcité
banco de parque com uma perna central
modelo LVS 111
estrutura de aço, assento de placas de madeira



- espriguiçadeira linha rivage
fabricação: Mmcité
espriguiçadeira
modelo RVA 150t
estrutura de aço, ripas de
madeira e base aço inoxidável



- lixeira linha lena
fabricação: Mmcité
lixeira com tampa
modelo LN 115t
estrutura de aço e revestimento
de ripas de madeira



- bicicletário linha bikepark
fabricação: Mmcité
bicicletário
modelo BPK 110
estrutura de aço



- mesa linha vera solo
fabricação: Mmcité
mesa para espaço livre
modelo LVS 910
estrutura de aço e placas de madeira



- painel informativo linha pp
fabricação: Mmcité
área para posters unilateral
modelo PP 425
estrutura de aço, placa OSB ou
superfície de chapa de aço galvanizado



- balizador linha elias
fabricação: Mmcité
balizador
modelo SE 100
estrutura de aço



- poste de led
fabricação: Delta Light
poste de jardim led
modelo polesano
estrutura de metal com
iluminação branca de led



Vegetação

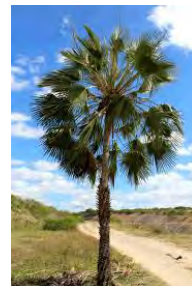
- aroeira

nome científico: *Myracrodruon urundeuva*
grande porte



- carnaúba

nome científico: *Copernicia prunifera*
grande porte



- mangueira

nome científico: *Mangifera indica*
grande porte



- pitombeira

nome científico: *Talisia esculenta*
médio porte



- jasmim manga

nome científico: *Plumeria rubra*
pequeno porte



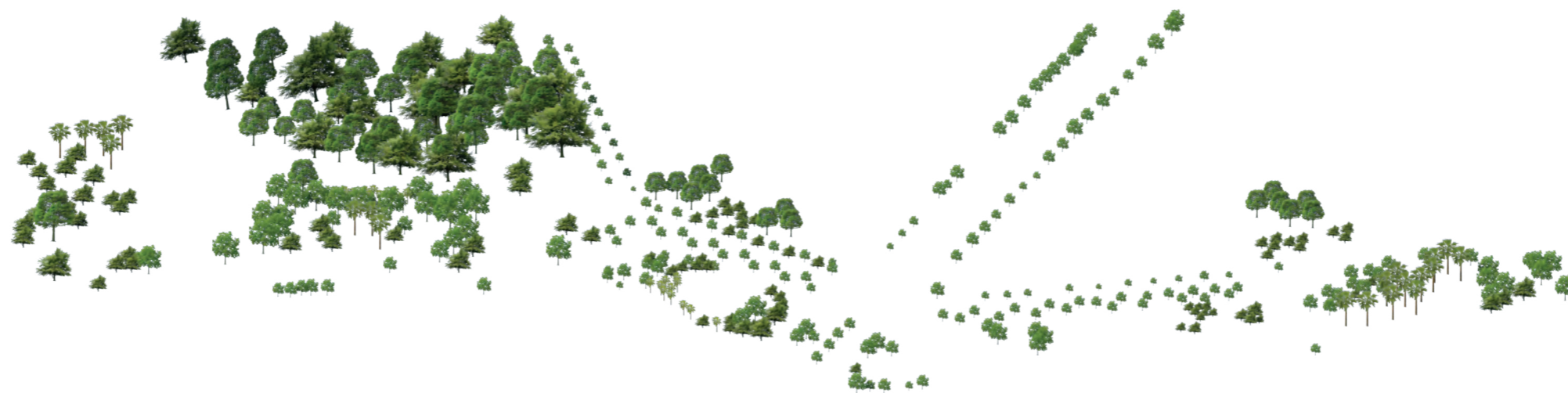
7.4. Masterplan e imagens



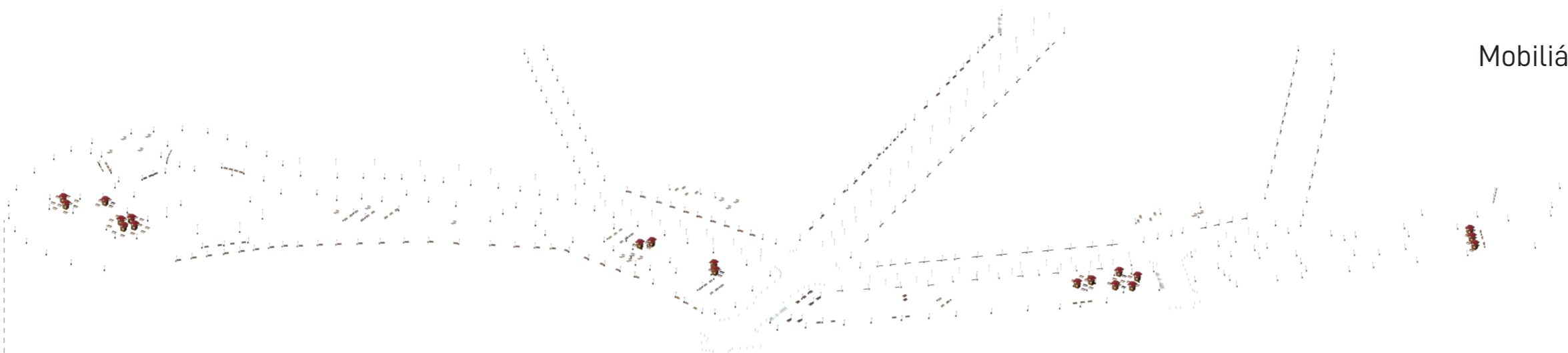
LEGENDA:

- | | |
|--|---|
| 1 Passarela de madeira | 13 Quiosques |
| 2 Quiosques | 14 Cruzamento elevado |
| 3 Anfiteatro | 15 Academia ao ar livre |
| 4 Ciclovía e passeio | 16 Práticas corporais |
| 5 Anexo ECOA | 17 Playground |
| 6 Centro de Referência em Educação Ambiental | 18 Mesas de ping-pong |
| 7 Horta comunitária | 19 Espaço para batalha de rima/hip hop |
| 8 Centro de Apoio Comunitário | 20 Pista de skate |
| 9 Quiosques | 21 Quiosques |
| 10 Cruzamento elevado | 22 Quadra FUT-5 campo society |
| 11 Centro de Formação Profissional | 23 Estação de tratamento de água (Novo Caiçara) |
| 12 Biblioteca | 24 Cul-de-sac |

Vegetação



Mobiliário urbano



Base





Perspectiva 1 Recorte do setor Ensino, com edifício da biblioteca ao fundo / Fonte: a autora.



Perspectiva 2 Anfiteatro com vista para o açude e a serra. Fonte: a autora.



Perspectiva 3 horta comunitária do Centro de Referência em Educação Ambiental. Fonte: a autora.



Perspectiva 4 Recorte do setor Movimento, com pista de skate e quadra ao fundo.. Fonte: a autora.



08

conclusão

Compreender como a violência se distribui nos territórios urbanos e levantar as características urbanísticas comuns dos espaços que tem maior protagonismo nos índices de criminalidade pode ser uma boa estratégia de ação para se pensar em medidas de prevenção de violência, considerando seu alinhamento com outros campos de políticas públicas, como a educação, a assistência social e a cultura.

Que as cidades possam ser planejadas e desenhadas a partir de uma lógica mais justa e humana, voltadas para quem delas usufrui. Que os espaços públicos possam ter natureza acolhedora, geradora de encontros e de afetos e possam ser não apenas o que resta entre os espaços privados, mas o lugar que fomente a cidadania e seja objeto de aliança entre as pessoas e a cidade e entre elas mesmas. Que a qualificação do espaço público urbano possa ajudar a promover reconciliação social, convivência comunitária pacífica e educação cidadã.

Mais do que uma boa proposta de projeto, o processo de construção desse estudo visou o desenvolvimento de uma inquietação pessoal acerca do tema e de como nós, arquitetos urbanistas, podemos pensar nossos desenhos e projetos para contribuir para a prevenção de violência nas cidades contemporâneas. Considero como grande aprendizado todo o andamento dessa investigação, desde as buscas pela bibliografia relacionada até as andanças pelo território e os encontros que elas me proporcionaram. Dessa forma, parafraseando Paulo Freire, “**os homens são porque estão territorializados**”, acredito que essa pesquisa tenha dado apenas seu primeiro passo.

referências bibliográficas

SANTOS, Milton. Espaço e método. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JACOBS, Jane. Morte e vida das grandes cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Edusp, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. Confiança e medo na cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BOSCHI, Renato Raul. Violência e cidade: debates urbanos. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

COELHO, Antenor. Habitação popular: para refletir e agir. Sobral, 2007.

ROCHA, Herbert. O lado esquerdo do rio. São Paulo: Hucitec, 2003.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel / Fapesp, 2001.

LIRA, Pablo Silva. Instâncias urbanas e violência: uma análise dialética no município de Vitória-ES. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CARPANEDA, Luciana Viana. Contribuições para o desenho de espaços seguros: um estudo de caso nas superquadras do plano piloto de Brasília-DF. Curso de mestrado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SOUZA, Maria Julieta Nunes; COMPANS, Rose. Espaços Urbanos Seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. R. B. Estudos Urbanos e Regionais.V. 11, N° 1, maio/2009.

OLIVEIRA, Carmem Silveira; WOLFF, Maria Palma; CONTE, Marta; HENN, Ronaldo César. Violência e cidade: existiria uma geografia do crime? O público e o privado, N° 4, dezembro/2004.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Segregação social e violência urbana. Revista brasileira de ciências sociais, V. 17, N° 48.

ZALUAR, Alba. Violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, 1999.

ACSELRAD, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. Reinvente seu bairro. São Paulo: Editora 34, 2004.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo; Ed. Loyola, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TARDIN, Raquel. Espaços livres: sistema e projeto territorial. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

Guia Global de Desenho de Ruas – Global Designing Cities Initiative, National Association of City Transportation Officials; Tradução de Daniela Tiemi Nishimi de Oliveira – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2018.

Cartilha temática Cidade e espaços públicos: novas abordagens sobre prevenção de violência entre jovens. Prevenção da Violência entre Adolescentes e Jovens no Brasil: Estratégias de Atuação. Realização Governo Federal, Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Maio/2010.

Mapeamento de Programas de prevenção de homicídios na América Latina e Caribe. Resumo Executivo. Realização Laboratório de Análise da Violência e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2016.

Cada Vida Importa – Relatório final. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza, 2016.

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Publicação da Assessoria de Comunicação Social do Ministério da Justiça. Realização Ministério da Justiça e Governo Federal. Brasília, 2007.

Atlas da Violência 2018: Políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. Realização Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, junho/2018.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2014 a 2017. Edição especial 2018. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

este trabalho foi diagramado por:

gridē

por Renan Marinho

 @gridestudio

 /gridestudio

